

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE:
UMA ETNOGRAFIA ENTRE OS AMIGOS DAS VÍTIMAS

MICHEL DA ROSA GONÇALVES

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE:
UMA ETNOGRAFIA ENTRE OS AMIGOS DAS VÍTIMAS**

MICHEL DA ROSA GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Regina Cioccarri.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G635m Gonçalves, Michel da Rosa, 1992-
 Memórias e narrativas de violência na Baixada
 Fluminense: uma etnografia entre amigos das vítimas /
 Michel da Rosa Gonçalves. - Seropédica, 2025.
 124 f.: il.

 Orientadora: Marta Regina Cioccarri.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 Ciências Sociais, 2025.


 1. Memórias. 2. Narrativas. 3. Violência. 4.
 Amizade. I. Cioccarri, Marta Regina, 1966-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III.
 Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MICHEL DA ROSA GONÇALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/02/2025

 Documento assinado digitalmente
MARTA REGINA CIOCCARI
Data: 29/04/2025 15:49:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Marta Regina Cioccarri/UFRRJ (orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Sampaio Guimarães/UFRRJ (Banca examinadora)

Prof. Dr. Edson Miagusko/UFRRJ (Banca examinadora)

*In memória de meu pai, Marco Aurélio
Dias Gonçalves, e de todos aqueles que
perderam suas vidas nos circuitos da
violência nas grandes cidades brasileiras.*

AGRADECIMENTOS

Em 2014, deixei a faculdade de jornalismo para trilhar um novo caminho nas ciências sociais, carregando um sonho aparentemente singelo, mas distante para quem cresceu como um garoto de pés descalços nas ruas barrentas da Baixada Fluminense: graduar-me por uma universidade pública. Aquele momento, no entanto, era apenas o princípio de uma jornada transformadora que viria a se consolidar com o mestrado e que ganha continuidade com o início do doutorado. E, desde o começo desse percurso, duas pessoas foram pilares fundamentais e inquestionáveis em minha vida.

Minha querida avó Sueli da Rosa, que sempre acreditou neste sonho e sempre viu a educação como um horizonte. Aos 50 anos, após uma vida dedicada ao trabalho árduo como costureira e doméstica com uma determinação inabalável, ela concluiu o ensino médio. Minha mãe, Beatriz da Rosa, trilhou um caminho semelhante, enfrentando a fome, o desemprego e as adversidades de uma vida também muito focada no trabalho como doméstica. Em 2012 ela superou um grave acidente e se tornou uma das minhas maiores inspirações e um símbolo de resiliência. Foram essas duas mulheres, com suas histórias de luta e superação, que me permitiram romper o ciclo de trabalhos precários e, por meio da educação, reescrever minha história.

Com profundo apreço agradeço à minha irmã, Michele da Rosa, e aos meus adoráveis sobrinhos, Lara, Davi, Pérola e Maya. Sou igualmente grato ao meu padrasto, Edson Lima, e aos meus tios: Alexandre Moraes, Marcela Moura, Neide Aparecida, Cida Dias, Rosinete Calheiros, Angélica Lemos e Arlindo Moraes; além de minha madrinha, Andreia Barros, pelo apoio incondicional que me permitiu seguir adiante. Ao meu companheiro, Fabrício Rodrigues, pela parceria e cumplicidade nos últimos anos e aos meus amigos: Guilherme Batista, Fernanda Moraes, Raísa de Freitas, Leandro Rocha, Mariana Vassequi e Gabriela Kronemberger, que estiveram ao meu lado nessa caminhada. Um reconhecimento especial ao Lucas Afonso, cuja contribuição durante a graduação foi fundamental para esta jornada.

Expresso também minha profunda gratidão à minha orientadora, Marta Cioccarri, pela confiança depositada em meu trabalho e pela dedicação inestimável às revisões que enriqueceram esta dissertação. Não poderia deixar de reconhecer a contribuição significativa de dois professores queridos: Roberta Guimarães - cujas aulas na disciplina “Políticas de memória: fluxos e narrativas de passado”, no IFCS/UFRJ, proporcionaram

um aprendizado indispensável - e Edson Miagusko, cuja admiração cultivo desde os tempos da graduação. Aos professores do PPGCS/UFRRJ, aos coordenadores Vladimir e Maurício, e ao secretário do programa, Lima, registro meus sinceros agradecimentos pelo suporte e orientação ao longo desta caminhada.

Não posso deixar de destacar ainda os amigos da turma de graduação de 2014.2 da Universidade Rural, com especial menção a Erick Bastos, cuja evidente veia antropológica e presença marcante enriqueceram profundamente nosso convívio. Honro sua memória póstuma com grande carinho. Foi um privilégio compartilhar com ele momentos inesquecíveis, que guardarei para sempre. Estendo também meu sincero agradecimento aos muitos amigos que fiz ao longo dos anos na Rural, tanto na moradia estudantil quanto em outros espaços do campus. Foram anos de convivência que renderam laços valiosos e momentos que permanecerão comigo para sempre.

Por fim, destaco minha profunda consideração a todos aqueles que convivi no campo, especialmente aos amigos e familiares de vítimas que, com generosidade, abriram seus corações e compartilharam comigo histórias de dor e resistência em meio à violência. Levo comigo esse voto de confiança, com imenso respeito e reconhecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

GONÇALVES, Michel da Rosa. **Memórias e narrativas de violência na Baixada Fluminense: uma etnografia entre amigos das vítimas**. 2025, 124p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica - RJ. 2025.

O presente estudo é uma etnografia nas redes de sociabilidade e amizade de vítimas de violência armada na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Buscando investigar memórias e narrativas, trata das tramas que circunscrevem conflitos em torno de duas dimensões intrincadas: a disputa pela significação das experiências violentas e, como pano de fundo, a atuação de grupos armados pelo domínio territorial. Foram realizadas entrevistas narrativas com amigos de duas vítimas, assassinadas em setembro de 2019 e fevereiro de 2024 no Morro do MK, na cidade de Mesquita. Neste sentido, os conflitos envolvendo a produção legítima dos sentidos sobre o vivido e o amparo dessas lembranças nos laços afetivos de amizade são o primeiro plano de análise. Para tanto, considero memórias fragmentadas (Portelli, 2006) e negociadas, segundo os laços socialmente reconhecidos de amizade. Importam também os espaços em que se desenrolam os eventos, enquanto esferas de significação (DaMatta, 1997) e que se transmutam em espaços da morte (Taussig, 1993). Nos relatos, a imaginação aparece como recurso à experiência intraduzível ao outro.

Palavras-chave: memórias; narrativas; violência; amizade.

ABSTRACT

GONÇALVES, Michel da Rosa. Memories and Narratives of Violence in the Baixada Fluminense: An Ethnography among Friends of the Victims. 2025, 124 pages. Dissertation (Master's in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica - RJ. 2025.

This study is an ethnography of the sociability and friendship networks of victims of armed violence in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. It seeks to investigate memories and narratives, addressing the plots that circumscribe conflicts around two intricate dimensions: the dispute over the meaning of violent experiences and, as a backdrop, the actions of armed groups for territorial domination. To this end, narrative interviews were conducted with friends of two victims who were murdered in September 2019 and February 2024, on the MK hill, in the city of Mesquita. In this context, the analysis focuses on the processes involved in the production of meanings concerning the experiences and the emotional underpinnings of these relationships. To this end, the concept of fragmented and negotiated memories, as proposed by Portelli (2006), is employed, with attention to the social bonds that underpin these relationships. And the spaces in which these events transpire, as spheres of meaning (Damatta, 1997) that are transmuted into spaces of death (Taussig, 1993), are also of significance. In the narratives, imagination emerges as a means of articulating experiences that are ineffable to others.

Keywords: memories; narratives; violence; friendship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa do bairro Banco de Areia e dos morros nele localizados.....	18
Figura 2 — Uma das ruas transversais do Morro do MK.....	20
Figura 3 — Muro da fábrica de cimento Liz	21
Figura 4 — Mapa histórico dos grupos armados (2023)	21
Figura 5 — Pichação em um dos acessos ao Morro do Sampaio.....	29
Figura 6 — Pichações em um muro residencial do Morro do MK	35
Figura 7 — Barbearia/Salão de Serginho	567
Figura 8 — Estreitamento da rua com a construção do muro da fábrica	10305
Figura 9 — Área de vegetação cercada pelo muro e ao fundo o grande silo da fábrica.	10406
Figura 10 — “Saudades Hiago”, escrito em um muro residencial do Morro do MK. 10608	
Figura 11 — Local da antiga barbearia de Serginho após a destruição.....	112
Figura 12 — No plano à direita, observam-se os escritos "Kaio Vive" e "João Vive"..	11416

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Perfil dos entrevistados e relação com as vítimas.....	17
Tabela 2 — Perfil das vítimas.....	17

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1.	O assassinato de meu pai	12
1.2.	Descobrimos um campo de pesquisa	14
1.3.	Pesquisa e Sujeitos	15
1.4.	Um morro na Baixada.....	18
1.5.	Estrutura do texto	22
2.	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: SUBJETIVIDADES, AMIZADES, VIOLÊNCIAS E EMOÇÕES	23
2.1.	Questões e pressupostos	27
2.2.	Estratégias metodológicas	29
2.3.	Memórias, narrativas e testemunhos em meio à violência	30
2.4.	O ideal de amizade	34
2.5.	Amizades e expressão pública dos sentimentos	37
3.	ETNOGRAFIA E ENTREVISTAS: TRAMAS, PERSONAGENS E OBJETOS NO RELATO DA VIOLÊNCIA E DA MORTE.....	40
3.1.	Realizando entrevistas: encontros e contratempos	48
3.2.	Cena I - Os assassinatos de Serginho e Daniel.....	55
3.3.	Cena II - “Mataram mais um!”	59
3.4.	Cena III - Emboscada aos traficantes	62
3.5.	A morte de Serginho nas vozes dos amigos	68
3.6.	Linguagem da morte e da violência.....	83
4.	MEMÓRIAS E NARRATIVAS NA CIDADE: O MORRO, OS MUROS, OS CAMPOS E OUTROS ESPAÇOS	93
4.1.	Morro do MK: uma nova identidade	98
4.2.	Violência: mito fundador no imaginário coletivo.....	101
4.3.	Poder e significado no espaço urbano	105
4.4.	A transformação dos espaços.....	112
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

1. INTRODUÇÃO

1.1. O assassinato de meu pai

Em 19 de novembro de 1992, duas semanas antes do meu nascimento, Marco Aurélio, meu pai, foi assassinado a tiros na cidade de Nova Iguaçu/RJ, na atual região de Mesquita que até então era um distrito iguaçuano. Ao mesmo tempo que marcante, esse fato sempre foi nebuloso e silenciado, sobretudo por minha mãe que, com suas razões, por muitas vezes se recusou a me contar sobre o assunto.

Passados 32 anos desde o ocorrido, no trabalho de campo desta pesquisa alguns fragmentos começaram a emergir em relatos de vizinhos que tiveram amizade com meu pai. O lugar de “amigo”, assim, mostra mais uma vez a sua relevância. Jorge, um senhor de pouco mais de 60 anos, marido de Marlene, me contou algumas histórias sobre o bar que ele e meu pai abriram juntos e sobre o assassinato dele. Sempre ouvi de muitos: “Você lembra muito o Marquinho!” E por muito tempo esse sempre foi o único quadro que desenhei sobre meu pai.

Com exceção de um retrato, que guardo até hoje, aquilo que os outros lembram ao me verem não poderia ser captado na fotografia. O andar ou “o jeito”, como muitos dizem, a estrutura corporal, a baixa estatura, em suma, um conjunto de características físicas e fenotípicas que, salvo a exceção da cor da pele, me tornaram para os outros uma lembrança viva de meu pai. Não tive a chance de conhecê-lo, pois essas duas semanas entre a morte dele e o meu nascimento privaram-me da experiência de reconhecer seu andar, seu jeito. Também não saberia dizer como se poderia imprimir esse seu jeito em mim. O que tenho são apenas fragmentos, um retrato e a cópia de uma certidão de óbito.

Esse é o único documento ao qual tive acesso que faz parte dessa memória que construo, como um quebra-cabeça de peças soltas e perdidas. Encontrei o certificado de óbito vasculhando fotos e pastas antigas da família. E a partir desse registro, consegui ter uma noção mais clara do que de fato ocorreu, ao menos da causa de sua morte. Uma morte violenta que o coloca em um lugar comum entre as vítimas que ganham forma nas histórias dos amigos desta pesquisa. Logo, há uma consonância entre esses personagens e meu pai: todos eles homens negros, na faixa dos vinte anos, mortos de forma brutal por violência armada.

No documento oficial que atesta o falecimento de Marco, algumas palavras dão composição à forma de enquadrar essas mortes. A linguagem técnico-jurídica e médica aparece como instrumento de construção oficial do destino reservado a esses sujeitos. Os termos

hemorragia intracraniana, lesão encefálica e projétil de arma de fogo (PAF) compõem esse relato no documento oficial. Palavras duras que só ganham contornos afetivos quando inseridas no conjunto das relações dos outros sujeitos com essas vítimas. Quando são pensadas a partir da posição de filho, de amigo, de esposa, de pai, de mãe ou de irmãos; de todos esses lugares que dão formas mais precisas a essas mortes, nas lacunas que permanecem. Sem esses lugares ocupados no tecido da vida dessas pessoas, essas mortes se traduzem em dados opacos.

O testemunho de Jorge sobre a morte de meu pai, em uma manhã habitual em que estávamos conversando em seu portão, introduziu um fato que me fez compreender um pouco do tabu em torno do acontecido. Marco havia se envolvido na morte de outro homem. Ele havia matado o namorado de sua irmã por receio de ser morto, como contou Jorge: “Ele achou que ia puxar [a arma] pra ele e ele puxou primeiro”. Eles se desentenderam após realizarem juntos um roubo oportunista em uma residência. Marco morreu algum tempo depois em uma ação de vingança. Isso é basicamente tudo o que sei sobre o caso, o que é muito considerando que até pouco tempo atrás eu não sabia de nada.

Isso vai ao encontro de algo que sempre ouvi desde minha infância sendo pronunciado pelos mais velhos: “se não for atirar, nem puxa...”, em uma forte lição de como agir quando se naturalizou a possibilidade de se recorrer a meios violentos na resolução de conflitos. Afinal, não se deve hesitar em atirar quando se puxa uma arma, pois isso o leva a ser morto. Não há como saber se alguns desses dizeres suscitavam uma referência ou justificativa ao fato de meu pai ter atirado primeiro, mesmo que depois tenha sido assassinado. Mas essa é uma noção que circula ou, ao menos, circulou nesses espaços em que fui socializado.

De todo modo, há uma nebulosidade difícil de se dissipar em torno deste evento. Minha mãe dizia que não conseguiu deixar de sentir, que não se libertou dos afetos para falar sobre o que aconteceu. Eu não sabia se era rancor, mágoa ou simplesmente tristeza. Decidi entregar a ela uma versão deste relato e ela logo me explicou que era angústia. Ela me contou que só tomou plena consciência dos riscos que corria quando recebeu uma ameaça dirigida a ela e à minha irmã. Após o incidente, ela passou cinco anos sem sair de casa sozinha, por medo. Desenvolveu síndrome do pânico e só conseguiu voltar a se relacionar amorosamente mais de 11 anos depois da morte do meu pai.

Muitos anos depois, o documento que registrava o trágico fim de Marco foi utilizado, juntamente com os depoimentos de minhas tias paternas, para comprovar minha filiação. Foi a partir desse momento que adquiri o sobrenome dele. Na certidão de óbito constava que o falecido não havia deixado bens, apenas dois filhos pequenos. Essa ação de vingança, o desejo de conhecer e o caráter perseguidor do passado frente ao emudecimento desse acontecimento

me levaram a um retorno para um acerto de contas com minha história. Esse acerto de contas, no entanto, ganhou contornos objetivos e concretos nas histórias dos outros. De alguma forma, localizei um desejo de retirar o véu da dor que paira sobre fatos tão brutais, fazendo com que não se deixe de dizer esses horrores, nossos horrores, de todos nós.

Sempre me pareceu mais fácil falar do que escrever, do que colocar em texto, documentando esse universo de questões mal resolvidas. Porém, esse é um lugar não apenas meu, não lido sozinho com as ambivalências dessas mortes violentas. Por isso, rejeito a possível interpretação de que esse trabalho seja tão somente uma autobiografia. Não se trata apenas de minha história, mas das nossas histórias. E isso é mais do que suficiente para justificar esta jornada etnográfica.

1.2. Descobrindo um campo de pesquisa

Era uma segunda-feira de 2016 - durante o período em que cursava a disciplina “A construção de biografias: identidade, memória e subjetividade” ministrada por minha atual orientadora, a professora Marta Cioccarri, na graduação em Ciências Sociais na UFRRJ - quando ao sair de casa observei rapazes pichando os muros do meu bairro. Este episódio permaneceu em minha memória por muitos anos, até ser descrito no contexto desta dissertação.

Por diversas vezes, essas imagens ressurgiram em minha mente: quatro jovens negros, por volta dos 20 anos, pichando nos muros o nome de um amigo que havia sido assassinado no dia anterior. Essa foi uma forma de expressão que, por muito tempo, me passou despercebida e acredito que não seja notada por muitos. Mas naquele mesmo dia, no caminho para a universidade, passei a observar os muros pela janela do ônibus. Ao recortar a Rodovia RJ-105, popularmente conhecida como Estrada de Madureira, o ônibus com destino a Seropédica serpenteava algumas das favelas de Nova Iguaçu, frequentemente cenário de disputas armadas por domínio dos territórios. Neste percurso, as escritas de saudades dos mortos emergiram sob meus olhos como um mosaico de vítimas desconhecidas inscritas no tecido da cidade, em meio às residências e à precária infraestrutura urbana.

Neste trajeto, pude ter clareza sobre a extensão do fenômeno que não se restringia apenas ao fato imediato e efêmero vivenciado por mim. Não foi possível explorar este campo em um primeiro momento, na monografia de graduação. Logo, dediquei-me à revisão literária e ao levantamento de dados sobre a violência letal praticada pelo Estado no Rio de Janeiro. A investigação desse tema no mestrado decorreu de um esforço para compreender os aspectos

mais comuns da vida em meio a eventos violentos, assim como uma aproximação com a antropologia.

Nesta pesquisa o tema não se esgota, mas se delineia como um esboço que, à medida que se aprofunda, torna-se mais desafiador. As conexões entre morte, violência e amizade se expandem, com significados elaborados no contexto cultural de territórios fortemente influenciados pelo neopentecostalismo e pela difusão de representações veiculadas por meios de comunicação e redes sociais. Quanto mais questões são levantadas, mais extenso se torna o pano de fundo cultural e social no qual se desenvolvem as questões dessa pesquisa. Nesse sentido, o presente trabalho representa apenas o início de uma jornada que continuará além desta dissertação.

1.3. Pesquisa e Sujeitos

Entre janeiro e dezembro de 2024 estive realizando o trabalho de campo. Durante esse período, conduzi entrevistas narrativas com nove pessoas e selecionei seis desses relatos como núcleo central de análise. A escolha se deu pela proximidade dos sujeitos entrevistados com aqueles que foram mortos. O critério principal consistiu em identificar indivíduos que faziam parte da mesma rede de sociabilidade e interação cotidiana das vítimas, sendo o perfil etário e racial coincidente uma consequência dessa escolha. Apenas alguns trechos de duas dessas entrevistas foram transcritos no corpo deste texto, enquanto outros aparecem de forma mais fragmentada na composição da análise.

Todos os entrevistados consentiram com a utilização e divulgação de seus nomes verdadeiros, assim como expressaram o desejo de reconhecimento de suas vozes. Este aspecto aproxima-se da definição de "vozes ocultas da história" identificada por Thompson (2009), referindo-se àquelas que não são reconhecidas como documentos históricos. Esta definição é amplamente aplicável no campo das Ciências Sociais e pertinente a este objeto de estudo, dada a importância de entrevistar sujeitos cujas vozes frequentemente não são consideradas em pesquisas sobre vítimas de violência armada: os amigos. No entanto, ainda que se reconheça a importância de adotar os nomes verdadeiros, determinadas informações exigem cautela e preservação da confidencialidade dos participantes. A escolha de não divulgar as fontes de algumas dessas informações visa resguardar a integridade dos entrevistados, considerando os riscos associados à identificação de autores de práticas criminosas e dinâmicas muito específicas.

Em respeito ao direito e desejo manifestado por estes, apresento os nomes dos colaboradores desta pesquisa na condição de entrevistados: Douglas Belizário, Hellen Ohana Belizário, Luciano Lessa, Marlene Santana, Carina Coelho, Yasmin Oliveira, Neide Aparecida Nascimento e Cida Dias. O núcleo da análise concentra-se em sujeitos com idades entre 28 e 37 anos, em sua maioria negros. Entre os entrevistados, destacam-se dois amigos das vítimas: Douglas e Gustavo. As entrevistas com Cida Dias, Neide Aparecida Nascimento e Marlene Santana, embora não façam parte do núcleo central da análise, foram fundamentais para proporcionar uma visão holística sobre a história do bairro. Compreendo, contudo, as limitações dessas contribuições enquanto perspectivas particulares, que dizem respeito a um lugar singular no conjunto global das relações.

Adotei o método de entrevistas narrativas, que se debruça sobre uma descrição livre e em profundidade de um aspecto vivido por aqueles que narram (Bertaux, 2010). Parto do pressuposto de que a experiência do acontecimento narrado não se limita à presença no momento exato do evento, mas está relacionada à profundidade do envolvimento pessoal e afetivo com aqueles que foram mortos. Consequentemente, selecionei para entrevistas os indivíduos que mantinham um relacionamento prolongado com aqueles sobre os quais se elaboram as narrativas e memórias. Usei o modelo de entrevistas narrativas gravadas e conduzi perguntas baseadas em pontos cruciais, situando os entrevistados no contexto social dos eventos, considerando sua posição social, ocupação cotidiana do território e envolvimento na sequência dos acontecimentos. Observei e examinei as percepções, as sensações e os sentimentos daqueles que narram e lembram, tal como os modos de lembrar e de contar. Ao longo das entrevistas procurei não intervir, exceto quando havia necessidade de retornar aos pontos relevantes para o presente estudo.

Na Tabela 1 apresento uma visão dos entrevistados a partir de alguns marcadores sociais, como idade, raça, gênero e vínculo com as vítimas, a fim de situar o lugar social ocupado por eles na rede de relações daqueles que foram mortos. Esses marcadores são essenciais para compreender as nuances das experiências compartilhadas e as dinâmicas sociais presentes no contexto da pesquisa. Ao observar essas características, podemos obter uma visão mais ampla e detalhada das relações e impactos da violência no ambiente estudado.

Tabela 1 — Perfil dos entrevistados e relação com as vítimas:

Nome	Idade	Raça	Gênero	Profissão	Relação
Yasmin Oliveira	28 anos	Negra	F	Não declarada	Parentesco e Conjugual
Luiz Gustavo Coelho	28 anos	Negra	M	Prestador de serviços	Amizade
Carina Coelho	28 anos	Negra	F	Manicure	Amizade
Douglas Bellisario	30 anos	Negra	M	Não declarada	Amizade
Hellen Ohana Bellisario	33 anos	Negra	F	Estudante	Amizade
Luciano Lessa	37 anos	Branca	M	Vendedor	Amizade
Neide Aparecida Nascimento	59 anos	Branca	F	Assistente social	Vizinhança
Cida Dias	64 anos	Negra	F	Costureira	Vizinhança
Marlene Santana	68 anos	Branca	F	Costureira	Vizinhança

Fonte: Pesquisa de campo

A seguir, apresento o perfil das pessoas que foram assassinadas e tiveram suas trajetórias de vida narradas, bem como o fatídico momento de suas mortes. Ressalto a semelhança entre o perfil das vítimas e dos entrevistados, pois isso permite compreender esse complexo de relações. A análise concentra-se nos relatos e memórias, principalmente de homens negros, sobre experiências violentas que atingem outros homens negros. Essa correspondência é crucial para revelar como pensam aqueles que são potenciais vítimas de dinâmicas de violência específicas. Especialmente levando em consideração que o lugar de potencial alvo é reconhecido entre esses sujeitos. As entrevistas focaram nos assassinatos de Serginho e Daniel. A seguir, na Tabela 2, apresento o perfil das vítimas, incluindo idade, gênero, raça e profissão.

Tabela 2 — Perfil das vítimas:

Vítimas	Idade	Cor/Raça	Gênero	Profissão
Serginho Oliveira	25	Negra	M	Barbeiro
Daniel (DN9)	26	Negra	M	Barman, vendedor ambulante e jogador de futebol

Fonte: Pesquisa de campo

1.4. Um morro na Baixada

Esta pesquisa foi realizada em um morro da Baixada Fluminense. No imaginário social, a imagem de um morro é frequentemente associada às grandes favelas da cidade do Rio de Janeiro, caracterizadas por residências em encostas rochosas, algumas com vistas para o mar e outras localizadas em áreas centrais. Neste trabalho, a ideia de morro refere-se à configuração geográfica do terreno, distinta dos morros cariocas. Trata-se de uma região elevada, mas com ruas largas, residências espaçosas e de fácil acesso. O bairro em que se localiza possui três áreas chamadas de morros: Morro do Sampaio, conhecido pelo Colégio Sampaio Cesar; Morro do Américo, cuja origem do nome é desconhecida; e Morro do MK, onde desenvolvi a pesquisa de campo.

Figura 1 — Mapa do bairro Banco de Areia e dos morros nele localizados



Fonte: Wikimapia, 2024

O morro do MK, como visto na Figura 1, está situado no pequeno bairro de Banco de Areia, na cidade de Mesquita, no estado do Rio de Janeiro. Embora não se possa afirmar com certeza que o nome do bairro tenha ligação com a topografia local, os bairros ao redor eram conhecidos por seus terrenos pantanosos, como dizem os mais velhos: "Era tudo brejo". Da rua principal do morro avista-se a Rodovia Presidente Dutra, uma importante via interestadual que corta grande parte da Baixada Fluminense. No outro lado, não muito distante, encontra-se a Via Light, uma rodovia intermunicipal que conecta a Zona Norte do Rio de Janeiro aos municípios da Baixada.

Além dessas grandes vias e das avenidas menores, o município também é cruzado por duas linhas férreas: uma para transporte de passageiros na parte mais central e outra para transporte de cargas, esta última sendo visível do Morro. A localização estratégica do local, nas bordas dos fluxos de pessoas e mercadorias, aliada às políticas municipais, tem atraído empresas para a região. Nos últimos anos, grandes redes de supermercados e lojas de construção se estabeleceram às margens da Rodovia Presidente Dutra.

No Morro quase todas as ruas são asfaltadas, com exceção de uma que se estreita ao encontrar o muro de uma fábrica de cimento. A localização desse muro é significativa, pois simboliza a presença do capital industrial, que transforma o espaço e influencia as relações dos moradores com seu entorno. A fábrica de cimento, construída no início dos anos 2000 após a emancipação da região, faz parte das políticas municipais voltadas para aumentar receitas e promover o desenvolvimento do lugar. No entanto, não há registros de moradores da região que tenham trabalhado na fábrica, o que revela que esse empreendimento não gerou empregos para a população local.

A cidade de Mesquita é relativamente nova, tendo sido emancipada do município de Nova Iguaçu na virada do século. Posteriormente, foi delimitada a zona industrial para atrair alguns empreendimentos. Nesse bairro industrial, definido pelo plano diretor municipal, encontram-se ao menos duas grandes empresas: uma do ramo de sucatas e reciclagem de metais e a outra de produção de cimento. Os bairros próximos e a zona industrial são atravessados pela linha férrea de transporte de minérios. No local, há uma área denominada “barreiro”, resultante da escavação para a ocupação de empresas. O grande muro da fábrica de cimento - apresentado na Figura 1 - se estende por parte do barreiro, recortando o território do bairro. Com aproximadamente três metros de altura, esse muro separa o espaço da fábrica das áreas residenciais. Anteriormente, essa divisão não existia e a área era utilizada como espaço de lazer.

A fábrica de cimento, erguida em meados dos anos 2000 e durante a primeira década do município, desempenha um papel crucial nas narrativas biográficas e na percepção da transformação social pelos moradores locais. É percebida como uma presença dominante na paisagem urbana. Embora possa simbolizar um impulso para o desenvolvimento econômico do município, também é vista como um elemento que desbota a vida local. As memórias dos moradores descrevem essa fábrica como uma entidade que pavimenta tudo ao seu redor. Essa percepção é especialmente comum entre os mais velhos, que também ressaltam a poluição sonora e atmosférica resultante do empreendimento.

Ampliando a perspectiva, a cidade de Mesquita - que até o fim do século passado ainda fazia parte de Nova Iguaçu - emerge então na esteira dos processos históricos de

desenvolvimento econômico, sendo atravessada por estradas, rodovias, linhas férreas e rios; e dividida pela Serra do Gericinó e seus baixos morros, que foram urbanizados. Esses marcos, que demarcam fronteiras e divisões físicas entre os espaços, desempenharam um papel crucial na ocupação fundiária dos territórios. Os rios, outrora navegáveis e posteriormente canalizados; as linhas férreas, essenciais no século XX; e as grandes rodovias que atravessam a cidade, resultaram em um modelo de ocupação territorial baseado na segregação socioespacial, afastando os pobres das áreas centrais da capital fluminense.¹ As grandes vias, parte de um ideário rodoviário predominante a partir da metade do século, juntamente com outros fatores econômicos e políticos, contribuíram para configurar uma realidade socioespacial complexa que, embora não possa ser explorada completamente aqui, culmina no cenário atual.

Figura 2 — Uma das ruas transversais do Morro do MK



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

¹ Para saber mais ver: Simões, M. R. (2006).

Figura 3 — Muro da fábrica de cimento Liz



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

Figura 4 — Mapa histórico dos grupos armados em 2023



Fonte: Instituto Fogo Cruzado, 2023; GENI (UFF)

No sentido oposto aos bairros de Jacutinga e Santo Elias, está o bairro Rocha Sobrinho. Este é conhecido por uma grande favela denominada Complexo da Vila Norma, que engloba a favela do Sebinho e a favela da Vila Norma, cujo território é dividido pelas fronteiras de dois municípios: Mesquita e São João de Meriti. Essa região é dominada pela facção Comando

Vermelho (CV). Se, de um lado, o grande complexo de favelas é território do CV, no lado oposto encontram-se regiões dominadas por milicianos, cobiçadas por traficantes.

Destacado em azul no mapa histórico dos grupos armados (Figura 4), o Morro do MK é apontado como área de domínio da milícia. No entanto, esse controle é bastante instável, o que dificulta sua representação precisa em um modelo de mapa. Em contraste, nas áreas dominadas pelo Comando Vermelho (CV), indicadas pela cor vermelha, a presença é mais consolidada e a representação no mapa parece refletir melhor a realidade.

A aparente ausência da milícia, que domina as regiões de Santo Elias e Jacutinga, está mais relacionada à sua atuação menos ostensiva, sem uma presença diária armada nas ruas e esquinas, do que à sua inexistência nesses territórios. Isso pode resultar em uma representação opaca de sua atuação, como observado no mapa pela falta de áreas representadas pela cor azul. Em suma, toda essa configuração tem colocado o Morro do MK, periodicamente, como alvo de disputas pelos mercados ilegais de drogas e pela exploração ilegal de serviços.

1.5. Estrutura do texto

No primeiro capítulo, examino as bases teóricas que serão utilizadas na análise dos dados da pesquisa. Inicia com uma discussão sobre a construção do conhecimento "em casa" e as distâncias epistemológicas necessárias e possíveis neste fazer etnográfico. Em seguida, apresento um debate sobre memórias, narrativas, amizades e emoções, que contribuem para abordar a tematização da violência e da morte nos capítulos subsequentes.

Já no segundo capítulo, adoto uma abordagem mais etnográfica, situando-me no campo e explorando minha relação com os interlocutores. Descrevo o percurso e as entrevistas realizadas, dividindo alguns eventos em cenas, como "a emboscada aos traficantes" e "os assassinatos de Serginho e Daniel". Ao longo dessas cenas, abordo aspectos teóricos e antecipo questões discutidas no capítulo seguinte.

Por fim, no terceiro capítulo, examino os lugares a partir de uma perspectiva geral, analisando como os espaços são habitados por estigmas e moralidades que posicionam os sujeitos em hierarquias sociais. Também abordo os mitos e imaginários locais sobre o surgimento de uma identidade própria. Nas últimas seções, retorno ao debate sobre morte e violência, discutindo a barbearia, o campo, a rua e os muros como espaços imbricados em relações de poder e significado.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: SUBJETIVIDADES, AMIZADES, VIOLÊNCIAS E EMOÇÕES

A forma como se dá a relação entre o presente e o passado impacta nossas vidas de diferentes e profundas maneiras. Eventos do passado, em muitos casos, podem atuar como forças motrizes que influenciam nossas buscas mais pessoais. Ao considerar essa relação, ressalto a inevitável influência do passado sobre os eventos do presente, como destacado por Beatriz Sarlo (2007). Esse passado se manifesta como um catalisador para entender o que sempre foi desconhecido em minha vida: a morte do meu pai. Mesmo eu estando ainda no ventre de minha mãe, a morte do meu pai gerou questões que me acompanharam ao longo de toda a minha trajetória. A força desse passado incontornável, logo, implica numa busca que, segundo Renato Rosaldo (2000, p. 28), me torna um “sujeito posicionado” a partir de um “conhecimento posicionado” (Coelho, 2019, p. 284 *apud* Rosaldo, R. 2000), dentro de um campo de relações que envolvem violência e prática etnográfica. Maria Claudia Coelho (2019, p. 285) descreve a definição de Rosaldo afirmando que é através do “encontro entre a biografia do pesquisador e o modo de vida etnografado que se pode compreender o outro”.

Essa discussão é igualmente abordada por Roy Wagner (2010), que atribui um papel significativo à relação entre a cultura do antropólogo e a cultura do "nativo". Segundo Wagner, a pretensão de neutralidade se torna inviável uma vez que ela pressupõe que o antropólogo não tenha cultura e que, portanto, poderia despir-se de todos os valores para abordar a cultura do outro. De fato, é inconcebível tratar o antropólogo como uma tábula rasa em sua relação com a "cultura nativa". Para Wagner, é a partir dos próprios valores que o antropólogo pensa a cultura do outro e realiza esse processo, que poderia ser descrito em termos de uma tradução.

Pacheco de Oliveira (2009, p.8) assinala a impossibilidade de operar uma neutralidade, advertindo que a neutralidade é um falso pressuposto, uma ficção de natureza política, que decorre da naturalização das relações de dominação colonial. Roy Wagner (2010), por sua vez, ressalta que o caráter não neutro não implica na falta de uma objetividade, já que é através da relação entre os sujeitos e o pesquisador que ocorre um processo objetivo, por observação e aprendizado, de invenção da cultura. O que é evidente nos escritos de Wagner é a compreensão da cultura enquanto produto de uma relação, de um processo intersubjetivo, do qual participam antropólogos e “nativos”. É a partir de tal relação que o etnógrafo pode conferir uma inteligibilidade e uma interpretação teórica sobre parte desta realidade.

Oliveira (2009) aponta para a investigação antropológica como uma prática que deve ser exercida tendo em conta seu caráter situacional e dialógico, definido por ele em termos de

“situação etnográfica”. Trata-se de pensar práticas etnográficas adequadas às novas situações de pesquisa. As velhas práticas, entendidas como “verdades operacionais”, devem ser abandonadas por um fazer antropológico que considere não só novos objetos, mas também novos métodos e técnicas. Nessas novas situações de pesquisa, os sujeitos concorrem e disputam os sentidos e objetivos do estudo, mensuram as suas consequências e reivindicam seus benefícios.

Sendo então um processo objetivo de construção da cultura, como resultado de uma interação intersubjetiva, ao invés de uma abordagem unilateral que desconsidera esse outro. Apesar da interação sempre ter existido, atualmente há um esforço direcionado à construção de relações menos desiguais. Assim, os atuais debates apontam a subjetividade de ambos os sujeitos participando da construção objetiva do conhecimento científico. A implicação subjetiva do pesquisador no campo não compromete a objetividade da pesquisa, mas requer uma vigilância epistemológica (Bourdieu, 2010) e uma sinceridade metodológica (Malinowski, 1978) para tratar desse lugar de um sujeito posicionado (Rosaldo, R. 2000), uma vez que todo sujeito é necessariamente posicionado.

Todavia, se é na relação entre a cultura investigada e a cultura do etnógrafo que se realiza o processo objetivo e inventivo da cultura, então haveria uma ambiguidade em se afirmar enquanto “nativo” que produz uma etnografia sobre sua própria realidade. Isso porque a interação entre as diferentes culturas estaria suprimida e o etnógrafo seria ele próprio nativo. Parte deste debate se centra na influência da perspectiva analógica² e na pretensão de compensar a ausência de distâncias físicas produzindo distâncias epistêmicas.

É neste sentido que Marilyn Strathern (2014) examina a questão de uma antropologia feita em casa. Trata-se da proposição de como pensar analogicamente situações etnográficas que não são analógicas. Portanto, ela defende estar em casa em termos de uma continuidade das premissas que organizam a forma de pensar dos sujeitos do campo, postulando a necessidade de romper com essa continuidade.

Strathern traz uma passagem do texto de Judith Okely que demonstra essa forma de fazer etnografia em casa, ao afirmar que precisou “aprender outra língua, falada nas palavras de minha língua materna” (Okely, 1984, *apud* Strathern, 2014, p.133). Em casa, portanto, implica em agir no mesmo esquema analítico em que opera o “nativo”. Strathern não apenas defende uma ruptura, como aponta uma continuidade entre os valores do pesquisador e os dos sujeitos de pesquisa como problemática. No entanto, essa continuidade sempre existirá, em

² Ver Althabe, G. (2006).

algum nível, visto que as sociedades contemporâneas estão cada vez mais conectadas por processos globais.

Mas, afinal, essa ruptura é de fato necessária? Talvez essa seja a indagação mais pertinente para este trabalho. E é a saída deste problema que aproxima Strathern de Bourdieu. Com ênfase no processo de produção - e reprodução - do conhecimento científico, Bourdieu parte da premissa de que a realidade social não é algo dado por natureza, mas que precisa ser questionada. E defende o “privilégio epistemológico” na construção do objeto, sendo assim o objeto entendido como um “sistema de relações construídas propositalmente” (Bourdieu, 2010, p. 46). Não se trata, então, das relações estabelecidas socialmente como um dado da realidade, nem de processos inconscientes, mas da construção intencional dessas relações na seleção de aspectos relevantes. É também um processo inventivo, *mutatis mutandis*, como aparece na discussão de Roy Wagner.

Mas e a perspectiva do pesquisador que pesquisa em casa? Como já ressaltado, em algum nível, não há maneira de não se estar em casa em uma sociedade global, e não há novidade em dizer que as fronteiras geográficas não podem ser encaradas como determinantes para essas decisões. No entanto, há um aspecto importante nas discussões que postulam uma ruptura epistemológica. Tanto Strathern quanto Bourdieu, entre outros autores, estão aludindo para um lugar da reflexividade inerente, embora não automática, ao procedimento de pesquisa, que implica em não encarar a realidade como autoexplicativa e em pensar o lugar do sujeito que produz o conhecimento. Bourdieu (2010, p.55) formula essa questão em termos de não abdicar do privilégio epistemológico.

A reflexividade requer apontar quais são os fundamentos de um postulado de ruptura. Gérard Althabe, pensando a antropologia francesa, assinala que há uma tentativa de “conservação de um dispositivo epistemológico segundo o qual o conhecimento antropológico só pode produzir-se no interior de um universo estranho ao investigador” (Althabe, 2006, p.16). A perspectiva analógica da antropologia, no ímpeto de estudar uma alteridade que ela própria produz - como no debate supracitado - já não encontraria terreno fértil nas pesquisas contemporâneas. O que se traduziria naquilo que Pacheco de Oliveira (2009, p.4) denominou como *cultural lag*, um descompasso entre concepções teóricas e as novas condições práticas de pesquisa.

A subjetividade participa do processo de pesquisa e o enriquece, podendo trazer novas perspectivas teóricas. A própria pesquisa, por outro lado, interfere e transforma tanto os sujeitos quanto o pesquisador. Logo, faz parte da reflexividade pertinente à pesquisa não perder de vista que tanto os antropólogos quanto os sociólogos são afetados e precisam “deixar-se afetar”

(Favret-Saada, 2005). Deixar-se afetar, nas asserções de Favret-Saada (2005), está ligado a estabelecer uma comunicação não intencional e involuntária com os sujeitos do campo. Conforme destacado por ela, tem o sentido de uma participação livre da onipresença do projeto de pesquisa e uma posterior reflexividade sobre essa participação. É preciso ocupar um outro lugar que não seja o da indiferença ou o da empatia para experimentar uma nova forma de pensar³ e de construir esse sistema de relações conhecido como objeto de pesquisa. Sendo assim, partir dessa compreensão da afetação e do lugar dessa subjetividade na produção científica pode ser encarado como uma outra forma de fazer ciência, reconhecendo os meandros ocultos de uma prática científica que, como demonstrou Bourdieu (2010), não pode mais se iludir com uma objetividade positivista.

Não se pode tentar expurgar as subjetividades, é preciso reconhecê-las como perspectivas que enriquecem o processo inventivo da pesquisa, dado o caráter sempre posicionado e reposicionado do pesquisador. O reposicionamento do sujeito no transcurso do trabalho de campo é uma ênfase posta por Rosaldo R. (2000, p.28-9). Esse deslocamento por dentro de um universo cultural coloca novas questões para o etnógrafo conforme ele se depara com problemas e respostas inesperadas. Dessa forma, estar posicionado não se trata de uma posição social cristalizada, mas de uma relação dinâmica de acordo com os rumos da prática cotidiana da pesquisa. É no constante reposicionamento pelas teias de relações, e a partir das afetações que se produzem no transcurso da investigação, que novas questões emergem. Os *insights*, portanto, devem ser considerados como resultado dessa reflexão crítica e não de uma perspectiva ingênua.

Considerando os termos expostos e o meu campo de pesquisa, considerar este lugar significa adotar a perspectiva de ser “um familiar de vítima da violência”, o que traz desafios. Essa categoria passou a fazer sentido para mim após uma conversa com uma das mães de uma dessas vítimas, durante a exibição do filme “Nossos Mortos Têm Voz”. No entanto, minha situação foi diferente. Eu não fui afetado desde o princípio, a partir da mesma posição social que aquelas mães e familiares. Não pude experimentar este lugar porque não me reconhecia nesta categoria, de familiar de vítima. E a falta de inserção nesses movimentos, além do fato de ser filho de uma vítima que poderia ter sua condição de vítima posta em xeque por também ser agente dessa violência, diferenciava minha perspectiva sobre esse fenômeno. Talvez esse seja o cerne do meu interesse em estudar essa questão sob a categoria dos amigos, uma posição que experimentei ao perder pessoas da minha rede de amizades durante o início da juventude.

³ Ver Rosaldo, M. Z. (2019).

Encarar essa perspectiva implica mover-se em meio aos pressupostos que organizam um conjunto de visões particulares. Sou influenciado, sobretudo, por uma afetação involuntária que precede a pesquisa, ou seja, por minha participação nesse campo de relações antes mesmo de me tornar pesquisador. Operar uma distinção entre o que pensam os sujeitos da pesquisa e o que penso enquanto pesquisador é inevitável. No entanto, essa é uma operação de distanciamento secundária, inerente ao processo de escrita e construção teórica do conhecimento. Reconheço que, embora essa distinção vise delinear diferenças próprias do campo científico sem eliminar seu processo subjetivo, um de seus efeitos indesejáveis pode ser a reprodução de hierarquias sociais. Não é possível adotar uma visão ingênua e pintar o cenário de uma relação completamente dialógica que ainda não foi alcançada. Vejo essa relação dialógica como um horizonte para o qual dedicamos nossos esforços, mas que ainda não atingimos.

Baniwa (2019) evidencia que alcançar essa simetria implicaria numa reformulação total da matriz teórica-metodológica da Antropologia, o que poderia ser estendido a todo campo das ciências sociais. Essas não são as condições sob as quais nos encontramos atualmente; portanto, é preciso entender as limitações deste movimento. Por ora é necessário assumir a posição de defesa daqueles que foram mortos, uma defesa inabalável pelo valor da vida. Porém, assumir essa defesa também requer apontar os pressupostos de uma visão sobre as vítimas da violência, sejam elas incorporadas à perspectiva do pesquisador ou sob o ângulo dos sujeitos pesquisados.

2.1. Questões e pressupostos

Há uma tradição de estudos sobre vítimas da violência, com destaque para as ciências sociais no Brasil e na América Latina. Essa tradição privilegia uma perspectiva familista (Jelin, 2007), em que há ao menos duas variantes principais. A primeira se volta para os familiares das vítimas de ditaduras civis-militares do século XX no Cone Sul, um campo predominantemente explorado por historiadores. E a segunda, que abrange os familiares de vítimas a partir do fenômeno que tem sido qualificado como “violência urbana”, à qual este estudo se alinha ao incorporar análises que consideram também os amigos das vítimas.

Para este estudo, parto da noção de “autoridade moral” em falar dos mortos (Vianna e Farias, 2011) como uma noção que iluminou minha perspectiva sobre os amigos das vítimas, fornecendo subsídios para questionar quem pode falar e como se fala dos mortos no contexto de amizades em meio à violência armada. Neste sentido, busquei dialogar com questões presentes nos trabalhos de Adriana Vianna e Juliana Farias. Ao retratar o caso das mães de

vítimas de violência do Estado, as autoras demonstraram que a reivindicação pública por justiça e reparação passa pela construção de redes de afeto e política mediada pela legitimidade do lugar social da mãe. Esse lugar é fundamental para a possibilidade de construir essas memórias dos mortos.

No caso dos amigos, e muito em razão de moralidades constituídas sobre esses sujeitos, não foi possível encontrar qualquer indicativo da possibilidade de construir uma trajetória política de reivindicação por justiça e reparação, mas ainda assim essas memórias possuem uma projeção pública no espaço da cidade, para fora das redes de sujeitos atingidos diretamente pela violência. Como pude observar em campo, a disposição das escritas das pichações nos muros, usando termos como por exemplo “saudades (Figura 5), luto, vive, eterno”, seguidas dos nomes daqueles que foram mortos, revelou-se como um indicador empírico (Pollak, 1989) das memórias, a face visível de processos ocultos para a maioria das pessoas. Portanto, há distinções e aproximações com estudos relacionados aos familiares de vítimas.

Outra premissa é a noção de vítima envolvida na busca por justiça e na expressão pública dessas memórias, o que se relaciona à classificação dos assassinatos como violência. Sobre a ideia de vítima, Cynthia Sarty (2011, p.54) defende que “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos [...], conferindo legitimidade moral às suas reivindicações”. A maneira de testar os sentidos dessa categoria é através da ideia de violência, afinal, os assassinatos são considerados violência? Embora possa parecer contraintuitivo, as entrevistas de campo indicaram o oposto, destacando a naturalização da morte violenta, encarada como um percurso inevitável em algumas trajetórias. Os assassinatos, assim, não foram apresentados discursivamente pelos sujeitos como propriamente aquilo que se qualifica como “violência”, uma vez que a chave da violência funciona com categoria de acusação social (Misse, 2009). Isso reflete a ideia fundamental encontrada em diversos discursos que também se manifesta como um reconhecimento implícito das opções disponíveis no contexto do crime: “Há apenas dois destinos, a prisão ou a morte”. O que está implicado em valores ancorados em um fundo cultural religioso e na circulação de um certo senso comum penal e punitivo, que pode ter sua fonte de difusão em filmes e séries sobre o universo do crime. Como pude notar sobre essas produções audiovisuais, trata-se de um gênero amplamente consumido por esses indivíduos. Além disso, os telejornais diários também desempenham um papel significativo na construção da percepção sobre a violência.

Figura 5 — Pichação em um dos acessos ao Morro do Sampaio



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

Com relação aos conflitos em torno das memórias, poderia se considerar a figura do Estado ou de uma sociedade abrangente como elemento antagônico, conforme as memórias subterrâneas descritas por Michael Pollak (1989). Questão também que já começa a ser dispensada em algum nível, uma vez que as entrevistas foram revelando conflitos no interior das redes de amizade, afastando alguns atores criminais (como milícia, traficantes de drogas e polícia) do centro dos conflitos. Esses grupos armados - ou redes criminais - foram apresentados de maneira fatalista, enquanto fora do alcance dos sujeitos. O caráter fragmentário das memórias, ao qual alude Portelli (2006), se mostrou mais proeminente nas narrativas dos amigos das vítimas. Refere-se a um caminhar por outro nível dos conflitos em torno das memórias e narrativas, que não aqueles que figuram na arena política-estatal, mas que também não antagonizam com os atores criminais.

O deslocamento analítico para as questões que passam ao largo das mobilizações políticas de familiares possui vantagens. Trata-se de uma outra maneira de construir o objeto, um afastamento das formas estabelecidas de encarar os processos de luto, morte e violência. O que não pressupõe processos excludentes. Por sua vez, o deslocamento de um estudo sobre as vítimas coloca como centralidade os sujeitos que são potenciais alvos da violência, a partir dos marcadores sociais de raça, classe, gênero e perfil etário.

2.2. Estratégias metodológicas

A abordagem metodológica consiste em uma pesquisa etnográfica, utilizando técnicas de observação participante e entrevistas biográficas, envolvendo o método de narrativas de vida proposto por Daniel Bertaux. Segundo este autor (2010, p.18), a narrativa de vida consiste na “descrição sob forma narrativa de um fragmento da experiência vivida”. No entanto, é necessário ampliar a ideia de viver uma experiência para incluir o compartilhamento intersubjetivo dessa vivência pelos sujeitos do campo, mesmo que não estejam presentes no momento dos acontecimentos. Os fragmentos escolhidos para abordar o fenômeno das memórias e narrativas consistem de dois eventos: o assassinato de Daniel, nas primeiras semanas de 2024, e o assassinato de Serginho, em setembro de 2019.

Segundo Bertaux, a estrutura diacrônica da narrativa auxilia na compreensão "das lógicas de ações no seu desenvolvimento biográfico e das configurações de relações sociais no seu desenvolvimento histórico" (Bertaux, 2010, p.17). A dificuldade em acessar o momento da pichação, devido ao risco de vida e à ocorrência de mortes, impôs a adoção de entrevistas narrativas. Essas entrevistas, por sua vez, ajudaram a situar os narradores dentro de um contexto de violência e das relações envolvidas nesse ambiente.

Além disso, a observação participante tornou-se essencial para conduzir a pesquisa nos espaços de sociabilidade dos amigos. É fundamental destacar que a observação participante permite “captar as ações e os discursos em ato” (Goldman, 2003, p.458), revelando o caráter sincrônico desses eventos. Para além das entrevistas, são importantes os discursos mais espontâneos e cotidianos. Dessa forma, busco combinar métodos sincrônicos e diacrônicos, com o objetivo de compreender os relatos e as práticas envolvidas na rede de sociabilidade desses sujeitos.

A partir da narração desses eventos e da circulação cotidiana pelo território - em uma prática de pesquisa que buscou não eliminar as afetações involuntárias, mas que também impôs momentos de práticas racionalizadas - analiso uma espécie de gramática sobre esses eventos, perpassando assim questões de afetos, amizades, violências, mortes e mortos. Em alguma medida, trata-se da questão de como a morte e a violência se tornam dizíveis neste contexto.

2.3. Memórias, narrativas e testemunhos em meio à violência

Há um ponto de partida para esta pesquisa, que precisa ganhar uma imagem clara para se compreender onde pretendo chegar: a problematização da ideia de violência e, por outro lado, o fato de assumir aqui uma noção de violência específica. A ideia de violência como

produção intencional da morte é o ponto nodal. Ela, no entanto, está relacionada com um conjunto de representações de violência atribuídas pelos sujeitos do campo de pesquisa e pela sociedade em geral. Começar esta seção demarcando tal noção permite me debruçar sobre uma perspectiva mais específica que pretendo desenvolver: pensar as memórias, narrativas, testemunhos, amizades, emoções e, em alguma medida, subjetividades, em um *corpus* teórico que ampare a composição - em cenas e fragmentos - dos relatos sobre essas mortes.

Não é novidade que esse tema da violência vem ocupando diariamente manchetes dos jornais brasileiros, o que tem contribuído para uma percepção contínua da violência como um problema público. De acordo com Machado (2010, p. 289), “um amplo e variado conjunto de condutas [...] foi reunido e ressignificado no plano prático-discursivo, gerando um campo de debate articulado pela polissêmica representação de violência urbana”. No contexto dos encontros cotidianos, essa ideia de violência ganha forma na tematização dos episódios que vão de assassinatos em meio a conflitos pelo controle de mercados ilícitos e domínio territorial a crimes contra as propriedades. Observando as nuances próprias dessas dinâmicas criminais, os relatos assumem uma expressão contingente aos eventos.

Em uma das suas formas de representação como problema público, a violência é apresentada a partir de uma série de indicadores e estatísticas, como a taxa de homicídios e o índice de roubos, entre tantos outros. [Sérgio de Lima \(2008\)](#) demonstrou que o excesso de representações por diferentes agências estatais, longe de produzir discussões públicas no sentido de políticas democratizantes, resulta em uma opacidade nos dados e em um discurso de transparência com pouca efetividade na prática. Por outro lado, não apenas instituições estatais pautam esses dados, como também organizações não governamentais tensionam a legitimidade de estatísticas oficiais das secretarias de segurança pública dos estados. Seja qual forma de representação assumam - em números ou através de uma percepção a respeito da violência mediada pela imprensa e pelas produções cinematográficas sobre o universo do crime - o que importa é a expressão desses relatos a partir de um lugar muito próximo aos acontecimentos.

Não é necessário enfatizar como a violência letal impacta de forma desigual populações com diferentes perfis raciais, de classe e territórios, pois esses dados são continuamente reiterados por diversas instituições. Embora seja importante considerar esses marcadores, o foco estará nas histórias dos personagens e nas cenas descritas. Não pretendo me estender no debate sobre violência, devido ao seu caráter polissêmico e altamente subjetivo (Wieviorka, 2007), bem como à sua instrumentalidade como categoria de acusação social (Misse, 2009). Portanto, limito-me a definir a violência dentro do escopo desta pesquisa como a produção de

mortes por violência armada e, ao mesmo tempo, procuro pensá-la localizada nos discursos dos sujeitos do campo.

Avançando no debate sobre relatos, testemunhos e memórias, alguns esboços de como diferentes autores tratam esses temas podem ser aqui traçados. A começar pela noção de memória, que me parece ter muito claro o seu caráter duplo: na captura do presente pelo passado e na emergência do passado de acordo com as condições do presente.

Michael Pollak (1948-1992), em meio aos horrores do século XX, buscou pensar nas possibilidades de memórias emergirem na arena pública. Elaborou, com isso, a ideia de memórias subterrâneas, circulante em meio às redes informais de comunicação e sociabilidade, resguardadas do esquecimento pelos encontros mais ordinários da vida. No sentido inverso, em uma perspectiva dual, ele pensa em memórias enquadradas. Nesta acepção, a relação estabelecida é entre memórias dominantes e memórias de grupos marginalizados, com um importante deslocamento da análise das memórias, até então estritamente concentrada em aspectos subjetivos e, em menor medida, enquanto fenômeno coletivo, para o plano político. Estariam compreendidas, assim, as relações de poder entre memórias dominantes sobre as memórias mais marginais.

Desta forma, na perspectiva de Pollak (1989, 2010), existem as memórias oficiais, aquelas memórias dominantes e hegemônicas que resultam de um processo profissional de seleção e enquadramento dos acontecimentos; e as memórias subterrâneas, que se mantêm e se constituem a partir das redes de comunicação informal, sendo transmitidas oralmente através de gerações. O que possibilita a emergência dessas memórias subterrâneas ao espaço público são as circunstâncias conjunturais.

Distinguindo em três níveis, que se sobrepõem e relacionam, Jan Assmann (2016) classifica as memórias como sendo: memórias individuais, enquanto memórias mais pessoais e constituintes do *self* interno; memórias culturais, que estão relacionadas a tradições, mitos e histórias; e memórias comunicativas, em âmbito social, consistindo em interações e comunicações não formalizadas e não estabilizadas por formas de simbolização material. Esses dois últimos níveis são definidos por Assmann (2016, p.118) como memórias coletivas: “dois diferentes modos [coletivos] de lembrar”. Dependentes das contingências da vida, os grupos mais marginalizados, que se situam no nível das memórias subterrâneas em Pollak, para Assmann (2016), encontrariam uma forma de dar durabilidade aos fatos do passado através da solidificação e do investimento das lembranças nas coisas, assumindo uma forma cultural.

Se em Assmann há um espaço para um movimento de lembranças mais formalizadas, em Pollak essa formalização aparece em um trabalho de enquadramento das memórias que

sublinha o caráter uniformizador e destruidor das memórias oficiais. Embora Assmann reconheça uma tendência elitista e desigual das memórias culturais, também classifica como estruturas abertas as tensões entre diferentes níveis, com deslocamentos estruturais das memórias entre níveis biográficos, comunicativos e culturais, dando mais espaço ao aspecto das dinâmicas estruturais das memórias.

Michael Pollak (2010) debate uma outra dimensão dentro de uma dinâmica que ele denomina como a "gestão do indizível". Os deslocamentos enfocados, dessa forma, seriam entre zonas de esquecimento, silêncio e não-ditos. De acordo com Pollak, (2010, p.43) “um passado que permanece mudo é talvez menos um produto do esquecimento do que de uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida”. A ênfase muito clara está no caráter racional dessas lembranças, na agência dos sujeitos que lembram diante dos constrangimentos sociais provocados pelas circunstâncias em que se é possível enunciar os fatos do passado. Além disso, mais elementar do que lembrar é a possibilidade de comunicar a lembrança, dadas as condições do presente.

Além da comunicabilidade, da enunciação racional dos eventos passados e das condições de submersão das memórias, não poderíamos deixar de abordar o imperativo do passado sobre o presente, naquilo que Beatriz Sarlo postula em termos de uma captura. Segundo ela, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (Sarlo, 2007, p.9). O tempo passado invade o tempo presente, impõe-se e apodera-se dele. O passado para Sarlo, no entanto, entra no mercado simbólico do capitalismo tardio com muita eficiência. Nas acepções da autora, o vivido não só se irrompe a partir do âmbito das memórias, mas também está no centro de interesse dos mercados simbólicos. Há diversos exemplos muito práticos de uma reescrita da história ou mesmo da memória, através da história oral, em nossos tempos, disputando os sentidos sobre o passado. O que me parece muito claro é que a duplicidade da memória revelaria, em certo sentido, seu caráter contraditório. É no jogo de contraposições entre a experiência do vivido que precisa ser relatada e o imaginário social do presente que a memória se realizaria. Nesse jogo, seria difícil determinar qualquer preponderância de um fator sobre outro, de modo muito geral. O que ocorre é que, dependendo das circunstâncias, a dinâmica de determinações pode se alterar e o passado pode ser tão poderoso quanto o imaginário social e cultural atual.

Com isso, esse passado não é uma figura passiva na produção dos relatos. Em algumas circunstâncias, como aponta Sarlo, “é um perseguidor” que não pode ser eliminado e que se faz compreensível através de procedimentos narrativos. Então, importam esses procedimentos de fazer o passado vir ao presente, de se realizar enquanto um dado da existência. Em conjunto

com a circulação da memória por “redes subterrâneas” tem-se o testemunho, como uma forma de narrativa elaborada que se faz na tentativa de transmitir aos outros experiências extremas, como defendeu Márcio Seligmann-Silva (2008) em uma reflexão sobre os escritos de Primo Levi.

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do Lager (Seligmann-Silva, 2008, p. 66).

Esse lugar de testemunhar um evento extremo é paradoxal. Por um lado, se “tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67) frente às situações-limite, momentos de violência e terror, aqueles momentos em que se olha para a morte, em que se caminha no “espaço da morte”, como revelado através do testemunho de um indígena colombiano a Michael Taussig (1993, p. 29). Porém, ao mesmo tempo, “o testemunho de certo modo só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67). O impasse, então, como demonstra Seligmann, reside no desejo de comunicar o incommunicável, aquilo que é encarado sob o signo da “singularidade” e que enfrenta a dificuldade em ser generalizado para fazer sentido para o outro. No entanto, Beatriz Sarlo (2007) também aponta, por meio da obra *O narrador* de Walter Benjamin, para um debate acerca da ruptura entre experiência e narrativa, onde a própria existência da experiência é inseparável de sua comunicabilidade.

2.4. O ideal de amizade

A proposta deste estudo se destaca ao explorar a comunicação da experiência violenta sob a perspectiva específica das relações de amizade. No entanto, compreender a ideia de amizade requer reconhecê-la como carregada de significados históricos. Na história do Ocidente, conforme Silver (1989), a concepção comum de amizade foi sendo transformada ao longo do tempo, deslocando-se para uma esfera pessoal e afetiva, frequentemente dissociada de princípios sociais. Constituiu-se em sentido inverso às trocas racionais, formais e explícitas, posicionando a amizade como o espaço privilegiado para a realização plena da agência humana individual, em maior medida do que os laços de parentesco e irmandade, submetidos às normas sociais. No entanto, Silver também ressalta que essa idealização moral das relações de amizade é um fenômeno eminentemente moderno. Ele argumenta que nenhum voluntarismo pode ser adequadamente descrito como expressão de escolhas individuais absolutas. Ainda assim, apesar

das variações históricas no ideal da amizade, a presença de um elemento ideal de agência voluntária persiste em todas elas.

Claudia Barcellos Rezende (2002), em diálogo com Allan Silver (1989), ressalta que a igualdade não é uma característica universal das condições de amizade. Em sua análise das relações de amizade entre empregadas domésticas e patroas em comparação com grupos de amigos na Inglaterra, ela propõe um conceito mais abrangente de amizade que dê conta dos aspectos mais gerais das dinâmicas sociais em contextos socioculturais específicos, mas também das autonomias. Rezende (2002, p.27) sugere que a ideia de amizade é objeto de negociação nas relações situadas socialmente em termos de gênero, classe, idade e raça. A amizade, assim, passa por constrangimentos e negociações de acordo com o contexto e os atores envolvidos.

Tendo como referência os marcadores sociais de raça e gênero, aspectos adicionais tornam-se evidentes, revelando as nuances das relações de amizade situadas em uma esfera de afetos e pessoalidades. Durante o trabalho de campo, ficou claro que as relações sociais entre amigos carregam um componente racial conectado à identidade social de “cria”, uma categoria “nativa” evocada pelos entrevistados do gênero masculino. Conforme aponta Diogo Lyra (2016, p. 52), cria é “um personagem de afeto elementar que corresponde ao espaço simbólico de identidade da comunidade onde o próprio jovem reside”. É precisamente nesta concepção de cria que se encontra o vínculo que articula o conjunto de relações entre os sujeitos.

Figura 6 — Pichações em um muro residencial do Morro do MK



Fonte: Google Street View, 2019

Essa identidade, que condensa a estima entre sujeitos nascidos e criados em um mesmo território, encontra expressão em uma estética que valoriza os cuidados com o cabelo crespo e as formas de se vestir. Nesse contexto, a barbearia se configura como um espaço comum de sociabilidade, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos de amizade. Assim, independentemente dos diferentes percursos individuais, o ideal de amizade - sintetizado na noção de “cria” e reatualizado nas dinâmicas que orbitam uma estética periférica e negra - oferece uma base para estabelecer até mesmo relações que colocam em risco a vida desses sujeitos ao desafiar diferentes atores criminais. Estar devidamente trajado e com o cabelo “na régua” parece constituir um requisito central para a participação em espaços de lazer e diversão, como bailes e pagodes.

Gustavo, um dos amigos das vítimas, recorda em tom nostálgico o período em que frequentava o baile funk acompanhado daqueles que foram mortos: “Baile era bom pra caralho, gostava de um baile! Ainda mais com *os cria*”. Ele relatou que o grupo descia do Morro onde residia e esperava no ponto da avenida principal do bairro pelas lotadas - veículos como vans e kombis que realizavam o transporte informal em direção às favelas da capital fluminense durante os bailes. Nesse contexto, o baile emerge como um marco das memórias compartilhadas sobre os mortos, enquanto a barbearia assume um papel central na manutenção dos laços entre *os crias* sobreviventes. A seguir, apresenta-se o relato de Gustavo sobre a relação de Serginho, uma das vítimas assassinadas, com aqueles que ingressaram no universo do crime:

É! Que tipo assim, ele não abaixava a cabeça pra milícia, ele não gostava dos cara mesmo. Os cara esculachava ele direto porque o salão dele era aqui no Morro e ele cortava o cabelo dos bandidos, tinha amizade com bandido. Mas também os milícia não entendia que os bandidos daqui também era todo mundo nascido e criado junto, né? Não é porque você virou traficante, eu sou teu amigo, tu virou traficante que eu vou deixar de ser teu amigo, entendeu?(Relato de Gustavo, 2024).

Conforme Silver (1989), o ideal moderno de amizade envolve a construção de uma confiança baseada no reconhecimento do “verdadeiro eu” dos indivíduos. Essa confiança, portanto, estaria fundamentada mais no conhecimento da essência do outro do que nas consequências de suas ações. Essa dinâmica, em certa medida, pôde ser observada na interação desses sujeitos com atores envolvidos em redes criminais.

A relação entre aquele que está envolvido em atividades criminosas e aquele que mantém apenas uma amizade com ele remete a um ditado popular ouvido durante o trabalho de campo: “Quem se mistura com porcos, farelo come”. Esse ditado evidencia uma tensão entre o ideal de amizade e o imaginário social construído em torno desses indivíduos. Por outro lado,

tal relação também encontra ressonância na realidade concreta, uma vez que o vínculo de amizade, condensado na noção de “cria”, constitui um obstáculo aos interesses e à esfera de controle dos grupos armados, os quais invadem as relações mais íntimas e impõem suas próprias regras.

2.5. Amizades e expressão pública dos sentimentos

Na clássica obra *A expressão obrigatória dos sentimentos*, Marcel Mauss fez uma contribuição pioneira e fundamental ao abrir um campo de debate sobre os afetos na Antropologia, que até então estavam limitados à dimensão psicológica. Segundo ele, “toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação” (Mauss, 1979, p. 147). Só com essa abertura que as emoções puderam ser lidas, nos debates contemporâneos, como discursos sociais - e emocionais - em situações sociais específicas (Abu-Lughod e Lutz, 2018). Neste sentido, o ideal de amizade expresso nos afetos narrados pelos sujeitos do campo precisa ser visto como marca de um compromisso com uma noção muito geral de amizade.

Isso não implica que esses sentimentos não sejam vividos, mas que as formas de expressar a dor da perda, o sofrimento, a saudade e o amor pelos amigos, por meio de determinadas expressões orais e corporais, devam ser entendidas como uma adequação às regras sociais e culturais específicas que permeiam o universo das relações dessas amizades. Esse fenômeno está delimitado a um contexto de interação social predominantemente masculino. Essas expressões de sentimentos são, portanto, ao mesmo tempo sociais e obrigatórias, mas também naturais, sendo manifestações tanto fisiológicas quanto sociológicas (Mauss, 1979).

Conforme mencionado anteriormente, a noção de amizade tem sido situada no contexto de um ideal moral de confiança alicerçado no reconhecimento do eu interior dos sujeitos (Silver, 1989). As emoções, compreendidas como pertencentes a esse lugar interior, dialogam com perspectivas biopsicológicas e são debatidas a partir do problema da essencialização. Entre os autores que exploram essa temática, Lila Abu-Lughod e Catherine A. Lutz fazem alusão a essa questão, destacando que:

Atrelada a *tropos* de interioridade, e investidas de um caráter de factualidade inquestionável por estarem localizadas no corpo natural, as emoções retêm teimosamente seu lugar (até mesmo na maioria das discussões antropológicas,

à exceção das mais recentes), como o aspecto da experiência humana que é menos sujeito a controle, menos construído ou aprendido (logo, universal), menos público e, portanto, menos suscetível à análise sociocultural (Abu-Lughod e Lutz, 2018, p. 1).

As autoras identificam quatro abordagens empregadas para pensar as emoções. A primeira recorre ao tropo da interioridade, que opera na essencialização do emocional. Em contraste, as demais estratégias buscam relativizar, historicizar e contextualizar os discursos emocionais (Abu-Lughod e Lutz, 2018).

Michelle Rosaldo (2019) busca desconstruir os antagonismos que separam razão e sentimentos, argumentando que as emoções podem ser entendidas como “pensamentos incorporados”. Ela descreve que “emoções são pensamentos de alguma forma ‘sentidos’ em rubores, pulsos, ‘movimentos’ de nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele” (Rosaldo, M. Z. 2019, p.38). Dessa forma, as emoções são vivenciadas e carregadas de significados no corpo dos sujeitos. Ao romper com as teorias que opõem emoções e pensamentos, Rosaldo também enfatiza a dimensão pública das emoções, situando-as além do domínio interior e privado dos indivíduos. Afinal, “o afeto é culturalmente ordenado e não existe separado do pensamento” (Rosaldo, M. Z. 2019, p.32). Essa dimensão pública dos sentimentos, enquanto pensamentos incorporados, se torna visível na narrativa de Douglas, que relembra o dia seguinte ao assassinato de seu amigo:

O irmão dele estava sentado ao meu lado e eu tentava conversar com ele, ele tentava conversar comigo, e a lágrima descia, e a gente chorava. Daqui a pouco, a gente trocava de assunto e conversava, né? E as pessoas passavam, né? E perguntavam, as pessoas passavam, falavam algumas coisas, né? Querendo dar força aos irmãos... (Relato de Douglas, 2024).

Sentados na calçada, o irmão da vítima e Douglas alternavam entre momentos de choro, algumas palavras, lágrimas em silêncio e o consolo da comunidade. A expressão da dor se manifestava na rua, no espaço público ocupado por essas relações. Assim, além das pichações que traduzem uma manifestação pública de algo frequentemente concebido como pertencente à esfera privada (as amizades), observa-se uma multiplicidade de eventos que cercam a experiência da perda e do luto pela morte dos amigos. O choro, no entanto, mantinha-se silencioso, como se fosse contido por um limite imposto pela lógica de sociabilidade masculina que organiza essas interações.

Em outro trecho, essa problemática torna-se ainda mais evidente. Douglas questiona a ausência de manifestações de afeto em relação aos mortos por parte daqueles que ele identifica como falsos amigos, ao mesmo tempo em que delineia uma lógica generificada na expressão

desses afetos. Para isso, ele ocupa o lugar do outro e simula a lógica subjacente nessas relações para sustentar sua crítica: “Não vou falar com a mãe? Beleza! Às vezes com a mãe não tem intimidade, com a irmã não tem [intimidade], mas assim, todo mundo homem, de homem pra homem, chega e aperta a mão, dá um abraço, [mas] nem isso!” (Relato de Douglas, 2024).

Ao situar as emoções dentro do contexto das relações sociais, ampliam-se as possibilidades de entender como os sentimentos são expressos e regulados por normas culturais próprias desse universo masculino. Essa perspectiva convida a enxergar as emoções não apenas como experiências individuais, mas como elementos imbricados nas tramas sociais e culturais em que esses sujeitos estão inseridos. No capítulo seguinte, essas reflexões, entre outras, são materializadas em cenas vívidas e na descrição etnográfica.

3. ETNOGRAFIA E ENTREVISTAS: TRAMAS, PERSONAGENS E OBJETOS NO RELATO DA VIOLÊNCIA E DA MORTE

Logo nas primeiras semanas em que estive em campo, circulei por ruas e pelo bairro realizando algumas fotografias e buscando observar a paisagem. Também acessei fotos antigas através do serviço de imagens do Google, o *Street View*, por meio do qual observei pichações que já não existem mais. Passei a me sentar nas calçadas para conversar com vizinhos. No início, em diálogos rápidos, ainda tentando uma aproximação mais regular e constante. Com o tempo, essas conversas se tornaram mais longas e, em alguns momentos, trouxeram-me angústias. Depois passei a localizar essas angústias em minha implicação no campo, nesse fazer de uma “pesquisa em casa” (Strathern, 2014), que suspende qualquer possibilidade de isolamento.

Ao longo do trabalho de campo, fui percebendo que o próprio percurso etnográfico tem efeitos estritamente específicos, em razão de ser uma pesquisa feita “em casa”. Sentir os constrangimentos e incômodos da possibilidade de cair nas redes de fofoca e tornar-se mal falado era um deles. Parte dessa preocupação também estava relacionada com uma avaliação de que isso poderia fechar portas com aqueles que estavam colaborando comigo ou mesmo com os outros que eu pretendia alcançar no futuro. E, eventualmente, também interferir em minha relação pessoal com esses sujeitos. Passado um tempo, deixei de me preocupar e compreendi o “ser fofoqueiro”, ou mesmo ser alvo de fofocas, como um lugar estratégico. De todo modo, essa é uma reverberação do lugar de um sujeito posicionado e de um conhecimento situado (Rosaldo, R. 2000). Os incômodos decorrem dos efeitos dessa situação particular. Para se ter ideia da força dessa implicação, eu estava mais preocupado em não cair nas redes de fofocas do que em ser confundido com um informante de algum dos atores criminais.

Notei, ao caminhar pelo campo, que não fui percebido como pesquisador, mas como alguém “de dentro”. De tal modo que fiquei em dúvida se deveria esclarecer esse meu caminhar, que se estendia para além dos momentos das entrevistas. Quais seriam as consequências disso para a continuidade do diálogo? Deveria me aproveitar da vantagem de ser alguém de dentro e, por isso, passar despercebido enquanto pesquisador? Sem esses momentos de comunicação espontânea, a excitação e as mudanças de humor nos momentos de tensão - que são difíceis de serem definidas - de viver toda uma série de movimentações locais após uma tentativa de assassinato, eu não poderia de fato experimentar esta realidade. Preciso reconhecer que não estava sendo a todo momento pesquisador, mas vivendo os dilemas locais em meio a eventos violentos que continuavam a ocorrer, mesmo que em bairros ao lado, e que por isso se tornavam

assunto nas rodas de conversa. Essa não seria, afinal, uma maneira de “deixar-se afetar” (Favret-Saada, 2005) em um contexto de violência armada? Estava de fato vivendo os dilemas cotidianos da região, com minhas rotinas de pesquisa e outras atividades profissionais e, ao mesmo tempo, discutindo sobre os últimos eventos em conversas com vizinhos. Fazer pesquisa nessas condições é perceber que a investigação e a experiência de ser alguém de dentro são inseparáveis na prática.

Desde o início tentei fortalecer os laços de vizinhança e amizade, a princípio com o objetivo de pesquisa. Mas com o tempo esses laços foram adquirindo um caráter mais pessoal, ainda que refletidos e conscientes. Esse movimento de aproximação foi fundamental para a possibilidade de gravar as entrevistas, uma vez que gravar alguém falando sobre violência exigia uma relação de confiança. Refletindo sobre o meu papel nessa rede de relações e meu irremediável compromisso ético com esses sujeitos, progressivamente passei a revelar aspectos da prática etnográfica. Confesso que, em um primeiro momento, ao iniciar o trabalho de campo, restringi-me a falar que se tratava de um estudo sobre a história do local e sobre a violência, em termos muito genéricos. Ainda estava tateando, tentando dar contornos mais precisos nos momentos que antecediam as entrevistas. Com o tempo, em conversas informais aqui e ali, passei a explicitar os objetivos e a centralidade dos assassinatos de Serginho (barbeiro) e de Daniel (jogador de futebol e vendedor ambulante) para minha pesquisa. Essa relevância se deve ao fato de que ambos, antes de serem assassinados, estavam inseridos nas redes de amizade e afeto dos meus entrevistados. Em algumas ocasiões, hesitei em falar mais abertamente por temor de reabrir feridas de dor e sofrimento.

Além do compromisso ético e afetivo, era necessário esclarecer aos amigos e vizinhos das vítimas o processo extenso de pesquisa, que não se limitava ao momento da entrevista, mas que se estenderia ao longo dos meses. Embora as etnografias contemporâneas sejam cada vez realizadas em menos tempo, para aqueles não familiarizados com a pesquisa acadêmica, esse processo poderia parecer lento e demorado. Especialmente porque, em muitas ocasiões, tentei agendar entrevistas sinalizando que ocorreriam na semana seguinte, mas fui impedido por outras demandas. Em geral, as entrevistas se estenderam por todo o ano de 2024, sem se restringirem a um momento inicial ou período específico. Por isso, comecei a comentar sobre o tempo necessário para a conclusão, sobre o mestrado e a universidade, buscando estabelecer uma relação mais sincera e compreensível sobre o que eu estava fazendo ali. Afinal, é essencial que os participantes tenham acesso às informações da pesquisa, para que possam decidir se concedem ou não entrevistas, se concordam com a divulgação de seus nomes ou se desejam

acompanhar os resultados. Embora essas questões já tenham sido abordadas em muitas reflexões antropológicas, elas precisam ganhar contornos concretos.

Desde o início da minha presença em campo, a violência foi um tema recorrente nas conversas cotidianas. Muitas vezes, os sujeitos abordavam o assunto com cautela, revelada pela redução do tom de voz ou pela mudança na entonação conforme a especificidade dos casos. Em outras situações, eles demonstraram empolgação ao falar sobre mortes e assassinatos. Essas diferentes reações emocionais me levaram a perceber que havia gradações dessas manifestações diante do tema da violência. Isso ultrapassa a visão rígida que associa essa gramática emocional apenas à tristeza, medo ou temor, embora esses sentimentos também estejam presentes. Não se poderia atribuir uma valoração de bom ou mau ao sujeito com base nessas manifestações diante da morte violenta - o que indicou, desde o início, que o aspecto emocional precisava estar presente na discussão deste estudo.

Diante disso, é necessário reconhecer que este tipo específico de violência está profundamente enraizado na vida cotidiana, manifestando-se emocionalmente de diferentes maneiras, conscientes ou não. Contextualizar os aspectos emocionais é imprescindível, sobretudo tendo em vista que os meus valores e os dos meus interlocutores poderiam coincidir. Além disso, é necessário considerar que os riscos de discutir a violência no cotidiano podem moldar essas manifestações emocionais, revelando outra dimensão importante para a análise.

Essas conversas frequentemente abordavam o domínio dos grupos armados e os resultados dos conflitos entre o Comando Vermelho e a milícia. Em termos gerais, essa dinâmica de violência pode ser resumida nas tentativas dos integrantes do Comando Vermelho de estabelecer pontos de venda de drogas, conhecidos como bocas de fumo, no Morro do MK. Já as sucessivas incursões dos milicianos buscavam impedir e consolidar seu domínio, que não se manifestava de maneira ostensiva, com a permanência no território ou a exibição de armas. Mas observando os alvos à distância e escolhendo momentos oportunos para as execuções, os milicianos seguiam um *modus operandi* de emboscada.

O domínio da milícia, embora inconstante, ficava explícito ocasionalmente nas cobranças de taxas pelo fornecimento de água, mesmo que a bomba hidráulica que fornecia água para as casas nos pontos mais altos do morro fosse resultado de uma ação dos próprios moradores. Eles mesmos, inclusive, se encarregaram dos consertos do equipamento. Essa relação de exploração do mercado pela milícia se assemelhava então a uma concessão do uso da água, mas sem qualquer contrapartida.

O dizer acerca da violência, sobretudo nos portões das casas, não foi um fato induzido pelo meu interesse ou pela minha presença. Mesmo sem saber que eu estava pesquisando o

tema, ao se encontrarem, vizinhos comentavam sobre as movimentações do tráfico ou da milícia naqueles dias. Teresa Caldeira (2000, p.27) define a fala do crime - do medo e da violência - como repetitiva, fragmentada e, ainda mais importante, como uma fala contagiante. Além de gerar medo e reforçar a violência, o discurso sobre o crime também afeta o espaço público. Segundo Caldeira (2000, p. 27), “o medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações [...]”. Houve várias ocasiões em que presenciei cenas em que ocorria esse dizer da violência. Numa das vezes, saía de casa quando, na fila para o corte de cabelo na barbearia em frente, os rapazes comentavam a respeito da milícia e das incursões policiais. Sobre como as barricadas montadas não impediam o acesso da polícia, que passava direto pelos obstáculos montados pela facção. Na ocasião, não pude participar da conversa ou estabelecer uma relação de observador. Não havia entrada, naquele momento, para esta relação e minha tentativa de participar poderia causar constrangimentos.

Tendo essas observações em vista, passo então a encarar esses lugares enquanto espaços estratégicos de tematização da violência, de um dizer cotidiano da violência. Desconfio que há uma relação diferencial desses sujeitos com o espaço da rua que está ligada ao mundo do trabalho, às ocupações informais que exigem uma outra relação com o tempo, uma relação mais autônoma, embora ainda sim constrangidos pela necessidade de exercer alguma função laboral. Embora precarizadas e de baixa remuneração, essas ocupações parecem implicar de fato numa maior autonomia na gestão dessas temporalidades e, portanto, na interação com o espaço, permitindo se ocupar do cotidiano do território e desse falar da violência. O barbeiro, o servente de pedreiro, a manicure e a costureira, por exemplo entre outras profissões, parecem dispor de um tempo que pode ser dedicado a certos tipos de atividades, como a fofoca⁴. Esse é um aspecto significativo para localizar as narrativas no tecido da vida local e no ambiente urbano. Portanto, é dessa forma particular proveniente de uma relação precária com o mundo do trabalho e com a divisão do trabalho, também por gênero, que se constituem essas atividades narrativas sobre a violência.

Assim, mesmo a fofoca parecia exigir essa dedicação em um exercício que, intencional ou não, faz circular representações sobre os eventos violentos e sobre os sujeitos envolvidos nesses acontecimentos. Dessa forma, os portões, o salão e a rua no geral são convertidos em lugares estratégicos de tematização da vida nesses encontros do dia a dia. No entanto, quando

⁴ A fofoca é uma categoria antropológica significativa, com estudos relevantes de Norbert Elias e John Scottson em *Estabelecidos e Outsiders* (2000) e de Cláudia Fonseca em *Família, Fofoca e Honra* (2004).

se trata da fofoca, é preciso ressaltar a ambiguidade implícita. Os sujeitos apontados como fofoqueiros ironizam essa posição, mas não a negam. Ao mesmo tempo, é uma posição malvista entre vizinhos.

Segundo a análise de Claudia Fonseca (2004), a fofoca envolve tanto fatos quanto imaginários e desempenha diversas funções, podendo ser utilizada para difamar alguém, educar moralmente crianças ou informar sobre a reputação dos moradores de um local. Porém, a fofoca está sempre ligada a algum nível de integração social, pois não se faz intriga sobre pessoas desconhecidas. Além disso, Fonseca (2004) destaca que a fofoca é uma ferramenta dos fracos, atuando como uma arma de proteção e manipulação, nivelando aqueles que se encontram em uma posição de subalternidade.

Os portões, então, seriam esses lugares marcados pela fofoca ou pelo lugar social do fofoqueiro que precisa estar atento ao seu entorno. As fofocas também parecem circular por redes de *WhatsApp*, lugar mais inacessível dado o caráter privado das conversas. Não pude deixar de presenciar algumas comunicações, em envios de áudio de uma vizinha para outra, informando as mortes que ocorreram em outro bairro. Se o lugar de fofoqueiro era malvisto, a sua prática era quase que generalizada. De modo geral, a presença nos portões não implica em nenhum evento especial, além da possibilidade de observar e relatar, tematizar a violência e a morte.

A ocupação das ruas variava conforme o clima, entre dias de calor e frio, uma vez que algumas casas, além de não possuírem ar-condicionado, também contavam com pouca ventilação natural. Mas além do clima, que poderia ter alguma influência na ocupação do espaço, relevante mesmo era como essa ocupação poderia ser percebida pelos sons, fossem eles de crianças brincando nas ruas, as músicas ouvidas pelos rapazes ou mesmo pelo silêncio notável. O silêncio denotava por vezes a postura reclusa para se proteger das variações climáticas, mas também indicava uma percepção dos riscos de estar na rua diante de rumores da presença de milicianos ou faccionados. Carina, uma mulher negra de 28 anos que trabalhava como manicure e morava ao meu lado, foi enfática ao afirmar: "Quem vai pagar pra ver? A bala sempre encontra quem não tem que encontrar". Essa percepção sobre os riscos de ser atingido por balas perdidas não só encontra sentido nas estatísticas⁵, mas também se assenta no pressuposto de que a violência é o resultado natural da trajetória de alguns sujeitos.

Não poderia deixar de mencionar as diversas tensões entre moradores locais e traficantes, apontados como sendo de fora. Essas tensões giravam em torno das regras impostas

⁵ Nos últimos dois anos (2023 e 2024), segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, 240 pessoas foram atingidas por balas perdidas na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

pelos faccionados, como acender as luzes internas do veículo e abaixar os faróis. Especulava-se que os faccionados eram provenientes da Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio, ou do Complexo do Chapadão, na Zona Norte do Rio, ambas as regiões ocupadas pelo Comando Vermelho. As sucessivas incursões da milícia ou da polícia contribuíam para acirrar os ânimos e circulavam rumores de que os traficantes estavam à procura do “X9” (informante) que estaria repassando informações para a milícia. Os milicianos, por sua vez, realizavam emboscadas em carros comuns e paramentados com balaclavas⁶. Havia uma teoria local para o fato de esconderem o rosto: eram policiais conhecidos que moravam em bairros próximos. Também havia um consenso de que o objetivo das incursões e emboscadas era a eliminação física dos rapazes das facções. Uma fala repetida com constância e naturalizada era: “Se eles pegarem, vão matar!”.

Logo, a imposição da lei do Comando Vermelho gerou tensões com os habitantes do Morro, que se viram submetidos às ordens da facção, provocando inconformismo e resistência. Os episódios de moradores tendo armas apontadas para si repercutiram na vizinhança. O fato de serem “de fora” e, conseqüentemente não conhecerem as pessoas que moram na região, parece ter motivado os conflitos.

Nesse sentido, sempre que havia ocupação pelo tráfico a atmosfera era de tensão, não apenas pelos confrontos iminentes com milicianos, mas pela indisposição entre habitantes e traficantes. Não havia espaço para a normalização, tudo era sempre um evento novo encarado com entusiasmo, cautela e fofocas. Certo dia, subindo o morro pela rua principal, uma vizinha que estava com a filha percebeu homens armados na esquina. Eu subia logo atrás, quando as vi voltando e me dizendo sem parar de andar: “Volta, Michel! Eles estão armados na esquina!”. Subimos pelo outro lado do morro, depois de contornar por uma rua paralela. Chegando na rua principal, em que tanto eu quanto elas morávamos, havia algumas vizinhas e uns rapazes mais novos nos portões. A vizinha com quem eu havia subido se prontificou contar o ocorrido aos outros com entusiasmo, mas sem perder a seriedade. Imediatamente aquele se tornou o assunto entre os vizinhos que estavam nos portões ao lado.

A maior parte dos relatos sobre esses acontecimentos cotidianos foram em conversas mais informais, naquelas em que o papel do pesquisador não estava tão claro. Já nas entrevistas, notei um desejo de falar aliado a uma cautela de não citar nominalmente autores de práticas criminais. No entanto, não se tratava de uma postura generalizada, enquanto alguns evitavam

⁶ A balaclava é um acessório de vestuário, semelhante a uma touca, que cobre a cabeça, o pescoço e, em algumas versões, parte do rosto, deixando apenas os olhos expostos.

citar o nome “milícia” ou mesmo de facções, outros apontavam de forma muito enfática milicianos como responsáveis pela morte de Serginho, e integrantes do Terceiro Comando Puro (TCP) como responsáveis pela morte de Daniel. Algumas questões relativas às facções, por vezes, foram antecipadas pelos próprios interlocutores, já outras só foram respondidas mediante às minhas persistentes indagações. De modo geral, evita-se falar das práticas criminais ou ao menos nomeá-las.

Em uma segunda entrevista com Hellen, mulher negra de 33 anos e estudante de graduação, o silêncio pôde acionar memórias sobre eventos que estavam esquecidos. Dessa forma, ela se lembrou de um episódio em que Serginho foi torturado por policiais militares por estar sob efeitos de drogas. Já em outros casos, como na entrevista com Luciano, um homem branco de 37 anos que trabalhava como vendedor, o silêncio foi encarado com incômodo e fui cobrado sobre o que mais queria saber. Fui percebendo que o método de entrevista narrativa não funcionava com todos, mas que precisava contar com algum desejo subjacente em falar sobre as vítimas e desabafar. Assim, a escuta ativa, com uma comunicação não verbal que avalizasse a continuação do relato, precisava estar atrelada à vontade de contar. Havia também o silêncio do não-dito, que Pollak (1989) descreveu como uma gestão do dizível, sobretudo sobre supostas práticas criminais das vítimas. Alguns dos entrevistados furtavam-se do silêncio e, por vezes, as falas se intercalavam em discursos acelerados, como quem pretende dizer muita coisa em pouco tempo. Também havia pequenas pausas reflexivas, quando não um tatear pelas palavras buscando definir aquilo que não se conseguia dizer ou que se pretendia dizer de forma não explícita. Tudo isso foi demonstrando como a comunicação da violência, em um contexto mais controlado como o de entrevistas, contava com uma variação rica e notável, mas que se diferenciava nas narrativas do dia a dia.

Não apenas no início, mas na pesquisa em geral, lidar com as temporalidades da vida foi um desafio. Embora a pesquisa seja postulada como uma prática racional que precisa da maximização do tempo como recurso do pesquisador (Bourdieu, 2010), há também dimensões que escapam à intenção dessa maximização ou que se impunham sobre ela. Ter outra atividade profissional além da pesquisa e conciliá-la com o tempo dos meus interlocutores exigiu uma habilidade e uma dedicação que nem sempre puderam ser alcançadas com o afínco desejado. Embora pareça uma questão trivial, essa é uma dimensão pouco explícita que implica em um lugar de pesquisador da periferia pesquisando na periferia. No caso das mulheres entrevistadas, havia uma rotina marcada pelo cuidado com os filhos ou com a casa e com atividades remuneradas que poderiam ser conciliadas com essa dimensão não remunerada do trabalho.

Precisei dispor de algum tempo dedicado às relações para estabelecer uma constância e fortalecer vínculos com interlocutores. Com cautela e um tatear pelas relações, pude falar daqueles que foram mortos e colocá-los como centrais para a minha pesquisa, sobretudo durante as entrevistas. Já nas tematizações mais cotidianas e conversas informais, como disse uma vizinha, era preciso entrar na profissão de “fofoqueiro”, na qual elas eram profissionais e eu ainda estava iniciando. Nessa mesma ocasião, fui alertado que esse lugar de fofoqueiro poderia afetar minha reputação. No entanto, tornar-se fofoqueiro seria a melhor maneira de praticar uma observação participante e de participar das relações de modo mais efetivo; entendendo que essa era uma entrada, especialmente, através das mulheres. Não que os homens do campo não fossem fofoqueiros, mas a fofoca que eles praticam circulava por outros meios, como o espaço de futebol ou o grupo do futebol no aplicativo de mensagens, que por vezes também servia para abastecer as fofocas das esposas, tornando uma circulação um tanto quanto efetiva. Isso ficou claro quando uma vizinha me disse que o marido iria verificar a informação sobre um acontecimento no grupo de mensagens dos amigos do futebol. Em outras ocasiões, também circularam informações cuja fonte eram esses grupos.

Desconfio que, naqueles momentos em que as ruas estavam vazias sob rumores de atuação dos grupos armados, a circulação de informações tenha se concentrado nas interações por aplicativos de mensagens. O que foi possível notar em um episódio envolvendo áudios enviados por uma vizinha depois de uma série de mortes que aconteceram no bairro vizinho, na Jacutinga. Ainda que se trate de uma pesquisa que se dedica às interações face a face, as redes sociais assumem relativa importância. Elas abastecem essas interações e fornecem matéria-prima para a pesquisa. Não à toa que uma das entrevistadas me aconselhou a adicionar as pessoas nas redes para saber das fofocas. Não pude explorar como gostaria o universo das redes, o que também me demandaria outras questões teóricas e metodológicas, mas circulei pelas redes sociais das vítimas e dos amigos, com o objetivo de reunir informações que pudessem auxiliar no entendimento dos relatos e na elaboração de questões aos interlocutores.

De modo geral, esse lugar de fofocas e circulação de informações também enseja perigos, o principal deles é que se confunda o papel de fofoqueiro com o de um informante de algum dos lados. Risco que precisa ser assumido em uma pesquisa que tenha como objetivo pensar as narrativas e formas de rememoração das experiências violentas. Dedico-me, daqui em diante, em apontar como foi a entrada no campo a partir da descrição do contexto de realização de algumas das entrevistas.

3.1. Realizando entrevistas: encontros e contratempos

Foi na primeira entrevista, com Douglas, que Serginho se tornou peça-chave para compreender o contexto local de violência, as memórias e as possibilidades de comunicar essas perdas. A escolha de falar sobre o que ocorreu com Serginho foi dele, pela relação de amizade que eles tinham. Pedi que Douglas me contasse o que aconteceu e narrasse como foram os dias desde a morte do amigo. Assim, ele me descreveu como aconteceu o assassinato, o que seus olhos viram ao chegar ao local e o dia do sepultamento. Embora eu e Douglas tenhamos crescido juntos, obtive a entrevista com ele através de sua irmã Hellen Ohana.

Ohana é uma velha amiga da infância com quem mantive mais contato nos últimos anos. Ela assumiu o papel de intermediar as buscas por entrevistas e me auxiliou na aproximação com aqueles com quem eu não tinha um vínculo tão próximo ou de quem eu havia me afastado ao longo do tempo. Neste sentido, reconheço a importância de sua contribuição. Depois desse primeiro momento, passei a dar meus passos mais solitários, estabelecendo relações e buscando gravar as conversas por conta própria. Em parte, a primeira pessoa a ser entrevistada foi Douglas, muito em razão do auxílio de Ohana, mas também pela sua circulação pela rede de sujeitos locais.

Douglas é aquele que, na localidade e sobretudo entre os jovens, é descrito enquanto “cria: nascido e criado”. Foi essa a definição usada para que Luciano justificasse o fato de Serginho ser tão estimado pelas mais distintas pessoas do morro. Para além de ser nascido e criado, cria é uma categoria que “personifica num único corpo todas as instâncias simbólicas da dinâmica coletiva [...] homem e memória, substância e sentimento; é carne e espírito de sua comunidade” (Lyra, 2016, p. 51). Assim, a inserção de Douglas no espaço social dessas relações é comparável à de Serginho e de outros sujeitos. É esse lugar de personificação simbólica da “comunidade” que torna as entrevistas de Douglas, Gustavo e outros rapazes tão estratégicas.

Não foram necessárias muitas tentativas antes de conseguir entrevistar Douglas. Na segunda ocasião em que nos encontramos já realizamos a conversa. Combinei com ele que a entrevista seria na tarde daquela sexta-feira e, ao chegar ao portão, mandei mensagem para Ohana, que visualizou e me atendeu prontamente. Ao me encontrar, ela avisou que o irmão já estava a caminho. Quando ela abriu o portão, me permitiu avistar Douglas penteando o cabelo e vestindo uma camisa, e em seguida caminhando em nossa direção. Naquele momento, desconfiei que ela não havia explicado o tipo de entrevista que iria realizar. Então, quando ele chegou até mim, eu o cumprimentei e avisei que seria gravado apenas em áudio.

Como mencionei anteriormente, a escolha de falar sobre Serginho e Daniel foi de Douglas, mas a decisão de tornar esses dois casos objetos de pesquisa para pensar memórias e narrativas ocorreu *a posteriori*, quando analisei a relevância e a inserção desses sujeitos nas redes de sociabilidade local. No início do diálogo, desconfiei que Douglas seria reticente em falar sobre essas mortes, mas a preocupação parecia muito mais em construir um discurso legítimo diante do gravador, a partir de falas por vezes esvaídas de gírias, sem tanta precaução se iria nomear atores e práticas criminais. Embora não apontasse nominalmente os sujeitos, não foi hesitante em dar nome às facções e em apontar o território de domínio de milicianos.

Conversamos na varanda da casa de sua avó, em um quintal com algumas outras casas, todas de familiares. Vale ressaltar que essa é uma configuração residencial bastante comum na região. São terrenos grandes com diversas casas autoconstruídas, de parentes próximos. Em parte, essa configuração de ocupação fundiária decorre de processos de transformações econômicas e políticas particulares desta região da Baixada Fluminense. Geralmente esses são terrenos que foram adquiridos por pais e avós e compartilhados com filhos e netos. Além dos acordos que permitem o compartilhamento do lote, há também marcadamente conflitos por divergências sobre quem sucederia os mais velhos na ocupação do solo.

Foi Ohana quem propôs que a entrevista fosse naquele lugar, na varanda, onde já havia uma mesa de madeira com duas cadeiras diferentes uma da outra e com marcas do tempo. Não me pareceu que foi algo arranjado tão somente para a entrevista, mas que já fazia parte da disposição das coisas naquela área da casa. Ao longo da conversa, familiares de Douglas passavam fazendo coisas comuns da rotina doméstica. Sua tia estendia a roupa no varal, seu tio cuidava do neném que estava dormindo em seu colo, sua mãe vez ou outra passava por nós para falar algo com sua avó, que ouvia uma rádio evangélica sentada na sala de casa, no cômodo ao lado. Hellen permaneceu o tempo todo em pé, de frente para nós dois, enquanto eu entrevistava seu irmão. Esse fato não pareceu inibi-lo, já que ele falou sem receio sobre quase tudo que eu desconfiava que seria difícil perguntar. De vez em quando, ele olhava para cima ou para os lados, como quem escolhia as melhores palavras para narrar os eventos. Embora algumas palavras fossem cuidadosamente selecionadas, o gravador não foi um obstáculo e me parece até que o levou a performar esse lugar de legitimidade.

Assim que desliguei o gravador, Douglas se limitou a dizer que aquela era uma oportunidade de desabafar, o que também me disse Yasmin, irmã de Serginho e ex-esposa de Daniel. Passei a entender que essas entrevistas - que assumiam uma forma de escuta ativa a fim de permitir uma liberdade narrativa aos sujeitos, embora esse não tenha sido propriamente o objetivo - se converteram em uma escuta terapêutica para testemunhas da violência. Não encarei

isso como um problema, mas como uma vantagem. O relato precisa de uma escuta e minha escuta pode ter sido condição de produção desses relatos, que permaneciam naquela zona do não-dito, porém, não propriamente do esquecimento (Pollak, 1989). Depois passei a refletir se o discurso de Douglas, desvestido de gírias e com palavras incomuns, não só seria resultado de sua busca por legitimidade mas também de uma forte influência cristã. Apesar dessas nuances, que deixam até então em aberto o modo como os sujeitos têm atuado diante do gravador, essa primeira entrevista ocorreu sem intercorrências.

Se havia a expectativa por uma escuta terapêutica, compreendi que eu deveria proporcionar tal escuta considerando esse dizer dos eventos em sua significação direta, que por vezes é obliterada por uma perspectiva positivista, como se fosse necessário capturar um sentido oculto do discurso, sem nenhum nível de intencionalidade. O discurso talvez tenha performado um estilo incomum, uma tentativa de se ter uma legitimidade diante do gravador, mas também os silêncios e as pausas foram compreendidos como compondo uma gama de recursos nos quais esses sujeitos se apoiaram na situação de pesquisa, na relação comigo enquanto pesquisador e alguém “de dentro” da comunidade. Neste sentido, para uma compreensão mais global em termos do campo, levo em consideração a forma assumida por esses relatos. Desde o início, ficou claro que minha implicação nesse jogo de ditos e não ditos, de silêncios e implícitos, de expressões corporais e do contexto mais imediato de formulação dessas narrativas, era inescapável. No entanto, essa questão surgiu durante a escrita. Conforme apontado por Cardoso de Oliveira (2023), escrever, ouvir e olhar constituem atos cognitivos fundamentais no processo de pesquisa.

O que me parecia intencionalmente formulado por Douglas era sua defesa de um lugar de amizade legítima, informado por um esquema de valores e moralidades cristãs, enquanto uma das fontes de organização dos sentidos dessas relações. A metáfora do amigo que deveria ser salvo poderia ganhar significado enquanto um perfazer de um movimento de salvação presente na doutrina cristã. Desta maneira, Douglas defendeu que havia feito o necessário para salvar o amigo da morte, para desviá-lo do caminho da morte, mas que o caminho da morte teria sido uma trilha escolhida por ele, em seu “livre-arbítrio”.

Nesse discurso, há uma relação entre dois conjuntos de valores: de um lado um senso comum punitivo oculto, e de outro uma moralidade cristã bastante explícita, numa combinação em que a morte e a prisão aparecem como caminhos naturais desses sujeitos. Imbuídas desses esquemas, as relações de amizade foram antagonizadas entre um polo dos falsos amigos - em que se localizavam as expressões da memória como os “pixos” e as “camisas de saudade” - e outro polo das verdadeiras amizades, que atuavam buscando garantir a vida e desviar os amigos

do caminho da morte. Assim, comum nos dizeres de quase todos entrevistados, a palavra que precisa ser ouvida se metamorfoseia enquanto palavra de salvação.

Poderia buscar outros esquemas de valores que dão contornos a essa postura dos sujeitos, mas a forte influência religiosa de Douglas e de quase todos os demais entrevistados me leva a crer que esta é uma das raízes fundamentais de um sistema de valores incorporados. Há outras razões para não desconsiderar tamanha interferência religiosa na percepção desses sujeitos sobre violência e amizade, como o fato de estarem inseridos em um território marcadamente evangélico, como a Baixada Fluminense. Para se ter uma ideia, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) a cidade de Mesquita contava com pouco mais de 160 mil habitantes e tinha 42 mil pessoas autodeclaradas evangélicas. Se considerarmos que esses valores e moralidades têm ressonâncias em outros sujeitos, além daqueles que se autodeclararam evangélicos, esse argumento ganha ainda mais força. Outra amostra disso é que em dezembro de 2015, o então prefeito de Mesquita mandou instalar o monumento de uma Bíblia na principal praça da cidade, no bairro do Centro, onde permanece até hoje.

Além desse caráter religioso, também há uma influência significativa das produções audiovisuais e dos meios de comunicação. A mediação da significação desses eventos, suas memórias e narrativas, não poderiam passar ao largo das grandes produções sobre o crime, que se massificam e chegam às casas brasileiras com muita intensidade, sobretudo com a grande difusão de plataformas de *streaming*.⁷ Antes da entrevista, Gustavo conversava com uma vizinha sobre as séries que estava assistindo em plataformas de *streaming* estrangeiras, todas abordando temas de crime e violência. Como exemplos: “Pedro Dom”, que conta a história de um criminoso de classe média alta que pratica roubos em mansões e residências de luxo; “Impuros”, que aborda a internacionalização do tráfico de drogas e a participação de agentes públicos e políticos em esquemas criminosos; e “Arcanjo Renegado”, que aborda a história do crime sob a perspectiva de um policial militar do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Durante nossa conversa, ele soltou uma frase que depois ouvi em um filme: “Quem não escuta conselho, escuta coitado”. Yasmin, entrevistada em outro momento, ao relatar os casos de violência usou como referência o telejornal diário, dizendo que bastava assistir para saber que “a violência está em todo lugar”.

No entanto, voltando à questão das amizades e da entrevista com Douglas, me pareceu interessante essa antagonização das relações de amizade a partir das pichações e de outras expressões da memória. Havia uma relação de fantasia com a falsa amizade, os “falsos amigos”

⁷ Serviços pagos de reprodução *online* de séries, filmes e músicas.

fantasiavam vínculos, simbolizados na pichação ou na camisa. “Falsos” porque compartilhavam com o ente querido práticas que o encaminharam para a morte. Neste sentido, essas expressões da memória - que imaginei inicialmente como um lugar de resistência frente aos conjuntos de valores e moralidades que legitimam a morte desses sujeitos - aparecem como elementos de conflito em torno do reconhecimento do lugar de amizade. E também, em algum nível, certo reconhecimento da legitimidade dessas mortes, compreendidas como o caminho natural daqueles que adotam algumas práticas ilícitas.

Já neste primeiro momento, a amizade se mostrava relevante na produção das memórias sobre os mortos. No entanto, a significação dessas relações e sua ligação com conflitos da memória só poderia adquirir maior sentido com o avançar das entrevistas. Eu só fui entender a profundidade significativa de tudo que Douglas havia me dito depois que entrevistei Gustavo, um homem negro de 28 anos que trabalha em uma empresa especializada na instalação e manutenção de sistemas elétricos, que também era muito próximo de Serginho e de Daniel. Eu queria entender melhor o lugar das mensagens de luto e de saudades, as camisas de homenagens e diferentes formas de expressão da perda. Ao entrevistá-lo, compreendi que essas expressões faziam parte de uma disputa pela legitimidade interna sobre quem poderia falar sobre os mortos e produzir sentidos sobre o passado desses sujeitos, em um contexto de vitimização sistemática por violência armada.

As tentativas de entrevistar o outro irmão de Ohana, Igor, não foram bem-sucedidas, ainda que ela tenha tentado intermediar a conversa diversas vezes e tenha me passado o número do telefone dele para eu falar diretamente. Em nenhuma das vezes Igor recusou a entrevista, mas sempre colocava obstáculos. Certo dia, eu o encontrei na rua quando ele voltava do futebol com o filho. Ele se justificou dizendo que Douglas já havia dito o que ele iria falar. Por fim, naquele momento, decidi marcar a nossa conversa para o dia seguinte, um sábado. Sem muita confiança que conseguiria entrevistá-lo, no dia seguinte fui até a casa deles. Ohana então me atendeu com um recado enviado pelo irmão de que ele iria sair, apenas, sem muitas explicações. Já haviam se passado alguns meses, então Hellen passou a tentar me convencer a desistir da entrevista. Ela dizia com indignação, na expressão da voz e na forma de gesticular, que o irmão não gostava de colaborar com ninguém. Entendi que aquela entrevista seria inviável e que não deveria me prolongar nas tentativas. Na volta para a casa, fui tomado por uma notável frustração. Havia conseguido até aquele momento apenas a entrevista com Douglas e só fui entrevistar Gustavo tempos depois.

No caminho encontrei Luciano no portão da sua casa e pedi para falar com ele. Era fim de tarde de um sábado e Luciano, que não havia trabalhado naquele dia, se dispôs a conceder

uma entrevista. Já havia tentado encontrá-lo em casa outras vezes, mas sem sucesso, então aproveitei a oportunidade. A rotina de Luciano é marcada, sem grandes pormenores, pelo trabalho de vendedor em uma loja de materiais de construção durante a semana e pelos momentos de lazer nos fins de semana, como os jogos de futebol com amigos, em algum campo alugado. Além do jogo de futebol, vez ou outra eles também realizam confraternizações no mesmo espaço, nas quais as esposas e os filhos comparecem.

Serginho e Daniel eram conhecidos de Luciano. Embora ele não os tenha descrito como amigos durante nossa conversa, tinha alguma proximidade com eles. Além de vizinhos, também já haviam jogado juntos algumas *peladas* - futebol amador, em outras regiões do país conhecido como futebol de várzea. Luciano fazia a barba com Serginho, na sua barbearia, às vezes deixando para pagar depois. Essa era uma característica que Luciano atribuiu a Serginho: “Não deixar ninguém com cabelo ou barba grande”. A camaradagem nas transações, que poderiam ser consideradas de cunho comercial, implicava consideração afetiva e contribuía para a estima de Serginho entre os outros rapazes da região. Sobretudo pela importância de o cabelo estar sempre *na régua*, uma marca estética de homens negros de favelas e periferias.

Entrevistei Luciano na varanda de sua casa e, durante a entrevista, houve algumas interrupções, de pessoas que passavam pelo quintal, de sua filha que perguntava algo que não pude entender, uma vizinha que me cumprimentou ao me ver, uma visita a algum morador de uma outra casa do terreno, que batia insistentemente no portão. Luciano falou sobre o universo do futebol, sobre Serginho e Daniel e sobre o Morro do MK, onde mora há dezesseis anos, desde quando conheceu a esposa, com quem teve duas filhas.

Ele não estava com Serginho no dia do assassinato, mas havia passado para cumprimentar os rapazes na barbearia e logo em seguida foi para casa. Estava sentado no sofá de casa, assistindo tevê, quando ouviu o som dos tiros. A entrevista com ele foi um tanto exploratória e combinei de realizar outra, estava tentando obter um relato mais natural, não tão preso às questões apresentadas por mim. Contudo, não consegui realizar uma segunda entrevista. Durante nossa conversa notei que o silêncio o incomodava e ele me cobrava que perguntasse alguma outra coisa. Talvez por um entendimento restrito do tipo de entrevista ou por cautela, acredito que por cautela, pois logo em seguida falou mais naturalmente sobre outros assuntos, como o futebol e a vizinhança. Ao relatar algo sobre roubos, furtos e homicídios, demonstrava uma atitude comedida e fazia desvios discursivos buscando não nomear as práticas ilícitas. Por vezes, no entanto, indagado sobre o queria dizer, se viu obrigado a falar. Outras vezes, ao dizer sobre as práticas criminais dos atores do campo, se restringia à expressão “envolvido em coisas erradas” ou usava outros termos como “fez merda!”.

Decidi também entrevistar Ohana, que me contou sobre o dia em que Serginho foi morto. Ela me disse que estava na esquina quando escutou os tiros. Nos relatos dela, só depois dos primeiros disparos se deu conta do que se tratava. “É tiro, corre!”, gritou para uma amiga. Realizei uma primeira entrevista com Ohana no portão da casa dela, o que tornou a conversa mais difícil e suscetível à escuta de pessoas que eventualmente passavam no local. Depois conversamos mais abertamente em minha casa. Durante a primeira entrevista, ela interrompeu para comentar coisas aleatórias: sobre crianças na casa da vizinha, sobre seu descontentamento com o desempenho em uma disciplina da faculdade, sobre um dos rapazes que passava na rua cantando uma música de pagode, que ela não aguentava mais ouvir... Conversamos sentados na calçada, um pouco íngreme, que descia poucos metros do seu quintal até a rua. Os irmãos dela chegaram e saíram, passando por nós inúmeras vezes. Em uma dessas vezes, lembrei Douglas que gostaria de entrevistá-lo novamente e ele concordou de imediato. Pediu que avisasse a Hellen qual era o melhor dia para mim. O outro irmão de Ohana, Igor, que eu desisti de entrevistar, também passou por nós. Ele chegava em casa com a namorada. Nessa época eles ainda moravam na casa da mãe, mas logo depois se mudaram.

Enquanto eu e Ohana conversávamos, crianças brincavam na rua, algumas meninas pulavam corda enquanto os meninos jogavam bola. Foi durante essa pelada de futebol das crianças que uma bola caiu em cima da cobertura da calçada do vizinho, de telha de alumínio, provocando um estrondo que assustou Hellen justamente no momento em que narrava o fatídico acontecimento que vitimou Serginho. Semanas depois, esse telhado de alumínio foi desmontado pelo vizinho para evitar que integrantes da facção ocupassem o espaço em períodos de chuva. O barulho que fez a bola quando bateu sobre o telhado assustou Ohana, em uma reação que denotou que ela ainda sentia medo. O medo que ela narra ao dizer o motivo pelo qual o funeral de Serginho ficou esvaziado e que ainda a atormentava, muitos anos depois.

O medo também apareceu em uma conversa ocasional que tive com Carina, que mora poucas casas depois da minha. Carina trabalha como manicure. Sentada na calçada, faz as unhas de outras mulheres do bairro e com isso tem uma renda extra. Eu a encontrei e comentei sobre a expressão séria do filho que estava em seu colo, com “cara de brabo”. Carina me respondeu em seguida com afirmação: “Quem vê assim, pensa... bate o pé e ele corre, ele é medroso igual Gustavo”, fazendo referência ao primo dela.

Gustavo foi outro rapaz que tentei entrevistar e inicialmente recebi uma confirmação, mas logo em seguida não respondeu mais às minhas mensagens. Consegui entrevistá-lo meses depois, ao encontrá-lo conversando com uma vizinha enquanto observava os filhos. Antes da entrevista, Gustavo me perguntou se eu tinha me formado em Jornalismo. Eu disse que em

Ciências Sociais, ele perguntou em que, e respondi novamente dizendo que em Sociologia. Não me pareceu que ele estava com temor de falar com um jornalista, mas sim que tinha curiosidade sobre minha profissão. O medo de Gustavo parecia de outra natureza, não das facções e milícias, mas de entidades espirituais, daquilo que era extraterreno e ele não sabia lidar, diferente daqueles atores criminais.

Ao falar dos grupos armados, demonstrou um domínio e conhecimento que aprendeu com os mais velhos. Contou que com o tempo adquiriu o entendimento de como funciona “a vida do crime” através das histórias dos antigos. O manejo desse conhecimento lhe permitiu lidar com facções, mantendo afastados os riscos à sua vida. Foi essa cautela que fez Gustavo não comparecer ao funeral do amigo ou mesmo sequer subir o morro para vê-lo após saber que ele havia sido morto.

3.2. Cena I - Os assassinatos de Serginho e Daniel

Serginho foi assassinado em 7 de setembro de 2019, em frente à sua casa em Mesquita, na Baixada Fluminense. Pai de duas meninas, ele dedicava boa parte das suas horas cortando cabelo de outros rapazes, alguns vindo de bairros vizinhos para prestigiar o corte dele. Para além de uma prática comum, o corte de cabelo descrito como “deixar na régua” faz parte desse espaço de sociabilidade de rapazes negros da periferia, a barbearia. Nesses espaços, além do corte, também se desenvolvem relações de afeto e camaradagem, por vezes sendo frequentados apenas para manter conversas e não necessariamente em busca de um serviço. No fim do ano, além do corte, também existe a prática quase ritual de descoloração do cabelo, naquilo que ficou conhecido como “nevou”. O cuidado com a estética, sobretudo uma estética negra, os vínculos de amizade e o futebol fazem parte da composição desse universo masculino dos jovens dessa região.

Serginho era estimado não só entre os rapazes que se descrevem como “crias”, mas também entre os vizinhos, como Cida, uma mulher negra de 64 anos a quem entrevistei e que o descreveu como “um barbeiro dos bons”. Entre os vizinhos, esses rapazes eram descritos como “meninos”, marca de uma relação de proximidade de quem os viu crescer na região e acompanhou grande parte de suas trajetórias. Serginho era considerado como um cria por seus amigos e como um menino, que se viu crescer, pela vizinhança. Trabalhava em sua própria barbearia construída em frente à sua casa, uma construção rudimentar, mais ou menos improvisada, com telhas apoiadas sobre um cômodo da residência, o piso por cima de parte da calçada e muretas laterais de pouco mais de um metro de altura. Na parede havia um grande

espelho com uma moldura simples de madeira e na calçada um banco feito de um corte de tronco de árvore. Dentro do pequeno salão, uma cadeira de rodas e uma cadeira giratória sem encosto, no chão uma bola de futebol, um tapete e uma lixeira⁸. Com exceção de Yasmin, todos os outros irmãos de Serginho são homens jovens, alguns ainda adolescentes. Ele era o mais velho entre os quase dez filhos de sua mãe.

No dia em que foi morto, Serginho jogava bola na rua com seus amigos e, ao entardecer, desceu com outros rapazes para cortar cabelos e ouvir música. Era início de noite e tinha se passado aproximadamente uma hora desde que ele havia descido à barbearia quando um carro com homens armados e farol alto, depois de um período parado à distância, subiu naquela direção. Sentado no braço de um sofá velho que ficava no local, próximo à rua, enquanto seu irmão cortava o cabelo de um rapaz, Serginho foi atingido por diversos tiros, dos muitos disparados em sequência. Não houve tempo de qualquer reação, os disparos foram letais, o atingiram na cabeça. Serginho morreu na hora, como confirmou uma enfermeira à sua irmã Yasmin. Coberto por um lençol branco, em meio ao pranto dos familiares e amigos, o corpo de Serginho, estendido no chão, foi velado por horas até ser recolhido pelo serviço funerário já durante a madrugada. A demora no atendimento de emergência e na retirada do corpo evidenciava como são tratadas as vítimas de violência armada.

Figura 7 — Barbearia/Salão de Serginho



Fonte: Google Street View, 2019

⁸ Captura de imagem de abril de 2019, alguns meses antes do assassinato de Serginho, visualizada no serviço *Street View* do *google*.

O irmão que cortava cabelo no momento que ele foi assassinado se jogou no chão durante os disparos fingindo-se de morto. Os outros dois rapazes que estavam no salão também foram baleados, mas conseguiram correr e se abrigar em um bar próximo. Um deles foi atingido no braço, e o outro próximo às costas. Eles foram socorridos no Hospital Geral de Nova Iguaçu, na cidade ao lado. Os dois sobreviveram e um deles, que morava em frente ao salão, mudou-se logo em seguida.

Além de ser um lugar marcado pelas relações de amizade e pela sociabilidade em torno de uma estética negra, o salão também era onde era possível ouvir música e fazer uso de drogas ilícitas, como maconha. Para os amigos, esse foi um dos motivos do assassinato de Serginho por milicianos da Jacutinga, bairro próximo ao morro. O vínculo entre milícia e polícia não constitui uma novidade para esses locais, a ponto de Jacutinga ser apontado como um dos lugares onde residem grande parte desses agentes. Para além da moralização do uso da droga, o fato do consumo ser feito próximo a crianças parece incomodar muita gente, o que foi apontado como fato mais significativo para o assassinato do que o uso da droga em si. A mesma reação não se observava em relação ao uso de tabaco e mesmo de bebidas alcoólicas.

Mas, como relataram seus amigos, Serginho também “não abaixava a cabeça”, não se curvava diante dos desmandos da milícia, que tentava impor suas regras. Havia uma proibição expressa pelos milicianos: “Não tinha que cortar cabelo de bandido”. Mas Serginho se recusava a seguir as ordens. “Ele falava que ia cortar cabelo sim, que era o trabalho dele, que ele não ia abaixar a cabeça, que ele não era bandido”, de acordo com Gustavo. Ainda segundo Gustavo, isso foi criando nos seus algozes um sentimento de raiva que teria levado à execução do amigo. Se a autoria do crime era bem definida, na figura da milícia, por outro lado os motivos apresentados eram diversos e, por vezes, ambíguos.

Sua irmã, Yasmin, denunciava seu assassinato como uma atitude covarde e Gustavo atribuía à fofoca o motivo de ele ter sido morto. Por outro lado, Douglas se questionava se Serginho havia, de fato, furtado fios e atribuiu às más companhias a responsabilidade de sua morte. Já Luciano se restringia a dizer que ele estava fazendo “coisas erradas”, sem nomear as práticas, mas lhe atribuindo responsabilidade sobre as consequências de seus atos.

Depois do ocorrido, o salão foi destruído pela mãe de Serginho, que não queria lembrar do que aconteceu ali, já que naquelas paredes ficaram as marcas dos disparos. Após um tempo da morte de Serginho, o irmão a quem ele legou a profissão reabriu o salão no corredor de casa, onde permanece funcionando até hoje. Na parede do novo salão, no corredor, há um *banner* de uma camisa do Vasco indicando - tal como a bola no chão do antigo salão - a importância do futebol na sociabilidade daqueles rapazes.

Daniel era um dos melhores amigos de Serginho. Em suas redes sociais, constam as homenagens que Daniel havia feito a Serginho e a diversos outros rapazes assassinados. Conforme o trabalho de campo se estendia ao longo dos meses, outros assassinatos seguidos de homenagens se sucederam. Alguns deles eram amigos de Daniel e estavam inseridos no universo futebolístico. No dia em que Serginho foi morto, Yasmin estava com Daniel, que a segurou para que não saísse antes que o carro com os atiradores deixasse o local. Naquela ocasião, ao abrir o portão, ela viu seu irmão no chão, caído. Sem saber o que fazer, ela foi atrás da mãe para tentar socorro, mas ao voltar o irmão já estava morto. Cinco anos se passaram e Daniel também acabou sendo assassinado. Ele foi morto no início de 2024, em Belford Roxo, em uma favela dominada pelo Terceiro Comando Puro, facção rival do local onde ele morava.

Conhecido como DN9, Daniel era artilheiro no futebol, o que lhe rendeu a posição de atacante e a faixa de capitão do time no Audax Futebol Clube, uma agremiação de bairro. Entre os amigos e próximos, ele era descrito como “torcedor doente” do Vasco e “fanático em jogo”. Encarava com disciplina a rotina de treinos, que acontecem nas primeiras horas da manhã, e os torneios aos fins de semana. DN9 foi morar em Mesquita ainda adolescente, com a mãe e a irmã, em uma casa alugada no morro. Durante um tempo se deslocou para a capital para treinar nas instalações de um time grande, levado por um senhor da região. Atuou em diversos times de bairros, o que posteriormente lhe rendeu várias homenagens nas redes sociais. Tinha a fama de causar tumultos e de se envolver em brigas com os amigos, mas algumas delas não passavam de discussões durante os jogos. Também costumava tirar sarro daqueles com quem tinha amizade, através de suas rimas, o que por vezes resultava em discórdias entre eles.

Daniel foi morto quando eu já estava realizando trabalho de campo. Mas só fui saber que havia sido assassinado algumas semanas depois. A notícia de sua morte chegou para os familiares através da namorada dele, que deu a notícia à mãe e a Yasmin. Ela contou que ele havia sido capturado por traficantes do lugar onde morava. Os familiares então decidiram ir até lá, na esperança de resgatá-lo com vida. Yasmin relatou que um dos rapazes do tráfico lhe disse que ele havia conseguido fugir. Impressionada com a presença ostensiva de traficantes com fuzis e outras armas de grosso calibre, ela teve a certeza de que não teria como escapar daquele lugar. Yasmin e a mãe de Daniel foram interrogadas pelos traficantes e o fato de serem familiares possibilitou que entrassem e saíssem daquela favela sem serem mortas. A namorada de Daniel, que morava na região, naquele momento também foi capturada pelos traficantes que descobriram que ela os havia denunciado à polícia. Alguns dias depois, começaram a aparecer as fotos do corpo da namorada de Daniel, que havia levado os familiares até o local. Junto ao corpo desmembrado da mulher, em cima de pneus, estava também parte do corpo de Daniel,

mutilado e parcialmente carbonizado. O reconhecimento foi feito por amigos através da tatuagem de uma mulher indígena que ele tinha no corpo. Quase todos os entrevistados e outras pessoas que me relataram sobre o caso usaram a palavra “picotado” para falar sobre essa prática de esquartejamento. De alguma forma, essa era uma palavra dura que correspondia à brutalidade dos eventos e faz parte de uma linguagem comum da violência.

Sem o corpo para realizar um velório, Daniel foi homenageado pelos diversos clubes da região. Muitos dos que entrevistei estiveram presentes em uma dessas homenagens, realizada em um campo de futebol no centro da cidade, em Mesquita. A liturgia do evento de despedida de Daniel contou com elementos do universo de sociabilidade desses rapazes que se misturavam em uma ritualística religiosa. Um círculo foi formado pelos amigos e parentes, todos de mãos dadas. A oração escolhida foi o Pai-Nosso, seguida de palavras proferidas por cada um e a promessa dos amigos do time de cuidar dos filhos dele. A homenagem contou com fogos de artifício e com as camisas de Daniel, do time local e do Vasco da Gama, clube pelo qual ele torcia. A camisa do Vasco foi então colocada em seu filho. Ao término do rito de despedida, os times presentes jogaram normalmente aquela que era uma das partidas oficiais do campeonato. A normalidade retomava seu curso. Como me disse Douglas sobre a morte de Serginho, era preciso “tocar a vida”.

3.3. Cena II - “Mataram mais um!”

Era início da tarde de um sábado, por volta das 13 horas, e eu entrevistava Gustavo em uma calçada ao lado do portão de Marlene. Gustavo é um homem negro, de 28 anos, pai de dois meninos. Ele também ocupava o lugar social do amigo de Serginho e de Daniel, a quem dedicamos parte de sua entrevista. Ele me contou sobre suas experiências violentas nos mais diversos âmbitos da vida: na perda de amigos; nas ameaças de milicianos em jogos de futebol; no interrogatório a que foi submetido por traficantes do Terceiro Comando Puro, no Complexo de Israel, quando tentava chegar ao trabalho. Quando o encontrei na rua, ele estava com Marlene e sua neta, Dani. Eu já havia conversado muitas vezes com Marlene, uma senhora de 68 anos que mantém um estilo de vida bem ativo, sobretudo nas fofocas. Eles conversavam de forma descontraída e um tanto empolgada sobre as séries televisivas que assistiram e as novas temporadas por vir. Eu e ele conversamos antes pelo *Messenger* do *Facebook* e, na ocasião, combinamos uma entrevista. Seria na casa de Jurema, tia de Gustavo e mãe de Carina. Jurema veio a falecer meses depois. No dia da entrevista programada, tentei contato com ele para

confirmar, mas não recebi nenhuma resposta. Cheguei a considerar que Gustavo havia desistido, mas parece que ele passou rapidamente pelo local e depois foi para o trabalho.

Na ocasião do nosso encontro na rua, eles conversavam sobre séries que tratam do universo do crime, todas produzidas nacionalmente, com abordagens distintas, alocadas em *streamings* estrangeiros. Envolvi-me no assunto, já que havia assistido as mesmas séries, e em dado momento combinei com Gustavo de entrevistá-lo. Ele estava na fila para cortar o cabelo com Lucas, irmão de Serginho, que atendia no corredor bem próximo ao local. Isso fez com que diversos rapazes passassem por nós e alguns diálogos atravessassem a entrevista. Eles também compartilhavam cigarros de tabaco e isqueiros. Em meio à espera, Gustavo também cuidava do filho, de dois anos de idade, que brincava no chão junto a outras crianças. Essa independência estimulada aos pequenos pareceu-me própria de uma forma de socialização nas periferias, com um forte componente de classe implícito, pois a socialização de crianças de classes mais abastadas geralmente é influenciada pelos vastos recursos disponíveis. Essa relação de Gustavo com o filho me deu pistas sobre a importância da rua para esses sujeitos. A forma como se relacionam com a rua poderia ser indicador também da inserção desses sujeitos nas redes de interdependência (Elias, 1994) da vida local, algo que era desenvolvido desde a infância.

Quando a entrevista com Gustavo se encaminhava para o final, Marlene saiu no portão e se direcionou a nós dois dizendo: “Mataram mais um! Acabaram de matar um lá na frente do Turbo Mil”. Turbo Mil é o nome do mercado de bairro, que se localiza não tão longe, algumas ruas adiante. Estávamos ainda gravando a entrevista quando o evento tomou conta da discussão. Fiquei surpreso assim que Marlene falou, então perguntei: “Agora?” Sua resposta foi que “mataram um de noite aqui dentro”, ainda mais próximo de onde estávamos. Eu havia ouvido o som dos disparos na noite anterior, então comentei com ela que ouvi tiros na Jacutinga. Sua resposta foi qualificar o morto como “Ladrãozinho!” emendando na frase, “Agora mataram outro lá!” Binho, marido de Carina e pai de seus filhos, que mora quase em frente onde estávamos, saiu em seu portão e Marlene aumentou o volume de sua voz para comunicar a ele o ocorrido:

— Mataram um lá em frente ao Turbo Mil!

Em seguida, ele questiona e o diálogo se segue:

— Agora? Era o quê, ladrão?

— Da noite eu sei que falaram que era ladrão. E agora esse aí em frente ao Turbo Mil.

Daniela, de 32 anos, neta de Marlene, então se envolve na conversa:

— Já vai dar pra saber quem é, já!

Gustavo então pergunta:

— Tem vídeo, tem vídeo?

E o diálogo segue entre Daniela e Binho:

— Já vai dar pra saber, que a Daiana peituda que foi lá vê o corpo.

— Ué?

— Conhece a.. a... a Daiana não? A peituda que mora lá perto do.... Ou pode ser o irmão dela, que também anda errado, ou pode ser o ex-marido dela, o Wagner, daqui de dentro. O Wagner tu sabe quem é? Daqui de dentro!

Depois eles se afastaram e continuamos a conversar, eu e Gustavo. Com a voz já distante, consigo ouvir Daniela falando com alguém ao telefone

— Caraca, quero saber quem é! Porra, não. Não era da milícia não, cara!

Logo depois, eu encerro a entrevista com Gustavo e vários assuntos se entrecruzam nos diálogos no portão. Yasmin e Carina chegam em seguida. Neste momento, já se tem a foto do *Instagram* da vítima, um homem negro e com a aparência de 20 anos, mais uma vez o mesmo perfil comum entre os mortos. A especulação então passa a ser se ele era ou não um miliciano. Não se chegou a um consenso sobre sua posição nas redes criminais, mas todos concordaram que o rapaz, conhecido de quase todos, era irmão de um miliciano. Esse fato provocou temor de represálias no morro, pela possível consideração de que fosse um assassinato de autoria de algum dos rapazes do tráfico. Outros argumentos se somaram ao debate sobre quem era o morto na estrutura criminal. Exemplos de irmãos de milicianos, que estavam envolvidos com práticas criminosas ou que tinham uma posição “neutra”, foram colocados em questão para afirmar que ser irmão de miliciano não fazia dele um miliciano também.

A divergência continuou: “Esse cara é bandido, esse cara é bandido! Tudo miliciano mermo, esses caras fecham junto!”. Um novo fato sobre o morto é colocado em pauta: “Pergunta ao Gui então, quando a gente bateu de frente com ele lá no posto de gasolina o que ele tinha na cintura?” A filha de Carina, uma adolescente, sugeriu que “seria para tirar fotos”, o que rapidamente se tornou piada e motivo de riso entre os presentes. “Logo no posto de gasolina?”. Essa pergunta feita por outro participante sugere a cobrança de taxas ao estabelecimento, uma prática conhecida das milícias. O impasse permaneceu, a única certeza de todos era que o irmão do morto era um miliciano conhecido entre eles.

A conversa se seguiu, com assuntos paralelos entre os presentes, enquanto ao fundo as pessoas tentavam descobrir se havia vínculo de parentesco entre o morto na noite anterior e aquele que foi vitimado naquela tarde. A inocência da vítima, novamente, era colocada em questão: “Todo mundo que morre vira santo! Morreu de tiro, alguma coisa fez!”. Em seguida,

a autoria do crime passou a entrar na discussão: “Às vezes nem é bandido [que cometeu o crime], às vezes é miliciano matando miliciano!”.

Em outro plano da conversa, Marlene, se direcionando a mim, resumiu o ocorrido através da expressão: “Morreu dois e um cachorro!”. Eu nunca havia ouvido aquela definição, então perguntei e ela passou a explicar. A expressão, segundo ela, já era antiga e uma forma de espantar a morte, e seu uso tinha como objetivo evitar que chegasse aos parentes e amigos, aqueles com quem se tinha algum vínculo afetivo.

No sábado seguinte, outros três mortos na mesma região. Na ocasião, os vídeos nas redes sociais eram extensivamente compartilhados e exibidos entre os vizinhos. As conversas sobre o número de mortos se repetiam, a empolgação era evidente. As imagens pintavam uma cena comum, das vítimas e do comportamento no entorno desses acontecimentos. Todos os três eram homens negros. Em um vídeo nas redes, homens com balaclavas chutavam um corpo enquanto as pessoas observavam a cerca de dez metros de distância. Em outra imagem, um homem caído no chão descalço, com a camisa cobrindo o rosto e as marcas de sangue ao seu redor. No entorno, alguns homens em pé, de bicicleta, de motocicleta e em um carro observavam. As cenas revelavam um consumo fora das redes sociais das imagens dos mortos, um consumo sobretudo por um público masculino.

Esse consumo da violência não me pareceu algo novo. Tenho memórias de infância e adolescência em que se podia notar as aglomerações e círculos em torno dos mortos para observar o corpo, que mostrava a brutalidade da violência armada persistente e sistemática. Na descrição da morte de Serginho, todos se aglomeravam ao redor, mas havia neste caso uma outra motivação para o comportamento. Tratava-se de um morto conhecido, cria da comunidade, como definem os amigos. Então, a postura em torno do morto era de respeito, pois era preciso velar o corpo, fazer um cerimonial de despedida, como se não se pudesse abandonar o ente querido até que ciclo da morte se completasse. No caso dos mortos desconhecidos, não se tratava de pessoas enlutadas, geralmente, que estavam em seu entorno, mas de curiosos; uma curiosidade que remete ao lugar desconhecido da morte e à brutalidade da violência.

3.4. Cena III - Emboscada aos traficantes

O relógio marcava 15:42h, era fim de tarde de um habitual dia de semana e eu estava assistindo à tv no intervalo entre algumas tarefas, quando pude ouvir o som de tiros. A princípio, nos primeiros disparos, não identifiquei do que se tratava. Então retirei o som da tevê e abri a porta da sala que dava para a varanda. Naquele instante, cheguei a considerar que havia uma

obra ao lado e que aqueles eram sons de marreta. O barulho estava alto demais e muito próximo, e logo pude reconhecer. Foi uma sequência de tiros, que contou com minha avaliação quase involuntária e imediata. Ao perceber do que se tratava, peguei o celular e enviei uma mensagem para minha mãe, que mora um pouco acima no morro. Ela não me respondeu, então decidi ligar. Ao atender, ela apenas confirmou do que se tratava e me disse que tentaria falar com meu padrasto, que havia saído para trabalhar. Depois de desligar, fiquei um tempo na varanda, ponderando se deveria sair para descobrir o que havia acontecido. Só decidi sair quando ouvi algumas vozes conhecidas.

Quando saí no portão, encontrei Yasmin conversando com outros vizinhos. Ela contou, ainda um pouco eufórica, que estava na rua em frente ao portão de Marlene no momento dos disparos. E que correu, junto a outras pessoas, para o corredor de casa, onde funciona a barbearia de seu irmão. Entre aqueles que se abrigaram no corredor, estava Jeferson, um rapaz de pouco mais de 20 anos, morador do local, que descia para comprar cigarro em uma pequena mercearia próxima dali. Yasmin explicava que abrigou Jeferson em sua casa, que estava do outro lado da rua, na linha de tiro. Pouco tempo se passou e a mãe dele saiu esbaforida, notadamente vermelha, à procura do filho. Ela sabia que pouco importava que Jeferson não tivesse qualquer envolvimento com atividades criminosas, isso não o impediria de ser eventualmente alvo, por estar próximo a alguém ou passando pelo local de um ataque a tiros. Muitos anos atrás, Jeferson perdeu um primo com o mesmo nome que o seu, baleado no portão de casa durante uma incursão policial no morro. Na ocasião, a avó dele sofreu um infarto e faleceu ao receber a notícia e confundir a vítima com o neto, que estava em seus primeiros anos da infância.

Além de Yasmin, Jeferson, Marlene, Carina e Jorge, encontrei aproximadamente outras dez pessoas naquele pedaço da rua, além de muitas crianças e adolescentes. “Foi muito tiro mesmo!”, “Uns dez a quinze tiros!”, contava Yasmin. A contagem dos disparos faz parte dessa forma de mensurar a possibilidade de alguém ter sido morto, quando não se presencia o evento. Em parte, isso se relaciona com a característica da região, que não passa por intensos confrontos armados com frequência. Além dessa comunicação rápida, estavam todos dispersos, agitados pelo evento, com expressão de preocupação e surpresa, falando entre si de maneira exaltada, ainda no calor do que se sucedeu. Só após os primeiros instantes, observando a miríade de pessoas pelos portões situados nas partes altas e baixas do morro, avistei um dos traficantes baleado na varanda do segundo andar de uma casa mais acima na rua. Ele pediu por ajuda dizendo que não queria morrer, enquanto exclamava para uma das moradoras do local: “Tia, tô baleado, tô baleado!”.

Em uma conversa rápida com vizinhos buscando entender toda a situação - ainda tomado pela excitação do ocorrido e sob o efeito da adrenalina, mas com o coração um pouco menos acelerado do que no momento dos disparos - eu disse a Marlene que era melhor ele sair da vista, que estava se expondo demais. Ela concordou, sem pronunciar muitas palavras: “É verdade!”. Parecia não querer se comprometer com a situação. Eu intervi novamente, falando agora diretamente com ele, de longe: “Sai daí, cara, você tá muito na vista!” , “É, se os cara vim vão meter bala nele!” falou outra vizinha. Por fim, ele decidiu se esconder, entrou em uma casa e ficou lá escondido durante um tempo até ser resgatado.

Depois de um tempo conversando dispersamente com vizinhos, todos agitados sem saber muito o que fazer, fui até a casa de familiares que ficava localizada em frente ao lugar onde ocorreram os disparos. Chegando no portão, pude avistar uma arma no chão. Já estava acostumado a ver imagens de armas de fogo, ostentadas em fotos em redes sociais, assim como de vítimas mortas das maneiras mais brutais por esses instrumentos. Mas não me lembrava de ter visto uma pistola daquele tipo tão de perto. Durante a infância, era comum ver armas de calibre 38, de roleta, sendo exibidas por um vizinho que realizava disparos para o alto ou por membros de facções. Houve um período em que essas armas eram exibidas de forma mais ostensiva no local, permanecendo à mostra na cintura dos bandidos, que eram conhecidos na comunidade. No entanto, isso mudou ao longo do tempo.

Observei atentamente a arma no chão, uma pistola estilizada em verde e cinza, que parecia mais de plástico do que de metal, aparentando ser uma réplica. Convencionou-se a chamar as réplicas de “armas de brinquedo”, em oposição às armas reais que foram projetadas especificamente para causar morte. No caso das armas de brinquedo, como as armas de gel que têm estado em destaque nas manchetes de jornais e discussões públicas nos últimos tempos, está demarcada a função de brincar. Esse imaginário da arma, com a possível associação ao brincar, revela o lugar social desse objeto em nossa sociedade. Lembro-me de que, na infância, ganhei de presente uma arma de brinquedo de cor marrom e preta que simulava um revólver calibre 38, com pólvora que produzia faíscas no cano ao apertar o gatilho.

Fiquei em dúvida se aquela arma no chão seria uma réplica, mas o detalhe do cartucho mal encaixado com a queda dissipou qualquer incerteza, confirmando que se tratava de uma arma real. Naquele momento, senti uma atração curiosa pelo objeto, como se fosse um desejo incutido por uma socialização em meio, mesmo que indiretamente, às armas. Não estava interessado em sua função cruel de causar mortes, mas sim no objeto em si, fetichizado em uma sociedade marcada pelo papel que as armas desempenham. Durante meus anos trabalhando com dados sobre violência armada no Instituto Fogo Cruzado, obtive uma compreensão do papel

que as armas desempenham. Em grupos de *Whatsapp* das favelas, em sua maioria na capital fluminense, faz parte de uma conduta desafiadora dos grupos criminosos ostentar em fotos suas armas de grosso calibre, em pontos estratégicos dominados nas disputas por ocupação territorial.

Durante esse evento, no qual pude não apenas observar mas também participar sem qualquer receio, aquela pistola no chão atraiu não só minha atenção mas a de todos ao redor. Alguns vizinhos em volta comentavam, apontavam e observavam de longe, de seus portões, aquela arma na calçada. Não só os adultos, mas também as crianças passavam, às vezes muito perto sem perceber do que se tratava, ou observavam à distância com olhares curiosos, mas não tão inocentes, pois estavam inseridas em um contexto em que saber sobre armas fazia parte da socialização geral, mesmo que de forma tangencial, por meio de notícias, redes sociais e brincadeiras. Pensei nos riscos de um disparo acidental, caso alguma criança passasse e esbarrasse na arma que estava apontada para a calçada em um ângulo diagonal, quase em direção ao portão onde mora grande parte de minha família. Então, busquei algo para impedir o acesso acidental e encontrei um caixote, que posicionei sobre a arma, com a parte aberta virada para baixo. Devido às ripas relativamente espaçadas, o objeto ainda podia ser visto de perto, mas não mais de longe. Alguns comentários de vizinhos, antes de eu colocar a caixa, iam no sentido de que alguém poderia pegar o objeto. Diziam: “uma arma novinha daquela...”.

Desci novamente o morro e parei no portão de Jorge, que me perguntou se a arma ainda estava lá. Expliquei que coloquei um caixote por causa das crianças. Todos no local entenderam, já que elas passavam de um lado para outro brincando em meio ao caos dos adultos dispersos e ainda extasiados. O assunto, agora, era como o traficante baleado e escondido na sala da casa de uma vizinha, que estava com medo e receoso, sairia daquele lugar sem ser pego e talvez morto. Também se mencionou a possibilidade de que ele morresse dentro da casa, mas esse assunto não foi muito explorado. Mineiro, um vizinho residente a duas casas adiante, considerou acionar uma ambulância. Não ficou claro se efetivamente o fez. Alguns relataram que sim, mas que o atendimento foi recusado. Caso o jovem fosse levado ao hospital seria inevitavelmente preso, uma vez que unidades de saúde notificam a polícia em casos de vítimas de arma de fogo. Havia também o risco de que ele fosse vítima de negligência médica, uma vez que é comum e bem conhecida a ocorrência de baleados deixados para morrer em hospitais.

Marlene e Jorge me contaram que o rapaz ainda tentou descer as escadas da laje e se abrigar no interior da casa deles, mas eles não permitiram. Estavam preocupados em serem acusados de cumplicidade com o crime. Não apenas naquele momento, mas nos dias que se seguiram, a discussão passou a ser como o rapaz conseguiu acessar o segundo andar da

residência do vizinho. A casa estava situada entre um corredor lateral à esquerda, um espaço reservado ao acesso aos lotes dos fundos após o desmembramento do terreno para a venda; e a casa de Jorge e Marlene à direita, em um nível ligeiramente mais baixo em relação à rua. Logo após a casa de Marlene e Jorge, ficava o corredor onde funciona o salão de Lucas, irmão de Serginho. Entre a casa de Marlene e a residência que serviu de refúgio, havia uma mureta lateral, utilizada pelo traficante como suporte para se impulsionar. Mesmo com o muro alto, o que dificultava o acesso, o desespero do rapaz e o efeito da adrenalina sustentaram a argumentação de que ele teria utilizado aquele local como rota de fuga. A mureta na lateral já havia sido, antes do ocorrido, motivo de tensões entre os vizinhos, que se incomodavam com a construção. E, talvez, a fuga do traficante tenha sido apenas um pretexto instrumentalizado para a remoção daquela construção. Tanto Marlene quanto Jorge informaram que a prefeitura ordenou a remoção da divisória em um dos lados, restando apenas a que estava encostada na parede de sua residência. Poucos dias depois, a mureta foi derrubada pelo vizinho que havia construído. O receio era que, de fato, tivesse servido como ponto de acesso pelo rapaz baleado à sua casa.

Em determinado momento, ao olhar para o final da rua, percebi que na área que se estendia até a base do morro havia uma parte plana, onde muitas pessoas curiosas assistiam à distância aos acontecimentos. Naquela altura, a arma ainda permanecia no portão e o rapaz abrigado aguardava a chegada de comparsas para resgatá-lo. Mineiro, que supostamente havia chamado os bombeiros, decidiu então colocar a arma em um lugar mais escondido. Com um saco preto envolvido em torno do objeto, ele o colocou embaixo de seu portão, fora da vista das demais pessoas.

Conforme os acontecimentos se desenrolaram, a comunicação entre os vizinhos começava a proporcionar uma compreensão mais clara da situação. Os rapazes associados ao tráfico de drogas estavam em duas motocicletas, paradas no ponto mais elevado do morro, conversando e brincando, com armas visíveis à cintura. Eles eram a representação do tráfico no território; eram magros, aparentando terem no máximo uns 20 vinte anos, e eram de diferentes perfis raciais, incluindo brancos e negros. Estavam vestidos com bermudas e camisas, sempre calçados com chinelos, e as motocicletas que utilizavam não eram particularmente grandes ou possuíam alta cilindrada, o que indicava que não facilitariam uma fuga rápida para além daquele local.

Brincavam entre eles, naquelas zoações de amigos - descreveu uma vizinha. Essa suposta inocência, que poderia ser interpretada como despreparo ou algo semelhante, além do

fato de serem extremamente jovens, justificava a descrição de que eram os “buchas”⁹ do tráfico, enviados para morrer nessas circunstâncias, devido à ausência de uma estrutura criminal consolidada no local. Além disso, a ausência de fuzis ou outras armas de grosso calibre reforçava essas conclusões. Não me recordo exatamente quem afirmou, mas em outra ocasião um interlocutor mencionou que havia um excesso de pessoas no tráfico de onde eles vinham. Não se sabe ao certo o motivo pelo qual integrantes da facção de outras regiões migraram para este morro, ou mesmo se realmente vinham de locais distantes. O fato é que estavam pouco preparados para lidar com o *modus operandi* dos seus principais adversários na área, os milicianos.

Naquele dia, minutos antes do ataque e a poucos metros desses rapazes, que estavam parados na esquina distraídos enquanto conversavam entre si, havia um carro cinza com vidros escuros e ar-condicionado ligado. Esse era o *modus operandi* dos milicianos, que realizavam emboscadas com a intenção de executar suas vítimas. No entanto, algumas pessoas que estavam na rua e presenciaram a cena concluíram, posteriormente, que não se tratava de um ataque para matar, mas sim de “dar um “susto”. Concluíram isso avaliando a proximidade entre os ocupantes do carro e os rapazes nas motocicletas. “Ou atiravam mal”, ponderou Luciano ao examinar a emboscada malsucedida. Outros acreditavam que os rapazes haviam atirado de volta, o que lhes permitiu escapar. Na rua de trás, que dava acesso às barrancas, haveria outro ferido, conforme relatos dos moradores e com base em um rastro de sangue encontrado no local. Comentava-se, então, sobre dois ou três atingidos, embora a certeza fosse apenas sobre aquele primeiro, que se escondeu em uma casa no segundo andar.

Algum tempo depois, cuja duração não posso precisar, mas que me pareceu ser questão de minutos após os disparos, policiais militares chegaram ao local. Sem proferir palavras a ninguém, observaram todos que estavam na rua até pararem em frente à casa de Marlene e Jorge, onde pediram para conferir se havia alguém escondido. Depois de revistarem a residência, prosseguiram com uma ronda pelas ruas do entorno. Foram apenas alguns segundos entre o resgate do rapaz pelos comparsas e a chegada dos policiais, o que poderia ter gerado uma situação extremamente perigosa para qualquer pessoa presente, em um novo episódio de tiros. Essa foi uma constatação que fiz ao conversar com os vizinhos, que concordaram de imediato. Yasmin, que estava presente no local naquele momento, me disse que estava pensando justamente nisso.

⁹ A expressão *bucha de canhão* refere-se àquele que é facilmente manipulável e ingênuo, servindo aos interesses de outros que se situam, nessa relação, em uma posição mais vantajosa.

Os membros da facção chegaram em duas motocicletas, com três rapazes. Eles resgataram o indivíduo ferido, colocando-o na garupa de uma das motos. Ao subir na moto, com a perna esticada devido ao ferimento, era possível observar que o sangue que escorreu até o pé já havia secado. Esse fato levou os vizinhos a especularem sobre a possibilidade de 'sangramento interno'. Os membros do grupo, visivelmente agitados, também levaram consigo a arma que estava no canto do portão. A chegada da polícia militar foi realizada em quatro viaturas, cada uma contendo dois policiais: um no comando do veículo e o outro com a arma apontada para fora. Recordo-me de um trecho da música 'Tribunal de Rua' do Rappa - composta por Marcelo Yuka e lançada na década de 1990 - que critica a violência policial, afirmando que 'o bico do fuzil refletiu o lado ruim do Brasil'. O fuzil apontado para fora da janela, uma cena recorrente nas periferias, colocava qualquer pessoa ao lado do carro na linha de mira, evidenciando a relação tensa entre as forças policiais e a população civil. Essa música reflete uma realidade que pouco mudou ao longo do tempo.

Logo após a passagem da polícia pelo local e de uma breve revista na casa de Marlene e Jorge, a mãe do traficante baleado e outros familiares chegaram em um carro. Ela conversava com ele por telefone e, ao mesmo tempo, recusava-se a levar o pacote de drogas que fora abandonado, afirmando repetidamente que droga não entrava em seu carro e que não levaria nada. Após esse telefonema, ela relatou aos vizinhos que havia sentido que não deveria ir trabalhar naquele dia e decidiu voltar para casa. Esse sentimento evoca a ideia de um sexto sentido materno, um vínculo biológico primordial entre mãe e filho que permitia prever, através dos afetos e sem uma imagem clara, que deveria permanecer em casa nesse dia. A mãe do rapaz baleado, uma mulher negra cujo perfil parece condizer com a imagem das mães de vítimas da violência armada, compartilhou com os desconhecidos vizinhos o que sentiu naquele momento. Eles, por sua vez, pareceram se solidarizar com o seu papel de mãe e com o seu esforço para afastar o filho do crime. Ela mencionou que o levou para trabalhar, mas que ele não quis continuar e “preferiu entrar nessa vida”. Um semicírculo de pessoas que testemunharam o evento se formou ao redor dela, relatando os acontecimentos. Antes de partir, ela agradeceu a todos, despediu-se e entrou no carro, seguindo seu caminho.

3.5. A morte de Serginho nas vozes dos amigos

Entre as entrevistas que realizei nessa pesquisa, aquelas realizadas com Douglas e Gustavo constituem meu maior interesse nesta seção. Esses dois personagens, dentre todos, têm

maior circulação nas redes de sociabilidade dos mortos. No entanto, ao narrarem a morte de Serginho, há um desacordo entre os reais motivos que levaram ao seu assassinato. Douglas conta como recebeu a notícia:

Eu lembro que foi algo... que no momento da notícia eu não acreditei, inclusive eu até meio que me alterei, né? Vamos dizer assim, que eu não acreditei com quem me deu a informação, eu achei que era uma brincadeira e eu falei para a pessoa não brincar e tudo mais. Eu lembro que a rua estava cheia nesse dia, é... E eu tinha saído pra ir em algum lugar. Eu descia, eu desci o morro e nesse meio tempo houve um barulho e tudo mais e me vem a notícia, né? Mas assim, como... é... a pesquisa ela envolve a violência e os motivos, né? Também, assim... é bem sincero, é bem prático dizer que tem coisas que a gente procura. Como foi o caso, já tinha sido avisado, já tinha sido pedido para que esse meu amigo não entrar... não fizesse certas coisas, na qual ele estava fazendo e tudo mais, e calhou que não deu ouvidos, né? Que não deu ouvidos... E... quem pediu, é... veio e deu um jeito... (Relato de Douglas, 2024).

A dinâmica da recepção da notícia é parecida com a vivida por Gustavo, mas para este último a fofoca é que motiva o assassinato. Não há contestação, neste momento, da prática de matar, mas uma defesa moral do amigo e uma estratégia de se resguardar da possibilidade de se tornar alvo.

Tipo, tava na praça quando eu cheguei, cheguei lá na praça, pedi a cerveja, [assim] que eu sentei, aí o telefone tocou. Aí falaram: “Coé, sobe aqui em cima aqui que mataram o teu compadre!”, eu falei “Pô, não vou não!”, porque, tipo assim, o meu medo não era vir ver ele, que eu era muito grudado com ele e meu medo era dos cara tá aqui escoltando e vim me matar também. Eu ser colado com ele, mesmo eu sabendo que ele não era envolvido em nada. Mas se matou ele por fofoca, por que não vai me matar por fofoca também? (Relato de Gustavo, 2024).

Conforme evidenciado no restante da entrevista de ambos, a amizade é considerada um ideal moral que transcende as barreiras impostas por agentes criminosos, como milicianos. No entanto, eles adotam diferentes estratégias para lidar com essas imposições. Em seguida, Douglas detalha o modo de atuação dos diversos agentes criminosos e retorna à questão da amizade, tema constante em seu discurso.

É uma situação entre... a milícia que gosta de... trabalhar de um jeito, o tráfico gosta de trabalhar de outro, alguém puxa para o outro, alguém puxa pro outro [...]. Assim, não é novidade para ninguém, que a gente sabe que a milícia tem a forma de trabalhar, tem o jeito de trabalhar, eles se impõem, são soberanos na lei deles. Mas, nesse caso específico, eles falaram, pediram para parar de roubar, parar de fazer o que estava fazendo. Inclusive no dia, antes de acontecer, na parte da tarde, a gente estava jogando bola na rua, eles vieram, pararam o carro na esquina e ficaram olhando, olhando, olhando e desceram [a rua, de carro]. E esse meu amigo desceu, eles passaram de novo e falaram

com ele e pediram para... que ele evitasse fazer o que estava fazendo, que já tinha conversado, já tinha falado e tudo mais e não tinha sido acatado pela parte daquele o qual estava cometendo as coisas, né? Por fim, ocorreu o que ocorreu, né? No mesmo dia que foi pedido, que já tinha sido falado, ele foi fazer as mesmas coisas, as mesmas práticas, juntamente com quem? Quem também alimentou isso, porque... pra mim, assim, amizade mesmo não é aquela que você chega no dia do enterro e você está ali. A amizade é aquela que você sabe que a pessoa está errada e já foi avisada, e você vai chegar, vai falar com ela, vai pedir para evitar que faça, mas só que foi ao contrário. Eu também não posso querer que todos pensem da mesma forma que eu[...] E acabou que foram todos lá... Ele tinha um salão, e acabou que foram todos pra esse salão cortar cabelo e começaram a fumar [maconha] ali, a fazer o que tinha que fazer. E esses caras vieram, é... e dispararam em cima deles. O alvo principal foi esse meu amigo, a maioria... os tiros concentrados foram a maioria para cima dele. Mas acertou outras duas pessoas também, uma chegou a ficar internada, não era meu amigo, porém era conhecido, né? E acabou que, ali mesmo, ele [Serginho] morreu, acabou que ali mesmo se foi, né? E o outro conseguiu ficar bem, saiu do hospital, ficou bem, mas até hoje está com a bala alojada, agora eu não me lembro se é no estômago. É alguma coisa assim, parecida. E o outro que tomou de raspão no braço continua bem, tudo mais (Relato de Douglas, 2024).

A milícia, neste contexto, é apresentada como uma entidade soberana que possui autoridade sobre a vida e a morte dos indivíduos. Mas também é a entidade que exerce o controle muito mais regulamentar sobre essa população de sujeitos, a partir de um recorte bem definido por mecanismos de racismo - essa cisão fundamental dos sujeitos enquanto espécie-humana (Foucault, 2010) - colocando alguns como alvos do poder, mas que se exerce sobretudo pelo lado da morte para alguns e através da vida para outros. Achille Mbembe (2016) definiu como “necropolítica” essa relação do poder pelo lado da morte. Foucault, com quem Mbembe mantém um diálogo profícuo, postula também a respeito do direito sobre a vida e a morte, esse direito que primeiro se exerce em “fazer morrer e deixar viver” e depois se complementa enquanto um direito de “fazer viver e deixar morrer”, sendo dois níveis interpenetrados, complementares e não auto excludentes. Portanto, processos globais e individualizantes, que lidam com a vida e com a morte, e se complementam. Ao se questionar como seria possível o biopoder ser exercido pelo lado da morte, a partir de tecnologias disciplinares e regulamentadoras que tem a vida como objetivo, Foucault apresenta a questão do racismo. Segundo ele, o racismo “é, primeiro, um meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Aqueles abandonados à própria sorte, deixados para morrer, então são capturados por governanças criminais que operam esse fazer morrer. Assim, se nesses casos o abandono está na figura do Estado, na figura da milícia está a soberania operante pelo lado da morte.

Anteriormente, eu já havia analisado (Gonçalves, 2019, p.37) como Agamben se utiliza da noção de “vida nua” para descrever as vidas politicamente desqualificadas, uma vez que ele busca captar como esse poder de morte aparece no ordenamento jurídico através do direito de matar. Essa destruição da vida nua é, ao mesmo tempo, um processo de “politização da vida natural”, uma captura pela esfera do direito. Assim, para Agamben, é no estado de exceção que se desvela a original relação entre poder soberano e vida nua, esse direito de matar. É através de possibilidade de matabilidade que a vida nua é incluída no sistema jurídico-político, através de sua exclusão.

Neste sentido, há uma captura política de indivíduos desprovidos da possibilidade de ação no campo político. Esses sujeitos são incluídos no campo político justamente pela sua exclusão, pela eliminação de suas vidas. D’Elia Filho (2015) aproxima a noção de *vida nua* da figura jurídica dos “autos de resistência”¹⁰, onde se exclui a ilicitude das práticas de execução por agentes do Estado. Nesta dimensão, o próprio Estado opera diretamente as tecnologias de matar. Os sujeitos matáveis são incluídos no ordenamento político-jurídico através da matança sem ilicitude. Essa captura, seja pelo Estado ou por governanças criminais que se relacionam com ele, é algo reconhecido pelos sujeitos, ao verbalizarem a impossibilidade de lidar com esses atores e elaborarem estratégias para que não se tornem alvos.

É também a partir desse reconhecimento que há um deslocamento dos conflitos para responsabilizar, primeiramente, os próprios indivíduos que não adotam estratégias reconhecidas entre eles para evitar serem capturados pelas malhas de poder desses agentes criminais e se tornarem vítimas. Em segundo lugar, os falsos amigos que não desempenham a tarefa primordial associada à amizade: desviar os indivíduos do caminho da morte por meio de uma palavra de salvação. Ambas as perspectivas estão ancoradas em um contexto cultural de predomínio neopentecostal, especialmente nos discursos de Douglas. No entanto, essas influências variam conforme a imersão dos indivíduos no campo religioso. Gustavo foi criado por sua mãe, que praticava a Umbanda, enquanto Douglas foi criado em uma família evangélica. Isso pode explicar algumas diferenças nos discursos de ambos. A seguir, será explorada mais profundamente a expressividade de Douglas ao lidar com as questões de vida e morte do amigo.

Eles vinham, eles avisavam, assim, não sei qual era a real intenção deles, se era dominar, ficar, se era permanecer ou uma questão só de empoderamento,

¹⁰ A nomenclatura "autos de resistência" foi alterada para "mortes decorrentes de intervenção por agentes do Estado" ou "mortes decorrentes de ação policial" em 2016. Instituições da sociedade civil, no entanto, na época, criticaram que a modificação foi meramente um recurso administrativo.

né? Ou de aviso. Falar: “Ó, eu que mando, eu que quero!”, não sei, né? Porque assim, é... o que a gente tem são relatos, a gente é bastante conhecido e a gente tem relato de que aqui, onde esses milicianos não moram, eles tinham um modo operativo, eles tinham um modo de agir, tinham um modo de fazer. Então pra quem é daqui de onde eles não moravam, tinha um... um jeito de ser, um modo que você tinha que seguir. O que eles implantavam aqui, era diferente do que eles implantavam lá. Vamos supor, se eu chegar aqui e falar assim: “Ó, você não pode fumar!”, mas sendo que lá todo mundo fuma, “Você não pode roubar!”, sendo que lá um monte de gente roubava pra eles, então assim, são casos que ficam em aberto, porque a gente nunca vai ter uma certeza, por não estar no meio, por não conviver com eles e também é algo que... é... vivemos na sociedade que ou a gente respeita ou a gente respeita, não tem outra escolha, né? Ou respeita ou respeita, senão perde a vida, acontece. Não tirando a culpa, né? Não tirando os erros, não querendo justificar os erros, é como eu falei, são coisas que são avisadas, são coisas que não são cumpridas (Relato de Douglas, 2024).

Neste trecho, o que se evidencia são as contradições apontadas por Douglas, mas ao mesmo tempo uma responsabilização das vítimas que deveriam saber, em um conhecimento muito tácito, que não se pode ir contra esses atores criminais. Douglas naturaliza essas relações de dominação pela impossibilidade de alcançá-las, por estar fora do seu campo de ação e poder. Com isso, a estratégia é desviar ou driblar essas imposições, se afastando das práticas criminosas, mas sem se afastar dos amigos. Perguntei a ele sobre o teor dessas ameaças:

[Era] sobre essas questões, de tá fumando, de tá andando com que não tem que andar, porque dentro dessa questão de ter uma milícia, ter um tráfico, não tendo quem domine... Como eu posso explicar, assim, quem esteja no local permanente, um lado vai querer que você se afaste do outro, então se você falar com quem é do tráfico, a milícia obviamente vai querer que você não fale, e se você fala com quem é da milícia, o tráfico vai querer que você não fale, então sempre, pelo fato de fumar, pelo fato de andar com alguns meninos que eram na outra parte lá de baixo, que estavam roubando o fio nessa época, não sei se ele tava também roubando, mas boatos foram que ele também chegou a roubar os fios, mas eu não tenho certeza, né? Porque a minha parte era sempre dar conselho pra ele, falar assim: “Cara, esse negócio de roubar não tá certo, uma hora vai dar ruim até pela localidade que a gente mora, porque já tem se... já em si já tem um mau olhar, tem um mau olhar pelo passado”, então já fica aquela impressão, então... as gerações vão vindo, então você vai se envolvendo, você já vai ficando visado. Querendo, querendo não, fazendo coisas erradas ou não, você já fica visado porque, assim, a gente tem amizades de infância, mas o que elas vão fazer depois de um tempo, aí já não é com a gente, tem uns que vão para o tráfico, tem outros que vão para a milícia, enfim, cada um vai viver sua vida e não é por isso que a gente vai deixar de ter uma amizade, a gente vai deixar de falar ou não, mas a gente precisa evitar [...]. E sempre o recado desses milicianos foi isso, “Ó, não quero junto! Não quero fazendo!”. É porque o pensamento deles ou o pensamento de qualquer um que queira ter um território e se sinta ameaçado por outra pessoa ou por outra facção, vai ser isso: Não, você não pode estar perto porque você pode passar informação, você pode se ajuntar e eles vão querer o território. Então sempre foram esses tipos de avisos, e assim, foi sempre uma coisa que... algumas pessoas mais velhas, que... não sei se andavam com eles,

usando linguagem de hoje, fechavam, ficavam perto, não sei. E eles sempre vinham ali embaixo para comprar perto da gente, a... eles falavam, era, “Ó, evita ficar perto porque os caras, eles vão vir em cima de vocês, porque vocês moram!”, e quem vem para fazer, para botar alguma coisa aqui, não é daqui, e para ter alguma coisa aqui, precisa de quem mora aqui, então era isso, vamos dizer, o recado deles, para que evitasse, porque o maior medo deles era que alguém daqui se envolvesse, para trazer alguém de fora, para tomar, pra meio que ocupar o espaço deles [...]. Então sempre foi esse, o... sempre foi esse, o... maior recado dado, o maior recado passado por eles, sempre foi o que, ao nosso, nem ao nosso interesse, sempre foi a realidade, porque pessoas mais velhas, quando vinham falar com a gente, elas falam isso pra gente, pra gente evitar porque a conversa deles... lá embaixo, né, onde eles têm uma dominação maior, sempre foi, ó, quem é cria do morro, é, se estiver falando, estiver com contato com outras pessoas, que seja outra facção, ou coisa do tipo, que seja tentando dominar aqui, tem que morrer, a gente tem que fazer alguma coisa, tem que dar uma resposta, então o recado sempre foi esse, e nunca foi um... um recado, é.. como se jogasse uma semente, esperasse crescer, não, o recado sempre foi bem direto e sempre bem reto. Eles chegavam e... até mesmo se eles tivessem que chegar em cada um dos moradores, e falar assim, com cada um dos moradores, eles vão falar, né. Mas como eles sempre deixavam bem claro para a gente que... era jovem, ó, não quero, não faz e não faz, mas só que... sempre vai ter um e outro que não vai escutar, né, sempre vai ter um e outro que não vai acatar ou não vai acreditar, não sei se por influências de outras pessoas, ou não, né. Mas o recado sempre foi bem direto, sempre foi bem específico, sempre foi dado um recado e sempre foi bem claro. Não era aquela coisa de, um exemplo, chegar e falar algo com você e você ficar tentando imaginar, tentando, tentando compreender o que eu falei, não, o recado sempre foi bem direto. É esse, esse ponto (Relato de Douglas, 2024).

O trecho da fala de Douglas sugere a existência de um mercado ilícito de drogas em um ponto de venda na "rua de baixo", caracterizado por um fluxo de pessoas, tanto para adquirir drogas quanto para socializar em espaços públicos. A ocupação desse espaço parece ser mais antiga ou significativamente mais permanente do que o comércio de drogas. A fala revela a proximidade dos moradores mais jovens com esses espaços e o controle exercido pelos milicianos sobre a comunidade local.

Os avisos da milícia dizem respeito a essa proximidade, especialmente dos jovens que se envolvem com as facções e entram nessas redes criminosas, mas também daqueles que mantêm amizade com eles. A mensagem direta tem o objetivo de manter o controle sobre essas relações. As táticas de intimidação e ameaças revelam um padrão de governança pelo medo, assegurando que os moradores se mantivessem alinhados às exigências dos milicianos. O uso recorrente de avisos explícitos, especialmente dirigidos aos jovens, indica a preocupação com a manutenção de lealdades e a prevenção de colaboração com facções rivais. A seguir, Douglas volta a descrever o assassinato do amigo ainda com mais detalhes, apontando para as ameaças que o antecederam:

Eles vieram, na primeira vez, a gente jogando bola na rua. Só que nessa primeira vez eles não desceram, não fizeram nada, pararam o carro. [...] Era à tarde. Não, o fato em si, da morte, foi à noite, foi na parte da noite. Mas a gente já estava brincando. É, à tarde, jogando bola, conversando e tudo mais. A rua cheia, todo mundo bebendo. Eu confesso que esse foi um dia atípico, né? Porque nesse período, vamos dizer, já estava meio que essa confusão, milícia com tráfico, faz, não faz, avisa, não avisa, e a rua ficava deserta direto, direto, direto, e assim, até hoje eu, é, tenho isso na cabeça. Tem muita gente que fala assim, “ah, depois que morreu, acabou! Depois que morreu, tu vai no enterro, escreve saudade, faz camisa, esquece!”, mas eu confesso que, é... um dia que, assim, que me marcou bastante, né? Eu... fica bastante na minha cabeça, né. Porque foi algo que... até hoje, é... pelo *modus operandis*, né? Pela forma física e natural, sei lá, não sei como explicar, porque, desde o momento em que a gente viu a situação, fica tudo vazio, fica tudo, ninguém na rua, ninguém fala nada, ninguém fala um... oi, fala um ai, fala um nada. Chegar um dia onde tá tudo cheio, a rua toda cheia, todo mundo brincando, todo mundo conversando, até quem não se falava, se falava, até que acontecer algo assim. Então, tipo assim, é... não sei se assim, é... algo, como um aviso para que fique gravado na cabeça, para que a gente não cometa o mesmo erro, algo como experiência, não que, assim, que o fato da morte seja algo bom para alguma coisa. Não, mas assim, pelo jeito que, que, ficou gravado na minha vida, pelo jeito que ficou entranhado. Eu sigo muito de exemplo, não só pra a minha vida, mas também pra a vida de alguns, que às vezes passam por esses momentos, eles estavam fazendo a mesma coisa, de vim conversar, e eu ter o que falar, eu ter o que passar (Relato de Douglas, 2024).

A violência da morte do amigo se entranha na carne, corrói, afeta, agride, deixa sua marca como ferro em brasa sobre o corpo. Tem a função de ensinar, uma marca incontornável sobre a vida daqueles que permanecem, sempre os lembrando sobre os riscos de se envolver nessas redes de sujeitos. É a governança do medo sobre o corpo¹¹ e a mente, uma forma ostensiva de presença da dominação que não se traduz na permanência de grupos milicianos no território. A relação entre ausência e presença faz parte dessas governanças criminais, a ausência do amigo, a ausência dos espaços de lazer, ausência de brincadeira e ausência também da palavra; que se contrapõe ao momento anterior, antes da morte violenta desmanchar o tecido da vida e reorganizar a dinâmica dos afetos, publicamente explicitados no cotidiano. Antes do ocorrido, a irmã de Serginho chegou a alertá-los sobre a possibilidade de milicianos estarem à espreita, os observando.

E assim, confesso que a rua cheia, eles passaram, ficaram parados, inclusive foi até a irmã dele que viu, que a irmã estava bebendo, ela veio, aí, no meio do futebol, falou assim, "Pô, vocês não viram, não?", "Pô, os caras lá de baixo veio aí ó, ele estava parado na esquina olhando vocês, vocês nem viram nada,

¹¹ Essa cisão entre corpo e mente reflete os dualismos presentes nas formas de pensamento ocidentais. Para saber mais sobre o assunto, ver Le Breton (2011). Ao me referir ao corpo, também incluo os aspectos espirituais. A morte violenta, ao agir sobre o corpo, afeta o sujeito em sua completude.

se fosse para matar você, vocês iriam tomar um monte de tiro, nem ia vê." É e, realmente, a gente não viu, aquela, como eu falei, um dia [voz embargada] ... sei lá, um dia como se fosse uma comemoração, uma confraternização de algo, todo mundo ali envolvido, brincando, conversando, e a gente jogando bola, a gente ficou disperso pras outras coisas, e ela veio e falou, e eles pararam. Eu creio também que isso também é uma forma de aviso, não ser um aviso falado diretamente, mas assim, "Ó, a gente está aqui, ó, evita." E vieram, não desceram do carro, pararam, ficaram. Eu meio que olhei um carro, mas não... confesso que eu não reparei, eu não reparei da forma que tinha que reparar, se oferecesse um perigo ou não, mas eu... aquele lance rápido de você olhar e acabou [...]. É, só mais um carro. E tipo assim, eu tô ali, mesmo se fosse conhecer esse carro, se fosse para reparar, não ia reparar, que estava ali entretido e em outras coisas, e estava ali, com a mente voltada pra outras coisas, brincando, jogando bola, rindo e tal, e a irmã dele, a irmã dele falou, "Pô, eles vieram aí, não sei o que, vocês nem viram". E aí, desceram, a gente continuou jogando, e ele foi o primeiro a ri, eu lembro que ele foi o primeiro a ri quando a irmã dele falou e ele até falou assim, "E... esses caras tá querendo alguma coisa", né. E acabou, ficou no esquecimento, ele falou isso e ficou no esquecimento. E passou, eu acho que, uns...uma meia hora, assim, foi a hora que ele desceu. O carro parou na esquina, desceu pro um lado. [...] Então, ele desceu, os meninos pra cortar, e a gente continuou brincando, né. Aí passou alguns tempinhos, cada um foi pra um canto né, é... uns foram tomar banho pra voltar para a rua, eu entrei, tomei banho e desci, fui lá embaixo, na praça, e ele desceu com... acho que tinha mais quatro [rapazes], tinha mais cinco, e um voltou para a rua e tal. E assim, depois que desceu, foi questão de... uma hora mais ou menos, que o carro meio que, não, isso passou de volta no salão e avisou ele de novo, falou com ele de novo, que não queria fumando, não queria... mais ninguém de madrugada na rua, andando e tudo, e desceram de novo, e depois desse segundo, dessa segunda aparição deles, passou uma hora mais ou menos, foi quando eles volta... retornaram, e já atiraram em cima deles né, e mataram meu amigo, e feriram uns outros dois, né, que não morreram. Mas... a princípio, nessa questão do aviso, foi assim, nesse horário, nesse meio-tempo, creio que... como eu falei, na primeira vez que eles apareceram, mesmo não tendo falado nada, já foi um aviso também, tipo assim, para dizer "ó... a gente tá aqui, a gente tá na área, não faz, já deixamos claro", depois avisaram de novo, e na terceira vez foi que eles retornaram, e fizeram um ato de fazer os disparos... no salão, onde eles estavam cortando [cabelo], que acabou tirando a vida do meu amigo (Relato de Douglas, 2024).

O fato de estarem distraídos e precisarem ser avisados pela irmã de Serginho era revelador da necessidade de um estado constante de vigilância, uma explícita relação com a imposição de uma cultura de terror e medo desses grupos armados.

Eu ouvi uns barulhos, uns barulhos estranhos, mas eu não maldei [não teve maldade]... uns barulhos estranhos, mas não maldei. Aí, um... um outro colega meu, veio na minha direção, assim, só que assim [fala com mais entonação] eu imaginei que fosse alguma coisa, porque, eu vi... carros de polícia passando e vindo em direção pra subir o morro. Só que, assim, é... [voz embargada] nunca passou na minha cabeça, nunca imaginei que seria alguma coisa, né, e esse meu conhecido, meu colega, o Marco Antônio, ele veio na minha direção e falou assim "caraca, cara, acabaram de matar teu primo", aí eu "meu

primo?”, aí ele “É, teu primo”, aí eu “não, que primo?”, aí, ele “pô o Serginho”, eu falei “Serginho não é meu primo não, cara. Serginho é meu amigo, e para com essas brincadeira e tal. Tá maluco, isso não é brincadeira não.”, e eu até me alterei com ele. [...] É, foi na rua [que Douglas foi avisado], estava na rua, na praça, praticamente na praça, e ele veio e ele falou, eu peguei e falei assim, “à brincando com coisa séria e tudo mais”, e “eu te dou essas confianças pra brincar comigo?”, falei até com um pouco de arrogância, com certa ignorância, né? E não acreditei, mas só que... nesse meio tempo, veio um rapaz que morava aqui no Morro, o Alex veio... ele passou na praça, [inaudível], e falou assim “caraca, cara”, falou pra mim, “caraca, cara, vai pra casa, vai pra casa, que... mataram o Serginho”, aí foi que, assim, meio que começou a... entrar na minha mente, na minha cabeça, vamos dizer aqui assim, que eu comecei a acreditar um pouco, né? E confesso que na mesma hora eu me abati, e aí eu falei assim, “caraca, e agora?”. Eu não queria... confesso que eu não queria nem subir o Morro, fiquei sentado, um pouco na calçada, pensando, aí eu falei assim “é, não adianta eu ficar aqui, eu tenho que ir lá vê pra ter certeza”, né? E quando eu subi o Morro, da mesma forma que eu desci com o Morro cheio, eu subi o Morro também tava cheio, né? Mas só quando eu subi, eu meio que já vinha subindo, como se fosse uma imagem do que tinha acontecido, né, ele estendido, né, como se tivesse... como se estivesse não, no meio da rua, né, todo mundo olhando, todo mundo falando, todo mundo chorando, isso antes de eu chegar no Morro, perto, né, e quando eu comecei a subir o Morro, que eu comecei a ver as pessoas assim, na reta da rua, foi exatamente como imaginei, como passou na cabeça, foi algo que... eu... [meio] desesperado, não consegui chegar perto do corpo, né... Sentei do lado do irmão dele, é.. o irmão dele parado, parado ele estava, parado ele ficou, só mexeu a cabeça e me olhou. E eu... também estacionado em não acreditar no que estava acontecendo, só comecei a chorar, descer as lágrimas, as lágrimas. E aí veio minha mãe, acho que minha mãe e minha irmã, meu pai, aí vieram, me deram um abraço, eu sentado na calçada. Aí... eles chamaram para entrar, assim, eu falei “não, vou agora não”, eu fiquei mais um pouco ali sentado na calçada e depois eles foram lá me buscar. E... assim foi algo que até hoje num...[não] sai da minha cabeça, porque são coisas que ficam marcadas, não sei se... ficou tão marcado pelo fato de ser uma morte, assim... por violência, ou se... pela amizade mesmo, não sei se fosse algo de, de, de uma perda por doença se seria tão... guardado assim, porque eu também tenho um conhecido que morreu por doença, por diabetes [Douglas refere-se a um rapaz que era vizinho dele], também... era um amigo, mas, assim, não tão chegado, mas assim, fica gravado, mas não é aquela coisa tão... Como é que eu posso explicar, tão agravante dentro da gente, que assim... o fato da gente lembrar e como se fosse uma agressão pra... pro nosso sentimento, né. Agressão que eu falo no modo de nos fazer... chorar, nos fazer ficar triste, nos fazer ficar abatido, como eu falo, não sei se pelo caso, não sei se pela proximidade. Eu sei que foi algo muito... muito, mas muito marcante, que ao ponto de eu não conseguir enterrar ele, de eu ir no cemitério e todo mundo subir, para enterrar, e eu não conseguir... ficar marcado (Relato de Douglas, 2024).

Douglas, tomado por incredulidade, imagina a morte do amigo, construindo mentalmente o desenrolar dos eventos com base em um conhecimento compartilhado coletivamente. Ao subir o morro, as imagens em sua mente se concretizam. A notícia da morte do amigo dissemina-se e o evento confere novos significados a diversos espaços. A praça do

bairro, tradicionalmente um local de lazer, torna-se o ponto de comunicação dessa morte através de vários indivíduos que, ao encontrarem os amigos da vítima, transmitem a informação do ocorrido. O vazio deixado é preenchido pelo luto coletivo: “todo mundo chorando”; o corpo do amigo, estirado no chão, sendo velado por parentes e pessoas próximas, é observado também por estranhos: “todo mundo olhando, todo mundo falando”. Entre os mais próximos, as palavras não são compartilhadas; assim, o luto dos amigos preenche a existência com silêncio e o choro é incontido. Esse impacto nos indivíduos estabelece a diferença entre a morte natural por doença e a morte violenta causada por terceiros. O poder da morte violenta é revelado em seus efeitos. A notícia, quando chegou, “abateu”, subjugou, imobilizou, deixou “parado”, “estacionado” e depois “marcou” gravemente. Guardada na memória, a lembrança da morte inscreveu-se sobre os vivos como uma “agressão” que provoca dor sempre que retorna e que não pode ser esquecida. Eu perguntei a Douglas como foi o dia seguinte.

Ah...cara, vou te falar... Ainda teve uma parte que... uma burocracia danada, né, pra... na questão do enterro, também, questões de documento que ele não tinha. Se eu não me engano acho que ele tinha só a certidão de nascimento velha. É... então assim, não que seja uma questão de burocracia tão grande porque hoje a gente tem muita facilidade, né? Já tendo alguma coisinha já facilita bastante coisa, mas infelizmente como a gente é pobre, não tem uma condição tão boa assim, fica um pouquinho mais difícil. E eu lembro que foi um dia inteiro, um dia inteiro, foi o segundo dia que ele foi enterrado, ele morreu, passou um dia de complicação, no segundo dia, é... no segundo dia depois que ele conseguiu ser enterrado, depois da morte. Eu lembro que um dia antes dele ser enterrado, o irmão dele... é, é isso mesmo, o irmão dele foi, veio, me chamou e a gente ficou sentado aqui no portão, né? E ele... é... também, assim, ele só me chamou e sentou. E eu falei assim, “caraca, é, o que é que eu vou falar pro irmão dele?” Mas assim, graças a Deus [...] de Deus, mas assim, Deus, ele, vai nos dando força. Assim, eu creio muito, né, dentro dessa parte de Deus, ele me sustentou bastante, porque eu confesso que foi algo que também me feriu muito e a gente, quando a gente é próximo da família, acaba sendo uma, tipo assim, algo que envolve muita coisa, e o irmão dele sentado no meu lado. E eu tentava conversar com ele, ele tentava conversar comigo, e a lágrima descia, e a gente chorava, daqui a pouco a gente trocava de assunto e conversava, né? E as pessoas passavam, né? E perguntavam, as pessoas passavam e... falavam algumas coisas, né? Querendo dar força, né? Aos irmãos...né? Eu lembro que foi, acho que o pior foi esse dia, porque, assim, é o dia que a ficha tá caindo, as coisas estão se desenvolvendo, desembolando, assim, porque quando acontece, tá tudo embolado, tua cabeça tá toda... aí conforme vai passando o tempo, né? Vai desenvolvendo aquilo, vai desembolando, vai clareando um pouco, tu vai... tentando entrar aqui, tentando entrar ali, tentando, é... conseguir encontrar um jeito de dar uma aliviada no que você tá sentindo, pra você ajudar alguém que tá ali próximo a você querendo conversa, né? E assim, no dia do enterro, eu lembro que eu também não ia, eu não ia no dia do enterro, porque eu não gosto, eu sou muito fraco pra isso, muito frágil pra isso, mas só que, assim, a gente tem um carinho, a gente sabe que quem foi, foi, infelizmente, foi, não vai sentir nada, não vai passar nada, fica pra quem ficou, né? Sentimento ruim,

a dor, né? E são essas pessoas que precisam uma das outras, né? Quem fica que precisa de um abraço, precisa de um aperto de irmão. Então eu fui porque tinha, tem a irmã dele, que também é próxima da gente, os irmãos, que também que é próximo, né? E eu fui, eu cheguei, né? No cemitério, no enterro, eu também não consegui ver, é... chegar perto antes de levarem ele pra cima, eu também não consegui chegar perto pra ver, ver a última vez, eu não consegui, sentei longe, fiquei parado, olhando, chorando, né? As vezes dava um... uma segurada nas lágrimas, mas por dentro, todo quebrado, né? E assim, quando subiram pra, pra levar, eu... falei [pensou] “vou esperar todo mundo ir e eu vou atrás”, porque eu queria ficar sozinho, queria ficar isolado, não queria falar com ninguém, mas... calhou de eu não ter forças, né? E eu ficar sentado, lá embaixo, e eles levaram pra enterrar, eu não conseguir mesmo, né? Queria [ênfase], queria ter ido, né? mas, assim, foi algo que eu não... tive forças pra poder vê. Esse foi um... Ali no... no dia do enterro, foi algo que... abriu um leque na mente, principalmente quando o... o pastor tava fazendo o... lá, as... homenagens finais, que ele falava a respeito de amizades também. No meio dessa conversa agora, eu pude... eu me recordei nas palavras dele, que foi algo que eu falei aqui no início né? Da conversa, na entrevista, que, amigo de verdade, a gente vê quando tá vivo. Amigo de verdade, a gente vê quando a gente está precisando de uma força, de algo, que ele está ali, não no momento da... que você morre, porque quando você morre, você vai escutar quem? Você não vai escutar ninguém. E até isso, nem foram, ninguém foi. Os que ficavam ali, que alimentavam isso e que não davam conselhos pra ele. Os conselhos que davam era errado, de alimentar, de fazer coisas erradas, né? Esses mesmo não estavam. E de amigo, amigo mesmo, que foi só tava eu, meu irmão, meu primo e o Paulinho. Só, né? De um lugar que você... tem um cara que é barbeiro, um cara que chegar no final de semana, todo mundo falar que é amigo, cortar fiado, chegar, parar de beber e de cortar, vamos colocar, mais de 30 cabelos, e ter 4 pessoas, né? Então, foi algo que... (Relato de Douglas, 2024).

A ausência de documentação parece ser uma realidade não apenas para Serginho, mas também para alguns de seus irmãos. Isso evidencia a dificuldade enfrentada por famílias em situação de pobreza no acesso a serviços públicos. Douglas reconhece que, embora "não seja uma questão de grande burocracia porque hoje temos muita facilidade, né? Já tendo alguma coisa já facilita bastante, mas infelizmente, como somos pobres e não temos uma condição tão boa, fica um pouco mais difícil". Destaca-se o apego à "fé em Deus" como forma de lidar com o luto e as consequências da morte do amigo. Entre os entrevistados, todos demonstraram inclinação religiosa, sendo Douglas aquele que possui uma formação cristã mais evidente. Isso se reflete não apenas em suas referências ao divino, mas também pelo fato de que sua família o criou - e a sua irmã Hellen - dentro de uma Igreja evangélica desde a infância.

Além do recurso à fé, o compartilhamento da dor e do sofrimento, mesmo que em silêncio, surge como demonstração de uma verdadeira relação de afeto entre esses indivíduos. Compartilhar a dor reforça a amizade e distingue os verdadeiros amigos daqueles falsos, conforme mencionado por Douglas ao se referir aos que picham ou escrevem “saudades” aos mortos. Nesse sentido, o silêncio compartilhado tem mais valor do que a expressão pública do

luto. A relação entre luto público e enlutamento privado não é claramente delineada, pois o silêncio e o choro - apesar de serem expressões públicas quase obrigatórias - também deslocam esses sentimentos para o âmbito privado ao questionarem sua manifestação nos espaços urbanos.

A seu ver, o destino de Serginho, por outro lado, teria sido influenciado pelas más companhias, aquelas que não têm o direito de elaborar memórias públicas, uma vez que não expressam o afeto por esses sujeitos em vida, não compartilham os momentos de dor com a família, não se compadecem nem frequentam os enterros. Por outro lado, evitar esses momentos e não compartilhar com a família esse processo de luto na rua e no enterro é uma estratégia para não se tornarem possíveis vítimas.

O final de semana às vezes [o salão de Serginho] ficava lotado, então assim, são coisas que... [...] muita gente, e você chegar e ver quatro [no funeral]. E assim, desses quatro, o próximo dele mesmo era eu e meu irmão. Porque o meu primo falava, e o Paulinho falava, mas não são... amigos, são próximos, mas... e cada um tem sua amizade, cada tem sua... Não é porque eu sou amigo de um que o outro que tá do meu lado tem que ser amigo do meu amigo, não, né? Então, e o pastor falava essa questão de amizade, essa questão da influência, e depois de ver quem é quem, quem está do teu lado, quem não está, porque... Na hora de te influenciar a fazer algo, vai ter muita gente, mas na hora que o calo aperta, pra te influenciar a tentar... a fazer o certo, não vai ter tanta gente. Ou quando você tiver num aperto também não vai ter. Então são coisas que, que ele falou, que também ficou bastante guardada na minha cabeça. Porque realmente, no dia que a gente, nesses momentos que a gente vive, nesses dias em que a gente vive, são coisas que a gente presencia, direto, muitas vezes, eu presenciava na vida dele direto. Às vezes a gente tava ali conversando, bebendo, ou coisa do tipo, e aí ele querer sair, justamente pra aonde ele se queimou, assim, vamos botar assim. Que era na, na Avenida, onde ele tinha namorada. Essa garota também é... roubava, fazia tudo, mas quando ele estava com a gente aqui, meio que ele não fazia essas... práticas de roubar e tudo mais, porque a gente conversava, ficava brincando, virava noite, mas assim, era uma coisa que ele ficava tranquilo. Mas quando ele se cismava de sair pra esses lugares, que era o que era o problema. E como eu falei, a influência, né? E, infelizmente, ficar com o peso de quem influencia mais o errado, porque ele se cismava que tinha que ir e ia. E a gente fala “não, fica aqui!”, e tudo mais, e era algo que não tinha como controlar, a gente não podia amarrar ele, e ele ia, e foi nisso que foi se agravando. E também teve até uma vez que esses mesmos caras que, que pegaram ele, que mataram ele, foram lá atrás dele e dos, dos meninos que começaram com esse negócio de roubar fio, que moravam lá [...] Lá na Avenida. Só que a sorte do Serginho foi que nesse tempo ele já, ele não estava roubando. Pegaram ele, botaram sentado, o moleque correu, o cara olhou pra ele e disse: “não, não é você que eu quero!”, e liberou ele. Mas só que conforme com, com o tempo ele começou a se envol... já estava andando com os moleque, começou a se envolver, se envolver, se envolver e deu no que deu, não é? (Relato de Douglas, 2024).

Na hierarquia das relações de proximidade, o falso amigo ocupa um dos níveis mais baixos, sendo que até mesmo os conhecidos são mais valorizados. A distinção entre amizades verdadeiras e falsas é enfatizada pelo pastor durante o funeral, refletindo a importância de afirmar verdades fundamentadas nos ensinamentos cristãos. Em seguida, Douglas abordou essa dimensão emocional da experiência de sepultar um amigo, apresentando uma nova realidade sentida pela ausência do ente querido:

Mas assim, no dia em si do enterro foi um divisor de águas, né? Que se divide a realidade de estar vivo e você divide a realidade de ter... a possibilidade de ter acontecido você também. Porque sim, foi pra pegar, sabiam, eles sabiam quem eles queriam pegar, mas só que um salão onde, onde você corta o cabelo, poderia estar cheio. Eles iam atirar do mesmo jeito, né? como acertou um... amigo, um amigo não, um conhecido, colega, e acertou o outro, né? Poderia ter acertado mais gente, teve gente que tava no portão no lado, a Marlene tava do lado, eles correram, né? Ele ficou, a bala pegou no muro, poderia ter acertado eles também. Então são coisas que, assim, na hora a gente abre aquele divisor, a gente começa a pensar um monte de coisa, a gente pensa assim é: "Poderia ter feito algo a mais, poderia ter evitado!", mas só que, quando é pra acontecer, acontece e não tem jeito. Mas, nesse dia em si eu confesso que foi um dia que também ficou, foi muito pesado, foi muito pesado. A gente não consegue dormir, a gente pensa, rola pra um lado, rola pro outro. Mas, enfim, foi um dia que até hoje eu me lembro, me acordo, até hoje tem momentos que eu choro também, mas a gente tem que tocar a vida (Relato de Douglas, 2024).

A violência ecoa no tempo, se perpetua sobre o corpo, sendo sentida no choro em alguns momentos, na insônia em outros, nas lembranças que perseguem os sujeitos. Os impactos físicos e emocionais são evidentes. Além disso, há uma reflexão sobre o papel de um amigo, questionando se "poderia ter feito mais". Contudo, reconhece-se a autoridade divina sobre a vida e a predestinação dos indivíduos sob a soberania de Deus, bem como as imposições da milícia em sua autoridade terrena, através de políticas de mortes centrais nas governanças criminais. Este contexto leva os indivíduos a reconhecerem sua impotência e a aceitarem os acontecimentos. Perguntei a Douglas sobre as camisas em homenagens aos mortos e as pichações:

Eles queriam fazer, queriam fazer, eu confesso que eu não faço. Porque assim, eu acho uma hipocrisia muito grande, você alimentar a morte de alguém, depois você ir lá e fazer uma camisa escrito "saudades", ou você não ir no enterro de uma pessoa, não sequer dar um abraço na mãe, no irmão, não que... E cada um tem um seu jeito de pensar, cada um tem seu jeito de agir, mas pra mim eu acho que é uma coisa muito íntima, né? Porque tem muita... assim, foi igual eu falei, "Ah, eu vou fazer uma camisa de saudade, pichar lutos, eterno, uma coisa do tipo, sem ter um real sentimento com uma pessoa", né? Quando eles vieram com essa ideia, eu falei assim: "Vocês podem fazer, mas eu, eu, eu Douglas, não!".[...] E não era tipo, quem era mais próximo dele, que quis fazer. Na verdade, não era quem dava bons conselhos, né? É assim, a gente

coloca próximo, porque a gente, assim, na nossa pequenez, humana ou mental, nem vê se você não é ou não, porque a gente não tem poder de ler a mente de ninguém e nem saber o coração de ninguém, a gente vai achar que, quem está próximo a você, vê ali direto, vinte e quatro horas, que tem um sentimento com você. É, foi o que aconteceu, tipo assim, muita gente que passava e olhava: “Ah, tá ali junto direto, então gosta, tá ali junto direto, tem então tem o sentimento!”, mas na hora de mostrar esse real sentimento? O sentimento em que se baseou? Numa camisa que eu faço? Num pixo que eu escrevo na parede saudades eterno ou luto eterno? Ou pegar a foto que tem nas redes sociais, “luto por um amigo”, e postar lá no perfil e viver com isso pro resto da vida? Quer dizer que eu tenho um sentimento? Por que na hora que eu precisei, de um abraço, de um conselho, que é um real sentimento que eu precisei, cadê? Então, eu não estou julgando quem faça camisa, e não tô falando também que pichar é certo, não. Não julgando essas pessoas que façam.[...] Mas agora, eu vou me montar num personagem, pra querer, assim, não entra na minha cabeça, porque se você sabe que uma pessoa está correndo risco de morte, por estar fazendo coisa errada, e você tá ali alimentando isso e não dá nem um conselho e quando no dia do enterro, você não vai, você não fala com a mãe, você não fala com a irmã, você não dá um abraço em ninguém. Chega, é... na hora de enterrar a pessoa, você querer fazer uma camisa? Então, assim, são coisas que não entra na minha cabeça, poderia fazer? Poderia fazer! Se a mãe dele chegou e “Vamos fazer, Douglas, e tal”; “Pô, mas quem vai fazer?”; “Vai fazer eu, minha filha, minha irmã...”, são pessoas que estão ali, “Ah, mas quem vai fazer?”, “Vai fazer fulano, vai fazer ciclano, vai fazer beltrano”. Tipo assim, são pessoas que alimentavam aquilo e sumiu, e assim, pra você ver que não é mentira, são pessoas que alimentou, morreu, não foi no enterro, vivia ali alimentando isso, e sumiram no mundo, sumiram, nem pra... os irmãos, nem pra... tipo assim: “Não vou falar com a Mãe”, beleza, às vezes com a mãe não tem intimidade, com a irmão não tem, mas assim, todo mundo homem, de homem pra homem, chega e aperta a mão, dá um abraço, nem isso. Então assim, são coisas que eu, eu, eu não entendo, eu nunca vou aceitar, eu peço muito a Deus que, também não me deixa aceitar isso porque eu acho que é errado, porque se é pra ter sentimento por alguém que seja verdadeiro, se é pra ter sentimento por alguém, pra fazer algo por alguém, que seja pela pessoa, por sentir algo pela pessoa mesmo, não pra querer se amostrar, pra querer falar algo, pra querer passar uma imagem pra pessoa, pra outras pessoas que não é verdade, né? Porque assim, foi exatamente por isso que eu não quis fazer, não, nada... além disso, né? Ou achando que é errado ou, eu até acho bonito mesmo essas homenagens, mas você vê que não são pessoas que estão ali, que choram, que abraçam, que tiram... você, que estão realmente sentidas pelo que aconteceu, são pessoas que pegaram simplesmente uma camisa, pra botar, porque... “ah, vou botar essa camisa aqui porque o cara morreu, eu quero mostrar que eu tenho sentimento pelo cara!”, mas você não tem. Então foi isso, não foi um fato de, assim, eu não concordar em fazer, mas eu fui bem claro: “Se vocês querem fazer, vocês podem fazer, tal”, não me recordo se teve, não me recordo se teve, não me recordo se teve, também, não foi da, do meu interesse também né? Não pelo fato de ser ele ou não, mas pelo fato das pessoas hipócritas, né? Quererem se envolver com as coisas que, vamos colocar assim, elas não têm um jeito, porque se é sentimento, é sentimento! Se é algo fantasiado, seja longe de mim! Porque eu acho muito injusto você, é a mesma coisa você tem, você tem que ter uma profissão, você tá ali trabalhando, galgando, galgando, galgando, galgando, pra você almejar, pra você conquistar uma coisa maior, algo melhor, e vem, e vim uma pessoa que não faz nada e alcançar o que você tentou, alcançou, é o que eu, o que, o que eu achei errado, tava ali sempre dando conselho, sempre falando, sempre

rezando, pra depois chegar uma pessoa que só alimentou um lado errado, querer fingir um sentimento. Então, assim, é por isso que eu não aceitei fazer, não concordo com quem ou com quem tem esse pensamento de querer fazer só por fazer, não concordo! (Relato de Douglas, 2024).

Douglas descreve a amizade como um investimento afetivo de longo prazo, construído por meio de atos e ações que definem o relacionamento entre os indivíduos no universo masculino. Ele faz uma analogia com o crescimento profissional de alguém que trilha um caminho, questionando a legitimidade do reconhecimento de certos indivíduos. Por exemplo, aqueles que alcançam sucesso pelo trabalho e obtêm reconhecimento profissional, ou aqueles que investem afetivamente nos outros e são reconhecidos por representá-los após a morte, expressando publicamente sentimentos sobre eles.

A legitimidade, nesse sentido, é atribuída à família e aos amigos: a família por laços naturais e biológicos (Jelin, 2009), e os amigos porque escolhem se dedicar ao outro, aconselhando e tentando reorganizar suas vidas para evitar fins trágicos. Para esses sujeitos, aquele que comete crimes junto não pode ser reconhecido como amigo, pois influencia negativamente as ações do outro, alimentando sua morte. Há, também, nesse relato, uma dimensão de despersonalização daqueles considerados falsos amigos. Eles são contrastados com a posição social dos familiares: de um lado estão “a mãe, a filha, a irmã”; do outro, “fulano, ciclano, beltrano”.

Marcel Mauss (2003), ao buscar as raízes históricas da ideia ocidental moderna de pessoa, observa que na Roma antiga - além de ser um elemento de organização, nome, personagem ou máscara ritual, como em outras sociedades - a pessoa também era um fato fundamental do direito. É interessante notar que, em sua análise, Mauss identifica em Roma a fundação de um direito da pessoa. Contudo, tratava-se dos cidadãos, homens livres, excluindo os escravizados que não possuíam direito nem ao corpo, nem ao nome ou personalidade. O nome ou a pessoa, assim, aparece enquanto atributo daqueles que fazem parte da comunidade política. O personagem ou a *persona*, como aponta Mauss, em Roma alcançou sua forma mais desenvolvida, mas ainda incompleta. Aquele que era *persona* era o cidadão livre, uma *persona* civil, mas também que adquire um caráter pessoal, a ideia de um sujeito que se aproxima muito desse sujeito moderno, estando envolto em laços políticos e em uma espécie de reconhecimento na Polis pela instituição do direito.

Considerar esses sujeitos como indivíduos sem rosto, sem nome e, portanto, despersonalizados, os localiza fora de uma esfera pública de direitos, qual seja, o de lamentar os seus mortos, mas também de serem alvos da morte.

Mbembe aborda a perspectiva agambeniana sobre os campos de concentração, espaços de produção da morte em escala industrial, onde o direito é suspenso. Segundo este autor, “em razão de seus ocupantes serem desprovidos de status político e reduzidos a seus corpos biológicos, o campo é, para Giorgio Agamben, ‘o lugar onde a mais absoluta *conditio inhumana* se realizou na Terra’” (2016, p. 124, apud Agamben, 1995, p. 50-51). Citando Agamben, Mbembe demonstra que, nos territórios de exceção, onde o direito é virtualmente suspenso, os sujeitos são destituídos de status político e reduzidos a uma condição de natureza biológica. Em uma discussão sobre as políticas de morte, o morto não poderia ser considerado pessoa, pois não poderia ser tido como parte da comunidade política, embora seja capturado por ela na forma de sua exclusão, em seu extermínio.

3.6. Linguagem da morte e da violência

A discussão sobre a morte e a violência entre os sujeitos do campo perpassa o debate iniciado no primeiro capítulo deste texto sobre a comunicação dos eventos extremos. Por outro lado, essa comunicação envolve objetos situados dentro desse campo de relações e dos imaginários que se constituem a partir dos eventos vivenciados. Antes de explorar o tema da morte, é preciso estabelecer como essa noção se relaciona com a ideia de violência de maneira muito concreta. No trabalho de campo, percebi que a concepção de violência pode ser dissociada das situações que resultam nessas mortes. Conforme abordado antes, além das estatísticas e números relativos às vítimas, é vital sublinhar que a violência deve ser interpretada no contexto cultural e social de sua elaboração (Wieviorka, 2007, p. 148).

Em uma entrevista, Luciano (homem branco de 37 anos) exemplificou essa percepção ao ser questionado sobre a violência em seu local de moradia anterior. Ele afirmou que “não tinha violência” e, ao ser indagado novamente, respondeu: “Porque lá onde eu morava, se alguém fizesse merda... morria”. Conforme observado em diferentes entrevistas, a morte é percebida como uma consequência inevitável de certas práticas criminais ou da proximidade com atores criminais, sendo vista como um destino certo para esses indivíduos. A construção de uma narrativa moral sobre as práticas das vítimas também envolve a questão de quem tem o direito de falar sobre elas. No entanto, é importante enfatizar que essas mortes são dissociadas da ideia de violência por pessoas que podem, elas mesmas, serem alvos dessa violência letal. Em uma conversa com Gustavo (um homem negro de 28 anos), perguntei-lhe se havia perdido alguém para a violência. O diálogo prosseguiu da seguinte forma:

— Você já perdeu alguém para a violência?

A resposta retornou a mim:

— Pro crime?

— Pro crime, pra violência...

— Já, vários! Quase todos os meus amigos, da minha época. Tipo assim, dá para contar a dedo vivo, assim, da minha geração. Eu, Igor, Douglas, aí vai: Renan, Jean, da minha geração, tu, aqui do morro, Rafael, Carlinho.

Dividindo o mundo dos vivos do mundo dos mortos, Gustavo passou a citar quem morreu em um segundo momento:

Aí morto vem, que era criado: o Henrique, Gavião, Tiago filho da Bil, o Cidinho, Serginho, [nome inaudível], Isaías. Tudo que morava aqui também, tudo que vivia junto com a gente. Tipo assim, não muito contigo que tu já foi mais para o teu lado. Tipo assim, na maior parte comigo eles também convivia, entendeu? Tipo assim, Sérgio morreu aqui na mão dos cara ali da Jacutinga, porque tinha conhecimento, era barbeiro, tinha conhecimento com os traficantes, entendeu? E não abaixava a cabeça para os caras. Porque tipo assim, mano, a gente que mora na favela, a gente tem que andar conforme a música, se hoje aqui é Comando, “Show, sou Comando”, virou Terceiro, “Show, sou Terceiro”, virou Milícia, “Show, sou Milícia, parceiro!”. Eu não vou... Eu, que tipo assim, Michel, ó aqui sempre foi tráfico, depois que veio esse negócio de Milícia. Então quando tinha o CV aqui eu sempre ouvi aquilo: “Anda conforme a música!”; tu não é bandido, tu não é vagabundo! Mermão, você tem que seguir a tua doutrina de trabalhador: “Ah, sou estudante!”, “Eu sou estudante, parceiro!”, “Sou trabalhador!”, não é porque você fuma um baseadinho, você cheira uma cocaína que você tem que: “Aaa.. meu irmão, aqui é Comando Vermelho eu vou levantar a bandeira do Comando Vermelho mesmo não sendo vagabundo!”. Quem tem que levantar a bandeira do Comando pra mim é quem é envolvido, quem tá ali no crime, no dia a dia, entendeu? Não é porque você mora que você tem que levantar a bandeira. E tipo assim, eu acho que os traficantes também tinha que entender isso, que morador não tem que levantar a bandeira do Comando Vermelho. [E não] é questão de não levantar a bandeira, é questão de afinidade. Exemplo, aqui teve uma boca no Morro que era só os moleque que era cria, então todo mundo se conhecia. Tia Marlene sabia que o fulano morava aqui: “Ah, aquele ali é filho de fulano, é do movimento, mas é filho de fulano, é filho de ciclano”, conhece a família, conhece a índole da família. Sabe que ele opinou pelo lugar errado, entendeu? Aí agora quando, tipo assim, aí vem outra, vem os terceiro, você não conhece ninguém (Relato de Gustavo, 2024).

No meio da entrevista, depois de relatar diversos amigos que foram mortos e estabelecer a relação que se deve ter com os atores criminais para evitar que também se torne um deles, Gustavo retorna à indagação que fiz sobre violência, ao falar que passou a conhecer a vida do crime através das histórias dos velhos:

Hoje em dia que eu, tipo assim, fui conhecendo a vida do crime, aí fui sabendo como é que é as histórias das antigas: “Ah, e fulano que mataram?”, “Ah, fulano morreu porque deu mole nisso, nisso e nisso”. Um ato de violência!

Que às vezes também você, se você parar pra pensar, você vai falar assim: “Porra, uma vida não vale isso!”. “Ah, fulano caguetava!”; “Mas matou montão de vida!”. Não é questão de tirar a vida dele porque ele errou, porque [ele] tirou um montão de vida que tem que tirar a vida dele também (Relato de Gustavo, 2024).

Neste momento, Gustavo desloca a questão da violência e faz um movimento de extrema relativização. “Não é questão de tirar a vida dele porque ele errou, porque [ele] tirou um montão de vida que tem que tirar a vida dele”. Nos minutos seguintes, ele foi me contando como entende a vingança: que é uma atitude própria de cada sujeito, que mesmo aqueles que perderam alguém extremamente próximo podem não optar pela vingança. Optar pela vingança seria o caminho natural, justificado, nessa linguagem de violência. E, como eu pude observar, a mudança de percepção do Gustavo durante a entrevista revelou que a ideia de violência para ele também não incluía, inicialmente, as mortes por arma de fogo, indicando um caráter naturalizado desses homicídios. Havia um outro lugar para o qual violência era deslocada, muito mais próximo daquele elaborado por Luciano. Violência, crime e morte eram categorias muito mais distanciadas do que eu havia pensado. Falava-se de violência enquanto uma prática moralmente condenável, o que não era necessariamente o caso dos homicídios.

Tendo feito essa distinção, é possível abordar o tema da morte. Michael Taussig (1993) desenvolve uma discussão sobre a morte no contexto colonial da Colômbia, um ambiente cultural específico onde diferentes imaginários se entrelaçam. Em uma discussão hermética e extremamente criativa, Taussig debate sobre a comunicabilidade e o silêncio de experiências extremas a partir do terror e dos espaços da morte. Ele observa que, além da morte como instrumento racional de dominação e controle, existe uma “elaboração cultural do medo” (1993, p. 30), na qual “culturas de terror são nutridas pelo entremesclar do silêncio e do mito” (1993, p. 30). Dessa forma:

Por detrás do interesse pessoal consciente que motiva o terror e a tortura, desde as esferas celestes da busca corporativista de lucro e a necessidade de controlar o trabalho até as equações mais estritamente pessoais do interesse de cada um, permanecem **formações culturais de significado - modos de sentir** - intrinsecamente construídas, duradouras, inconscientes, cuja rede social de convenções tácitas e de fantasia **reside em um mundo simbólico e não naquela débil ficção "pré-kantiana" do mundo**, representada pelo racionalismo ou pelo racionalismo utilitário (Taussig, 1993, p. 31, grifo meu).

Para Taussig, o emudecimento e a solidão, assim como os objetos dotados de poderes mágicos - odiados, temidos e desejados - circunscrevem uma cultura do terror que “zomba da compreensão e ridiculariza a racionalidade” (Taussig, 1993, p. 30). Deste modo, é possível perceber como a problemática da comunicabilidade atravessa o tema da morte, uma vez que “a

inefabilidade é o traço mais marcante deste espaço da morte” (Taussig, 1993, p.25). Na impossibilidade de compreender e comunicar em termos de uma racionalidade demasiadamente estrita, a imaginação torna-se um recurso essencial.

É interessante como a figura do diabo está presente no imaginário coletivo em diversos contextos, influenciando percepções sobre a morte, o uso de drogas e as más companhias. Nas relações de amizade, o diabo é visto como uma figura oposta, associada à deterioração dos laços afetivos, à perda de amigos e à dissolução das conexões, resultando na saudade de outros tempos e daqueles que se foram pelas circunstâncias diversas. Esta perspectiva é expressa em uma canção de funk, frequentemente mencionada nas redes sociais, às vezes como forma de manifestação de amigos das vítimas, outras de maneira jocosa, refletindo uma normalização disseminada desses eventos. Na música *Espera eu chegar*, de MC Kevin O Cris e MC Caja, o trecho "Que mundo é esse tão cruel que a gente vive? A covardia superando a pureza; O inimigo usa forças que oprimem, oprimem; É, vai na paz, irmão, fica com Deus!" exemplifica esse fenômeno, ilustrando como a construção do inimigo é situada no polo do mal em oposição às amizades, que são posicionadas no polo do bem.

A imaginação é central diante da morte, da saudade dos mortos e do caráter inescrupuloso do diabo. Veena Das (2020), referindo-se a Wittgenstein, sugere que podemos sentir a dor do outro de forma diferente da nossa através da imaginação. Para Sarlo (2007), citando Hannah Arendt, essa "visita da imaginação" permite um distanciamento da percepção familiar e uma reflexão sobre a experiência. Sarlo cita Odilio Alves Aguiar afirmando que, sem imaginação, "a experiência perde sua dizibilidade". Taussig vê o espaço da morte como um lugar para imaginar o mal e o além:

Esse **espaço da morte** possui uma cultura longa e rica. **É onde a imaginação social povoou suas imagens do mal e do além:** na tradição ocidental, Homero, Virgílio, a Bíblia, Dante, Hieronimus Bosch, a Inquisição, Rimbaud, o coração das trevas de Conrad; na tradição do Noroeste amazônico, zonas de visões, comunicação entre seres terrestres e sobrenaturais, putrefação, morte, renascimento e gênese, talvez nos rios e terra do leite materno, eternamente imersos na sutil luz verde das folhas de coca. Com a conquista e a colonização europeia, **esses espaços da morte se misturam em um fundo comum de significantes essenciais**, ligando a cultura transformadora do conquistador à do conquistado. No entanto, os significantes estão estrategicamente deslocados em relação àquilo que eles significam (Taussig, 1993, p. 27, grifo meu).

Na análise de Taussig, as coisas assumem outros significados, há um deslocamento dos sentidos, o mal e além passam a estar no escopo dessa imaginação. Esses sentidos deslocados, atrelados a um fundo comum de significantes no contexto dos eventos, parecem circunscrever

os significados atribuídos à morte, bem como às drogas e às armas. O evento relatado sobre a presença de uma arma de fogo na calçada destaca a atração e desejo associados a certos objetos. A arma de fogo é um símbolo poderoso, frequentemente associado à morte devido à sua função principal, mas também evocando poder e uma admiração quase estética, perfilada por uma cultura armamentista que a coloca neste lugar. Esse objeto também aparece frequentemente nas descrições de mortes sob várias perspectivas, sejam elas jurídico-estatais ou em um reconhecimento tácito dos eventos mais trágicos. O som dos tiros se destaca nos relatos, indicando a gravidade dos eventos pelo número de disparos, sequências de tiros e calibre da arma. Isso reflete um cotidiano de tiroteios e uma cultura que glorifica armas desde a infância, especialmente na socialização masculina, ecoando um *ethos* de masculinidade. Não poderia deixar de notar que uma das principais atividades lúdicas das crianças, além dos jogos de futebol e das pipas, envolve o uso de armas de brinquedo confeccionadas com pedaços de madeira e fitas isolantes.

A droga parece ter seu substrato na imaginação fundamentada em um contexto cultural cristão. A imagem da droga como inimigo - representando o mal, mas ao mesmo tempo sendo desejável - pertence ao mesmo plano cultural da droga enquanto objeto que constitui política de Estado, especialmente na figura da guerra às drogas - políticas repressivas e letais que resultam na produção sistemática de mortes. Tanto a droga quanto a arma são objetos que estabelecem e desfazem relações entre diversos processos sociais, constituindo redes sociotécnicas complexas que são simultaneamente efeitos do discurso, relações de poder e fatos naturalizados (Latour, 1994).

Dentro desse contexto, ou dessas redes sociotécnicas, a amizade é vista como a construção de uma relação fundamentada na palavra e no amor, imagem divina, lugar de salvação, espaço de vida. Contrariamente, a droga se apresenta na construção do espaço da morte, alimento para a morte, imagem do diabo, fruto da inimizade. Em um trecho da entrevista de Douglas, ele menciona: “Eu acho uma hipocrisia muito grande você alimentar a morte de alguém, depois você ir lá e fazer uma camisa escrito saudades [...]”. Douglas refere-se precisamente à possibilidade de alimentar a morte de alguém remetendo ao roubo de fios, ao uso de drogas e a todo este universo de ilícitos como no polo simbólico do mal, na construção cosmológica cristã que remete ao “inimigo”, enquanto o diabo, posição inversa ao amigo.

É pertinente refletir sobre o que é esse alimento para a morte e quem alimenta a morte. A morte assume uma faceta mágica, não apenas no trecho citado acima, mas também em outros, como pode ser observado na fala de Marlene sobre a possibilidade de afastar a morte ao afirmar que um cachorro também morreu. Parece-me que talvez a expressão esteja relacionada com a

crença no animal como protetor. Outro trecho que demonstra a ideia de um realismo mágico na abordagem sobre violência e morte é a denominação de criminosos como "gansos"¹². Desde o início, notei o caráter mágico e misterioso nos diálogos sobre a morte nas entrevistas. Gustavo se dirigiu ao gravador e disse que a morte é como "fim de jogo", mas não um "videogame". Perguntei diretamente: *O que é a morte para você?*

Ah, sei lá, mano. Eu já pensei muito, eu penso muito na morte, não quero morrer não! A morte.. tu sabe que nunca mais vai ver seus entes queridos, teus entes queridos também nunca mais vai te ver. Tu não sabe pra onde tu vai, como é que vai ser, se tu vai voltar em outro reencarnação, a gente não sabe, não morreu pra saber. **E morto não fala, né? Morto é sinistro!** Morte pra mim é aquilo, é xeque-mate, acabou o jogo! E gente, não é game over não, é xeque-mate, acabou mesmo, final das contas, já era. Fim do jogo mesmo, para sempre! (Relato de Gustavo, 2024).

O caráter inquietante da morte está relacionado com a impossibilidade de retorno dos falecidos ao mundo dos vivos. A certeza sobre a morte só poderia ser fornecida por quem já morreu; na ausência dessa comunicação, um mistério assombroso persiste e a incerteza prevalece. A falta de compreensão acerca da morte não proporciona um sentimento de conforto nem para o pesquisador nem para os interlocutores. No entanto, ela continua sendo marcante em conversas cotidianas. Por isso, só poderíamos abordá-la no seu vínculo com a trama da vida local. Ela ganha contornos mágicos quando observamos de perto essa linguagem sobre a morte violenta, em seu contexto. Claro que poderíamos indagar qual morte não é violenta, mas trata-se aqui de pensar em meios violentos, sobretudo a arma de fogo, por uma questão de reconhecer aquilo que é tematizado pelos interlocutores nesses espaços. Ou seja, a morte inserida no contexto das relações de poder e violência envolvendo milicianos, integrantes do Comando Vermelho e agentes do Estado, principalmente policiais militares. De modo que analisar isoladamente não constitui uma opção.

Logo, adotei a estratégia de considerar o que pode e o que não pode ser dito sobre a morte, a expressão afetiva e as reações que provoca. Mas confrontei-me com alguns percalços, entre eles a possibilidade de encará-la como apenas efeito de relações de poder, em nível teórico. A impressão que tenho é que envolve mais do que isso. Já um outro obstáculo em falar dessa morte, no entanto, é muito mais específico ao trabalho etnográfico. Neste sentido, sim, os efeitos de poder parecem ter centralidade. Muitos colegas e familiares expressaram preocupações quando mencionei que estava pesquisando o tema. Eu também apresentei

¹² Além da evidente desumanização, há um aspecto de realismo mágico. Exemplo disso é um policial, conhecido como 'o Galinha', enquanto criminosos são chamados de 'gansos'. Essa mistura de significantes reflete o realismo mágico abordado por Michael Taussig.

reservas quanto à disposição das pessoas em discutir o tema da morte com indivíduos que não fossem próximos, especialmente considerando o meu afastamento de muitos na última década.

Quando falamos da morte, as emoções assumem a dianteira. Se a morte permanece misteriosa para as ciências no geral, nos resta pensar como se relacionar com ela afetivamente no cotidiano. Por um período, a questão das emoções relacionadas à morte permaneceu secundária em minhas reflexões. Esse ponto ganhou maior relevância após realizar uma comunicação em um congresso da Associação Brasileira de História Oral, em que fui interpelado sobre a bibliografia que estava utilizando para abordar a questão da amizade. Percebi então que esse subcampo, que trata da amizade, está intrinsecamente ligado às discussões sobre as emoções na antropologia. Ao encontrar uma significativa tematização da morte por parte dos meus interlocutores, comecei a prestar mais atenção às emoções deles. Um evento específico sobre duas mortes é descrito em uma das seções deste capítulo, onde é relatada a notícia de homicídios recentes no bairro Jacutinga.

Nesses diálogos, passei a perceber um certo entusiasmo na forma como circulavam e eram consumidas essas imagens e fatos. Por vezes, percebi também preocupação e compadecimento, mas havia algo mais, algo que animava a interação e se expressava no corpo e na enunciação dos acontecimentos. Falar da morte era tomado por um estado de ânimo, uma empolgação, meio que um êxtase, uma manifestação quase libidinal. Mas esses eram mortos sem rostos, impessoalizados, desconhecidos, sem nenhum vínculo estabelecido anteriormente. E não seria um valor abstrato, como a noção de humanidade erigida sobre os horrores do século XX, que provocaria empatia ou compadecimento. Seria preciso reconhecer os mortos para se enlutar, para sentir tristeza e se compadecer com o ocorrido. E essa relação, na cena presenciada, era diferente, embora não excluísse por completo os afetos anteriormente citados. Algumas vezes, essas conversas se assemelhavam a um consumo de obras de ficção, de produções audiovisuais ficcionais amplamente difundidas, como as séries televisivas em *streamings* sobre crimes que os sujeitos costumam assistir.

No geral, esse desejo manifesto em falar dos eventos violentos pareceu-me estar imbuído de uma ampla socialização em meios violentos. Essa naturalização dos eventos violentos era fator que precisava anteceder a naturalidade dos diálogos cotidianos sobre essas mortes. Para melhor ilustrar o que era esse entusiasmo e esse consumo de imagens da violência e morte, volto às palavras proferidas em alguns trechos citados na seção “Cena II - Mataram mais um!” deste capítulo: “Já morreram dois”; “mataram mais um agora”; “tem vídeo, tem vídeo?”. A excitação dessas palavras - acompanhadas de movimentos corporais como sair do lugar para mostrar imagens aos outros ou levantar e se aproximar da rua enquanto anunciava a

morte aos vizinhos - era apenas reduzida com o reconhecimento de alguma proximidade com as vítimas. E isso ficou bem claro quando, no sábado seguinte, depois de uma série de outros assassinatos e em meio a uma mesma dinâmica de tematização dos eventos, uma das mulheres mudou a entonação da voz, a expressão facial e se lastimou pelo morto ao dizer que o viu ainda criança: “Esse menino, o Max, eu vi crescer, vi pequeninho!”. E, em seguida, retornou ao seu entusiasmo ao falar sobre os outros casos. Muito evidente, neste trecho, é a obrigatoriedade desses sentimentos em consonância com normas sociais (Mauss, 1979). Em suma, esses sentimentos se deslocavam entre a preocupação dos moradores do Morro do MK em se tornarem alvos de uma vingança injusta, a lamentação ao descobrirem a identidade dos mortos conhecidos (ou seja, ao pessoalizarem as vítimas) e o ânimo em falar daqueles que até então eram vítimas distanciadas. Como se os mortos que tivessem rostos precisassem passar pela trama das lamentações, enquanto os desconhecidos pudessem causar um fluxo livre de êxtase diante dos eventos de morte.

Ao presenciar a conversa sobre os mortos e observar o estado de ânimo coletivo, já havia desenvolvido um interesse em compreender o que os indivíduos pensam a respeito da morte. A atmosfera de algo inexplicável persistia em vários níveis; ao serem questionados diretamente ou indiretamente, meus interlocutores não conseguiam articular claramente o conceito de morte. O termo “fim”, o “vazio” ou simplesmente uma inexpressão manifestada por meio do recurso ao Divino: “O que é a morte para você?”; “A morte? Ai, Deus me livre!” era uma resposta que evitava o tema da morte. O aspecto assombroso, alimentado por uma imaginação religiosa, mesclando fascínio e medo, repulsa e atração, situava a morte em um lugar de ambivalências. Essa relação ambivalente não apenas desafiava as descrições mais precisas sobre como os indivíduos a encaravam, mas também os caminhos adotados por um debate teórico mais acurado. Retorno a um trecho da entrevista de Douglas, no qual ele contou:

Porque, desde o momento em que a gente viu a situação onde... fica tudo vazio, fica tudo, ninguém na rua, ninguém fala nada, ninguém fala um... oi, fala um ai, fala um nada. Chegar um dia onde tá tudo cheio, a rua toda cheia, todo mundo brincando, todo mundo conversando, até quem não se falava, se falava, até que acontecer algo assim (Relato de Douglas, 2004).

Sua fala remete a um imaginário comum da morte, marcado pelo vazio e pela ausência, um vazio externado na forma de saudade persistente, como nas palavras de Yasmin, mulher negra de 28 anos, irmã de Serginho e mãe dos filhos de Daniel. Conforme ela expressa: “Não dá pra matar a saudade nem em sonho!”. A impossibilidade de dizer, relatada por Douglas, remete ao silêncio e à dificuldade de elaborar a própria experiência de perda. É nesse universo

que as pichações existem e ocupam o espaço urbano. A morte aparece na perda de sentido, mas também na perda da palavra. Diante da morte, o que se tem é o vazio de significados, em que ninguém fala nada e a expressão que resta é o afeto, a saudade de um amigo escrita em palavras tortas e errantes.

Explorando mais o aspecto afetivo dessas ocasiões, depois de uma longa reflexão, não poderia deixar de me situar emocionalmente. Em uma certa ocasião, fiquei entusiasmado e queria saber mais sobre as mortes. Não por uma curiosidade científica, mas por um estado de envolvimento emocional com a narração daqueles eventos. Senti-me incitado a ir até o local do evento, em que o corpo permanecia sob olhares de estranhos. Fui questionado por um familiar e, imbuído de um senso moral, logo desisti. E não sabia se estaria preparado para presenciar um momento assim, onde estranhos observam o corpo de outro estranho. Participar disso parecia possível apenas com interlocutores. No entanto, exceto raras exceções, eles não costumavam ir a bairros próximos para isso, embora eles aproveitassem se estivesse no caminho. Esse não deslocamento provavelmente tem muitos motivos, mas entre eles estava o receio de serem alvos, no caso dos rapazes.

Considere não mencionar a empolgação que senti durante esses eventos. Um processo de autocensura tomou conta de mim. Questionei se seria apropriado demonstrar animação com aquelas mortes. Isso seria inadequado? Estava lidando com as limitações impostas aos discursos sobre a morte. Experimentei aquele tipo de conhecimento descrito por Favre-Saada. Fui afetado porque, ao falar sobre os mortos na ocasião em que a morte ocorreu, eu estive presente e participei como alguém de dentro. Fui impactado pelo que ela descreve como “sensações, percepções e pensamentos” (2005, p. 159) daquele lugar em que “é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis” (2005, p. 159).

Depois me peguei pensando: para que esses constrangimentos existissem, era preciso considerar aquelas mortes como dignas de luto. Essa dignidade reconhecida no processo de luto só seria possível quando os mortos adquirissem um rosto, uma identidade, uma história, revestindo-se de uma *persona* ou quando os sujeitos fossem tomados de sentimento demasiado abstrato de defesa da vida. Porém, esses seriam processos guiados por construções conscientes? Acredito que se tratam, na realidade, de valores social e culturalmente compartilhados, inculcados socialmente, nem sempre conscientes, que permitem se compadecer ou vivenciar o fascínio pela morte sem refletir sobre esse deslumbramento ou compadecimento. O que não qualificaria esses sujeitos como maus ou bons; mas sim sujeitos que buscam experimentar o

aspecto atraente e enigmático da morte em seus corpos, sem que isso implique no risco de morrer.

A manifestação da morte no corpo de outra pessoa - a excitação gerada pelo aspecto misterioso e sombrio, desconhecido, e pelos eventos violentos - não pode ser reduzida apenas a um fenômeno bioquímico. Esse estado emocional responde a circunstâncias sociais específicas decorrentes de um contato prolongado com tais eventos. O que é relevante nesse contexto é como a violência ou a morte violenta suscitam fluxos de sentimentos que se integram aos discursos sobre quem são as vítimas. Esses fluxos podem estar relacionados com uma certa trama obrigatória dos sentimentos, mas também estão marcados por um histórico da atuação de grupos de extermínio nesses territórios¹³. Esse estado de ânimo dificilmente poderia ser percebido, exceto em ato, nas dinâmicas de consumo de imagens das redes que abasteciam essas interações face a face.

¹³ Ver *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*, de José Claudio Souza Alves (2003), que trata do surgimento de matadores e grupos de extermínio na região.

4. MEMÓRIAS E NARRATIVAS NA CIDADE: O MORRO, OS MUROS, OS CAMPOS E OUTROS ESPAÇOS

Assim que retornei ao Morro do MK para a pesquisa, diversas pessoas começaram a me questionar sobre o motivo da minha volta. Uma vizinha mencionou que eu estava retornando às raízes, enquanto outra me interrogou diretamente sobre a razão do retorno. Ao iniciar uma conversa, ela imediatamente perguntou: "Michel, por que você voltou a morar aqui?". Senti-me pressionado e não queria revelar minha pesquisa naquele momento, pois temia que minha aproximação fosse reduzida ao interesse acadêmico. Respondi que apreciava a cidade, e realmente não estava mentindo, visto que grande parte da minha infância e juventude no local criou em mim uma identificação e memórias afetivas. No entanto, minha resposta foi contestada de forma direta e irônica: "De Mesquita eu também gosto, eu não gosto é do morro!". Esse enlace comunicativo nas primeiras semanas no campo indicou que deveria considerar a relação de identificação dos sujeitos com o lugar em uma discussão sobre violência e suas narrativas.

Passei a considerar alguns aspectos dessa relação para compreender o contexto geral em que os acontecimentos se desenrolam e são elaborados discursivamente. Percebi uma ambiguidade do vínculo afetivo com o espaço: a nostalgia dos tempos de infância presente em quase todos os discursos, tanto dos mais velhos quanto dos mais novos, e um desejo de ir embora que se manifestava de diversas maneiras, seja através de afirmações diretas ou projeções nos filhos. Pareceu-me que essa saída poderia proporcionar perspectivas de ascensão e melhora de vida, bem como uma possível mudança de status. Por isso, meu retorno poderia causar alguma confusão, já que estava fazendo o movimento contrário ao esperado.

Quando entrevistei Yasmin e conversamos sobre o que ocorreu com seu irmão e com o pai de seus filhos, ela mencionou que não saía da localidade por falta de dinheiro. Além dessa vontade de sair manifestada, no caso de Yasmin havia também outro fator importante: seu irmão havia sido assassinado na porta de casa. Carina, por sua vez, projetou o desejo de sair nos filhos. Estávamos sentados na calçada quase em frente à sua casa quando ela afirmou a mim com convicção que os filhos vão se casar, formar suas famílias e sair de sua casa, não apenas da casa, mas também do morro. Em seguida, ela comentou, entre risadas, que "daqui a pouco fica igual uma favelinha, com uma casa em cima da outra", enquanto apontava para um morro na cidade vizinha, Belford Roxo, para exemplificar sua percepção de favela. A casa em que vive é relativamente espaçosa, com três quartos e um terreno grande na frente. Fiz esse comentário, indagando se não teria espaço em seu quintal para outras casas, mas ela discordou, afirmando que não havia espaço para mais ninguém. Carina mora com seus sete filhos e o marido. Com

tantas pessoas em uma única casa, por maior que seja o espaço, realmente se torna pequena. No entanto, a projeção de sair do morro e não apenas da residência tem pouco ou nada a ver com esse fato.

De modo geral, a decisão de deixar lotes de herança para os filhos não pode ser considerada como uma escolha feita com ampla margem para alternativas. Além disso, não se pode afirmar que essa decisão tenha sido consensual e autônoma por parte de pais e avós, pois essa questão não foi discutida detalhadamente pelos indivíduos com quem conversei. No entanto, é preciso reconhecer a relevância dessa configuração espacial no contexto das relações. Parece-me que essas configurações espaciais representam um elo crucial para compreender o desenrolar da violência; as tentativas frustradas de domínio do território por diferentes grupos armados e a constante intercorrência desses eventos, que ocorrem de maneira intermitente, com períodos de trégua e novas tentativas de estabelecer pontos de venda de drogas, seguidas de emboscadas realizadas por milicianos.

É relevante sublinhar que grande parte das relações estabelecidas pelos indivíduos ocorre na forma de vizinhança. Nos grandes centros urbanos, as relações de vizinhança têm se tornado cada vez mais distantes, com pessoas que residem lado a lado trocando poucas palavras ou sequer se conhecendo. Em alguns casos, os vizinhos nunca se viram e nem sabem os nomes uns dos outros. No local de pesquisa, a periferia fluminense, as relações de vizinhança são mais pessoais. A sociabilidade das ruas, entre jovens, adultos e também idosos, juntamente com formas de trabalho mais informais e uma gestão autônoma do tempo, favorece amizades e laços de vizinhança característicos que expressam modos diferenciados de comunicação da violência e da morte. A prática reconhecida de sentar-se nos portões, associada à fofoca e constante observação do cotidiano, coexistem com uma cidade já cercada por muros e sistemas de segurança privada. Robert Park (1967, p.29) ressalta que “essas relações de vizinhança, essa proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina”.

A transformação nas fachadas das casas parece estar associada não apenas a uma percepção, mas a uma relação direta com eventos violentos. Em suma, as dinâmicas criminais estão intrinsecamente ligadas à configuração espacial e ainda que essa ligação não seja de causalidade, ela mantém-se, no entanto, significativa. Isso fica evidente no relato de Hellen sobre uma ocasião em que Serginho foi torturado por policiais militares no quintal de sua casa por estar sob efeito de drogas. O muro baixo e a pequena mureta que cercavam um canteiro de jardim facilitavam o acesso ao terreno. Ela explicou que essa foi a razão da reforma: seu quintal havia se tornado rota de fuga frequente para os rapazes da facção. Esses quintais, herdados das

gerações anteriores, também podem ser vistos como resultado das circunstâncias materiais de vida, em que a permanência no local se configura como uma estratégia de sobrevivência diante dos altos preços dos imóveis e dos baixos salários - refletindo também as transformações nas relações de trabalho, especialmente devido à informalidade. Essas condições materiais se entrelaçam com a construção de laços afetivos, gerando um desejo ambíguo de partir e, ao mesmo tempo, de permanecer no território.

A relação com o espaço traz outro elemento relevante para este estudo: os muros como suporte para pichações, que ao serem construídos alteraram a paisagem da região ao longo das últimas décadas. Vale destacar os pontos mais importantes para elucidar o cenário descrito. Em primeiro lugar, há uma ocupação do espaço marcada pela convivência de diferentes núcleos familiares ao longo dos anos, o que gera um enraizamento no território e fortalece os laços entre as famílias. Em segundo lugar, observa-se um desejo de abandonar o território que convive, de forma ambígua, com uma nostalgia construída discursivamente pelos moradores em relação às memórias da infância no local. E, em terceiro lugar, ocorre uma transformação da paisagem, caracterizada pela divisão dos lotes entre familiares e pela verticalização não das casas, mas das fachadas, resultando em espaços mais fechados e reclusos. De certa forma, as relações entre o espaço privado e o público parecem se materializar nesse recorte físico do território, representado pelos muros. Essas mudanças no espaço urbano refletem uma redefinição do que se entende como público e privado, evidenciando uma dinâmica própria de transformação e apropriação do território.

Por outro lado, as pichações que retratam a violência e as tentativas de domínio territorial se inscrevem nesse contexto comum. Elas ocupam justamente os muros, elementos que produzem uma cisão fundamental nas relações, funcionando como fronteiras entre o público e o privado. Décadas atrás, era comum encontrar na região terrenos com cercas simples ou até mesmo sem delimitações físicas. Embora houvesse fronteiras reconhecidas entre as propriedades, elas eram mais imaginárias, permitindo a circulação não apenas pelas ruas, mas também entre as casas, através dos quintais que permitiam o acesso de um terreno a outro. Atualmente, o espaço é definido por muros altos, revestidos com cacos de vidro, arames farpados e câmeras de segurança; refletindo um processo de mudança tanto na configuração física quanto nas dinâmicas das relações entre os moradores.

Inicialmente, considerei a relevância de um recorte geracional para analisar o desejo de sair ou de permanecer no território, mas não encontrei elementos suficientes para sustentar essa afirmação. O foco, então, passou a ser descrever a dimensão ambígua da força desses vínculos e a coexistência com o desejo de partir. Marlene, com quem conversei diversas vezes e tomei

alguns cafés, contou-me que seu neto, com o qual convivi durante a infância, planeja construir uma casa sobre a dela. Os netos de Marlene nunca se afastaram completamente, moram em bairros ou cidades próximas e visitam os avós quase diariamente. Já Carina herdou a casa de sua tia, mãe de seu primo Gustavo, onde vive atualmente. Havia um rumor de que Gustavo havia decidido não morar na casa por medo, porém esse medo estava relacionado a entidades espirituais, algo que Marlene confirmou ao mencionar que, atualmente, ele já não sente mais esse temor. Esse medo, de certa forma, ajuda a identificar um conjunto de valores presentes entre meus interlocutores, refletindo aspectos simbólicos e culturais que permeiam suas relações com o espaço e a comunidade.

Regina, mãe de Gustavo, era umbandista e mantinha uma forte amizade com Pai Reinaldo, do terreiro localizado em frente à sua casa. Regina era uma mulher negra, de estatura baixa, que eu recordo já idosa, com cabelos grisalhos, sentada no portão de casa jogando dominó e dama. Por sua presença constante no portão, observando tudo o que acontecia e repassando informações aos vizinhos, ela ganhou a fama de “a mais fofoqueira da rua”. Seu filho, Gustavo, parece estar em uma relação de descontinuidade com os valores religiosos cultivados por sua mãe, aproximando-se mais de uma perspectiva cristã, embora não seja praticante. O medo que ele demonstrava, no entanto, revela como esses espaços são imaginados como habitados por seres extraterrenos, inserindo-se em uma concepção do mal e do além (Taussig, 2003). Essa percepção reflete uma dimensão simbólica desses sujeitos com o sobrenatural.

Dentro de uma cosmologia cristã, esse medo encontra justificativa. Não é à toa, pois em meio às espiritualidades encarnadas, Pai Reinaldo costumava ir até o portão de Regina e conversar com quem estivesse por ali. Minhas memórias da adolescência, quando me sentava em frente ao portão, movido em parte por uma curiosidade devido a vir de uma família cristã, são marcadas pela cena da entidade Pomba Gira, conhecida como “Dama da Noite”, que, incorporada em Pai Reinaldo, caminhava sobre as brasas de uma fogueira. Os símbolos do mal e do além, imaginados a partir de uma cosmologia cristã, orbitavam em torno das práticas do terreiro e de Pai Reinaldo. De modo geral, a presença dessas espiritualidades está na raiz do medo de Gustavo. O espaço, assim, permanecia povoado por seres de outros mundos.

O fim do centro de umbanda - ou melhor, sua reconstrução em outro local - parece ecoar a discussão sobre espaços habitados pela morte e marcados pela violência, que precisam ser transformados. A saída de Pai Reinaldo do local foi consequência de uma tentativa de assassinato que sofreu e que o deixou parcialmente cego. Ele decidiu se mudar e, tempos depois, reabriu o terreiro em uma rua próxima. Sua saída ocorreu com a venda do lote do terreiro, que

hoje abriga algumas casas. Essas transações de terrenos acontecem de diversas formas e não se limitam apenas à venda por dinheiro. Jurema, mãe de Carina, que faleceu durante meu trabalho de campo, morou com as filhas em diferentes casas da região. Em uma das mudanças, trocou um terreno grande e em declive, com uma pequena casa, por um terreno menor com uma casa maior. Tais transações fazem parte de um contexto cultural de ocupação do solo e de permuta de terras baseada na boa-fé, em favores e na confiança mútua, já que nem sempre há documentação formal. No entanto, a boa-fé não impedia conflitos, muitos deles intrafamiliares, quando tensões surgiam dentro desses núcleos, em disputas por direitos sobre determinados pedaços de terra.

O crescimento dos núcleos familiares levou à fragmentação desses lotes, divididos em partes que nem sempre eram simétricas ou iguais, mas que refletiam a ocupação que foi se consolidando ao longo do tempo por filhos, netos, sobrinhos e bisnetos. Os quintais, assim, foram segmentados em terrenos com entradas compartilhadas ou separadas, com acessos por corredores que levam às casas dos fundos ou por portões de garagem. A segunda casa em que morei é um exemplo dessa configuração, embora com a particularidade de ser uma casa alugada. Inicialmente, era apenas uma casa grande em um terreno amplo, que acabou ganhando outra finalidade. A essa configuração de ocupação do espaço somam-se as disputas e os conflitos, além da percepção de que a melhor alternativa pode ser mesmo deixar o morro.

4.1. Morro do MK: uma nova identidade

O território onde a pesquisa foi conduzida, frequentemente estigmatizado, revela as relações sociais e os julgamentos morais presentes nas percepções externas sobre a comunidade. No caso do morro, o nome carrega um qualificativo que geralmente é omitido pelos próprios moradores. Enquanto os residentes se referem à região como “o Morro” e, mais recentemente, “MK” ou “Morro do MK”, aqueles de fora costumam chamá-la de “Morro do Cocô”. Esse termo depreciativo está enraizado em uma hierarquização dos indivíduos, associando o local a ideias de sujeira e violência. Esse fenômeno ilustra como a construção de uma identidade territorial está envolta em tensões em torno da desvalorização do outro, reforçando estereótipos e estigmas.

A perspectiva ecológica de Robert Park contribui para pensar esse aspecto, uma vez que ele revela que “a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma à outra” (Park, 1967, p. 28). Essa organização moral, todavia, passa a ser instrumentalizada no contexto da minha pesquisa por diferentes atores criminais, que cultivam uma aversão ou identificação com alguns sujeitos que encarnam a representação do território. Essa aversão ao local também foi notada em motoristas de carro por aplicativo, uma categoria de trabalho informal em que são frequentes as interações conflituosas entre motoristas e passageiros. Geralmente esses conflitos envolvem vaidades e afirmação de status social superior por ambas as partes, mas também divergências sobre a figura do motorista como trabalhador.

Em uma conversa com Alexandre, motorista de aplicativo residente na região há sete anos, foi relatado que seus colegas de trabalho se referem ao local utilizando o termo depreciativo. Embora seja evidente que um conhecimento cartográfico e as noções sobre os domínios de atuação das facções armadas sejam recursos essenciais para a circulação desses trabalhadores pelos territórios, o uso do termo *Morro do Cocô* aparenta ser uma afirmação de diferença por parte daqueles que são de fora. Fato que é corroborado pelo uso desse termo por parte dos moradores das redondezas, que não vivem no morro, e que utilizam esse nome para se referir ao local, reafirmando um estigma sobre seus habitantes. Goffman (1981, p. 6) descreve o estigma como uma linguagem de relações, em vez de um atributo. Entre motoristas de aplicativo, parece haver uma dinâmica baseada em uma relação desqualificação de determinados locais, rebaixando seus moradores e, com isso, elevando suas próprias posições sociais em comparação aos outros.

Minhas experiências com serviços de carro por aplicativo confirmaram o que Alexandre me contou. Várias vezes, os motoristas me perguntavam se o destino da viagem seria “lá no Morro do Cocô”. Na maioria das vezes, eles não hesitavam em usar o termo depreciativo, muitas vezes com um tom de desprezo evidente. Em uma ocasião, um motorista perguntou: “É no Morro...?”, sem completar a frase, como se tentasse evitar uma ofensa. O caráter pejorativo do nome era, sem dúvida, um obstáculo para a construção de uma identidade territorial. Essa necessidade de afirmação parece ter surgido entre os jovens, que passaram a se referir ao local como Morro do MK ou simplesmente MK. Essa hipótese ganha força ao observar o papel do futebol na região. Em uma camisa do time local, o nome aparece estampado como “MKFC” (MK Futebol Clube). A troca das consoantes foi apontada por Ohana como incoerente, uma “escrita errada”, como ela definiu rindo. No entanto, outro rapaz me contou que não seria possível usar Morro do MC¹⁴, então a decisão foi por “MK”.

Talvez o aspecto mais interessante em relação ao nome da localidade seja a forma como diferentes grupos adotam essas denominações. Conforme mencionado anteriormente, a organização moral desses espaços é instrumentalizada por grupos criminosos para seus próprios interesses. Isso fica evidente quando agentes da milícia se referem aos jovens do local como “você lá do Morro do Cocô” em suas ofensas e ameaças, o que foi observado nos relatos das experiências dos entrevistados. Por outro lado, os integrantes do Comando Vermelho passaram a utilizar a sigla CVMK, visível em pichações espalhadas pela região, combinando uma nova identidade territorial com a identidade faccional.

A violência também é frequentemente mencionada nos relatos sobre o morro através do verbo “vir”, o que sugere uma invasão da vida pela violência. No contexto das políticas de UPP na cidade do Rio de Janeiro, esse “vir” era interpretado como a migração de traficantes de grandes favelas para a Baixada Fluminense (Miagusko, 2016). Contudo, essa invasão do cotidiano também envolve outros atores criminais ou mesmo a presença estatal, no caso a polícia, conforme referido nos discursos dos interlocutores. Assim, tem-se o “vir” das milícias, o “vir” da polícia, por vezes em colaboração com milicianos, e também o “vir” de faccionados de uma grande favela. A dinâmica constante desse ir e vir se manifesta como um fluxo intermitente de violência na vida cotidiana, violência essa que é tematizada em curtos intervalos e circula nas redes de comunicação entre vizinhos, parentes e amigos. Essa característica pode ser vista como uma particularidade do discurso sobre a violência na região.

¹⁴ Em conversa com um desses rapazes, ele me contou que “Morro do MC” ficaria estranho. O fato parece estar ligado à ideia de que MC é a sigla que se refere a cantores de *funk*, e o sentido da sigla, assim, destoaria de sua identidade primária de modo radical.

Em *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, Veena Das (2020) estabelece uma relação entre o evento extraordinário da violência e a rotina da vida diária. Segundo a autora, é como se o caráter extraordinário da violência estivesse sempre ligado à normalidade cotidiana, com "tentáculos" que se prendem aos eventos de maneiras específicas, resultando em "uma mútua absorção da violência e do ordinário" (Das, 2020 p. 29). Das se refere ao contexto da partição da Índia e à violência de gênero associada, que permeia o tecido da vida. No entanto, suas afirmações são igualmente relevantes para analisar contextos em que a violência invade o cotidiano, sendo elaborada discursivamente. Nesse caso específico, trata-se de uma violência que penetra o dia a dia e ocupa o tecido da vida de forma esporádica, refletindo uma dinâmica de disputa por domínio territorial, observável na Baixada Fluminense e possivelmente em outros locais.

É necessário considerar algumas observações sobre a presença de grupos armados. Ao lidar com o território utilizando uma nomenclatura estigmatizante, o grupo miliciano parece estabelecer um distanciamento e uma distinção em relação aos locais. No caso do Comando Vermelho geralmente ocorre o contrário, com a adoção de uma identidade que se aproxima mais do que se afasta, embora isso não seja suficiente para garantir a ocupação do território. Uma perspectiva comum relatada por diversos atores, desde motoristas de aplicativos até moradores locais, é a ideia de que o tráfico conta com a colaboração dos residentes que têm interesse em um ponto de drogas próximo para facilitar o próprio consumo. Essa perspectiva é observada especialmente entre indivíduos com uma rotina de trabalho reclusa, que tem uma relação distinta com o espaço da rua. A ideia de colaboração com o tráfico contrasta, por outro lado, com a acusação de colaboração com a milícia e com a polícia. Essas perspectivas estão próximas da ideia da violência como uma categoria de acusação social (Misse, 2009).

4.2. Violência: mito fundador no imaginário coletivo

A facção atua como uma entidade dominante entre outros agentes, representando a violência que permeia o cotidiano e, simultaneamente, participando da tentativa de afastamento do estigma associado ao território ao se apropriar de termos como MK. Em contraposição, a imagem do “bandido” está presente desde o início, na formação da denominação pejorativa. As explicações sobre a origem do nome situam a violência nesse processo quase como uma violência fundadora. Gangues, mencionadas pelos mais velhos, e as facções armadas, referidas pelos jovens, delineiam construções de narrativas similares, com algumas variações em certos aspectos.

A ideia de uma violência externa parece ser uma característica constante nos relatos ao longo do tempo. Em uma entrevista com Neide, uma mulher cadeirante e assistente social, ela mencionou que a região do barreiro era utilizada como banheiro improvisado devido à falta de instalações sanitárias nas casas. Esse uso era feito principalmente por pessoas de fora que frequentavam o local para jogos de cartas ilegais com apostas em dinheiro. A área também era usada por esses indivíduos como local de desova e assassinatos. A utilização da região do barreiro como banheiro improvisado, em alternativa às casas com infraestrutura precária, teria dado origem ao nome.

Uma versão parecida que entrecruza violência e precariedade me foi relatada pelos adultos mais jovens, que expressaram sob piada e risos que um integrante da facção “morreu cagando... o polícia matou ele!”. Logo, violência e pobreza extrema confluem na constituição do mito da origem do lugar. O estigma que repousa na denominação escatológica constitui uma identidade problemática, que embora rejeitada, se encontra selada sobre o território. Na impossibilidade de se desfazer por completo do nome, a alternativa parece ter sido fazer referência a ele, negando-o ao mesmo tempo. Diante disso se produz essa variação de MK ou Morro do MK, que embora se afaste, ainda se refere ao termo Morro do Cocô. Verdadeiras ou não, as imagens fundadoras habitam um imaginário comum em que a violência sempre se faz presente.

A antropóloga Mary Douglas, em sua obra clássica *“Pureza e Perigo”*, afirma que “A impureza é essencialmente desordem. A impureza absoluta só existe aos olhos do observador” (Douglas, 1991, p. 6). É na relação com a alteridade - observando o outro e, ao mesmo tempo, o produzindo e vendo-o à distância - que a ideia de sujeira neste contexto ganha sua plena significação. Em um universo simbólico em que sujeira remete à desordem e, de certo modo, também à ideia de violência, a nomeação do território faz parte desse jogo, dessa linguagem de

relações com a alteridade, que visa localizar no outro o sujo e, no limite, a possibilidade de eliminação dessa sujeira. E reflito, neste último caso, especificamente sobre a atuação da milícia. Notadamente, a expressão dessa possibilidade de eliminação do outro considerado sujeito se constitui na dimensão das políticas de morte, que Achille Mbembe (2016) denominou necropolítica.

A ideia de sujeira também remete a figuras que viveram na região e foram compondo esses imaginários. Ao menos três personagens dão contornos a essa ideia de diferentes maneiras. A figura do “Eu”, que criava porcos, vendia cocadas e tinha uma casa marcada pela extrema pobreza. O “Eu” ganhou esse apelido a partir da expressão “Eu, heim!” dita em voz alta para anunciar sua chegada aos clientes. Um jargão usado para anunciar suas vendas, que viria depois a fundir-se com a sua própria pessoa. Em uma conversa buscando entender quem era esse personagem, uma senhora me contou que adorava as cocadas quando era criança, mas que nunca esqueceu o que sua vizinha que na época morava ao lado da casa dele lhe disse: “Era uma imundice!”.

Por mais irônico que seja, a figura do “Eu” denota essa ambiguidade de localizar sempre a sujeira, o caos, a violência, tudo isso no lugar do outro. Esse outro sempre como oposto de mim e que não há como me referir fora deste lugar. Há outras figuras que também ocupam esse lugar de alteridade no imaginário local. “O ratinho e a ratinha”, um casal em extrema situação de vulnerabilidade, no qual os pseudônimos já denotam uma similitude com esse universo do sujo e do escatológico.

Esse lugar da sujidade foi manejado na operação de um afastamento, na ideia de que o “Morro do Cocô” é lá atrás, no espaço que o outro habita e não eu. “Lá atrás” é a região de barrancos, onde grande parte das casas surgiram de ocupações. Essas casas menores e precárias, com o tempo, passaram a ser transformadas em residências maiores, tanto em razão da melhora no acesso a bens e serviços, quanto motivada pela trajetória dos filhos e netos, que passaram a se inserir no mercado de trabalho formal. Também é onde se localiza a fábrica de cimento, construída em meados dos anos 2000. Os relatos de moradores antigos são marcados pela nostalgia dos campos de futebol e outros espaços de lazer, ocupados pela fábrica e pelo muro de concreto que a cerca. Há um contraste na ideia de um passado idealizado, uma nostalgia dos tempos bons que parece se relacionar com o valor dado ao que se viveu na juventude, com a forte presença de facções e gangues de roubo.

Na entrevista que realizei com Neide, que está mais distante da rede de relações de Serginho e Daniel, ela relatou sobre a dinâmica violenta da década de 1980. Ela que é uma mulher branca, cadeirante de 59 anos, tem um perfil de escolaridade que destoa da maior parte

dos entrevistados. Neide é formada em Serviço Social e foi envolvida na política municipal de Mesquita. Atuou como coordenadora de assistência social dos governos de Arthur Messias (PT), entre 2005 e 2012. Ela manifesta uma desconfiança sobre a fábrica de cimento, que acredita que poderia estar escavando a região para vender as terras argilosas. Isso por sua lembrança dos tratores, que faziam a escavação do local e o transformaram em grandes barrancas. Seu pai tinha um jipe verde, que passaria a ser guardado em uma garagem que estava sendo construída na saída para a rua. Com a construção do muro da fábrica, a rua tornou-se um beco, afunilando-se até tornar impossível a passagem de um carro, e impedindo os planos da família. Como o terreno tinha acesso a outra rua, a alternativa foi mudar a garagem de local.

Neide também relatou sobre integrantes das gangues que passavam com as vítimas levadas para serem executadas no local, na floresta de pinheiros. Ao mesmo tempo que era marcado pela atuação das gangues, o barreiro habita as memórias de infância e das brincadeiras, mesmo para Neide que, desde criança, sempre teve a mobilidade reduzida em razão da síndrome pós-poliomielite. Já minha mãe me contou que no local havia uma boate de prostituição, conhecida como Chaparral. Havia também uma vila de trabalhadores, localizada após a floresta de pinheiros. A construção da fábrica marcou diferentes períodos na vida dessas mulheres, da juventude à velhice, em um mundo que mudou ao longo do tempo.

Figura 8 — Estreitamento da rua com a construção do muro da fábrica



Fonte: Acervo do pesquisador

Márcia, mulher branca na faixa dos 60 anos, me contou - em uma conversa que tivemos em frente ao seu portão e que não pude gravar por falta de oportunidade - sobre sua rotina quando era jovem, marcada pelo trabalho doméstico e outro trabalho, esse último remunerado. Márcia é a proprietária da primeira casa em que fiquei, que foi herdada com a morte de parentes. A própria casa dela era de sua mãe, que costumávamos chamar de Dona Marina, muito amiga de minha bisavó Margarida. Ela me relatou que quando a fábrica de cimento ainda estava em funcionamento “era uma poeirada”, que o tapete colocado para secar no terraço ficava puro cimento.

Nos relatos e conversas, destacam-se os elementos que chamam a atenção sobre a fábrica e o que se observa no dia a dia: o cinza do cimento nos muros, o grande silo e a poeira sobre os móveis. O cinza do cimento aparece como elemento que representa o desbotamento da vida com o passar dos anos, frente ao sentimento de nostalgia, e talvez até de solidão, em que adultos e velhos se veem mergulhados ao falar do passado. Essa fábrica, que através dos blocos de tijolos de cimento que compõem o extenso muro, delimitou quintais, afunilou e impactou ruas e bloqueou a vista do alto do morro sobre os bairros vizinhos e sobre as áreas verdes, e também implicou na transformação dessas relações sociais.

Figura 9 — Área de vegetação cercada pelo muro e ao fundo o grande silo da fábrica



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

Nesse sentido, não pude deixar de notar tal fato como algo significativo, em uma espécie de imaginação de um passado encantado, uma nostalgia tão comum que incorpora no elemento da fábrica a sua decadência. Mesmo diante da violência das gangues e dos assassinatos,

presentes tanto em assuntos tocados por Márcia quanto por Neide, mas também por minha mãe, Beatriz. A fábrica, entre os mais velhos, aparece como a vida piorada frente a um passado encantado dos campos de futebol e barreiros, intocado pelo capital que representa a destruição desse cotidiano. Entre os mais jovens, pouco representa numa marcação de valor do tempo e do espaço, uma vez que muitos já cresceram sem lembranças de como era antes da fábrica.

A percepção da vida piorada ganha contornos nas falas dos mais jovens sobre violência, enquanto conflitos entre vizinhos ou mesmo desconhecidos, que por vezes resultam em mortes. Muitos desses relatos incorporam uma percepção cultivada pelo consumo audiovisual, de séries e filmes, mas também das reportagens dos telejornais diários. Enquanto Yasmin evidencia a piora da vida através da violência mostrada na televisão, Carina marcou essa distinção do passado idealizado frente à derrocada do mundo de hoje ao falar do asfalto, que veio a encobrir o barro das ruas. O asfalto ocupa o mesmo lugar do cimento da fábrica. A urbanização não é vista totalmente como sinônimo de uma positividade em razão de não vir acompanhada de alguns serviços públicos, como o fornecimento de água. Se falta água, se um cano está quebrado, é preciso quebrar o asfalto para consertar e depois fechar, o reparo precisa ser feito em todas as etapas pelo próprio morador. A autoconstrução extrapola a dimensão privada, há uma gestão do espaço público pelos sujeitos locais. E essa gestão era mais fácil no passado.

O muro da fábrica também guarda outra relação, como pode ser observado, com a violência. Um fio que liga a violência à fábrica é também o modo como esses muros têm sido ocupados pela escrita sobre os mortos e sobre as facções. Se a violência pode ser vista a partir de um corte radical que separa mortos e vivos, por outro lado esses muros (entre eles o da fábrica) parecem materializar os mortos no espaço dos vivos, embaralhando essas divisões radicais entre esses dois universos - dos vivos e dos mortos - no emaranhado de fios presentes nas narrativas, nas memórias e nos relatos locais.

4.3. Poder e significado no espaço urbano

Os espaços urbanos apresentam uma complexidade singular, onde inúmeros aspectos podem ser analisados sem esgotar todas as interpretações possíveis. Dessa forma, é essencial abordar algumas noções básicas que facilitem a compreensão do urbano, com o intuito de elaborar uma interpretação coerente com os dados de pesquisa. Com base no que foi apresentado até o momento sobre o local desse trabalho, introduzo agora algumas outras questões.

Um referencial fundamental para a discussão do espaço urbano, ainda que apresentado de maneira econômica, é o geógrafo Milton Santos (1988, p. 25), que define o espaço como "conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos". Esta citação destaca a importância dos objetos e das relações associadas a eles para o entendimento do urbano. Entre os objetos observados no campo estão os muros, que frequentemente exibem pichações em referência aos mortos. Mas quais relações se formam nesses espaços? Pelo menos duas, seguindo as reflexões de Michel Foucault: "É necessário distinguir [...] as relações de poder das relações de comunicação, que transmitem uma informação através de uma língua, de um sistema de signos ou de qualquer outro meio simbólico" (Foucault, 2009, p. 240).

Figura 10 — “Saudades Hiago”, escrito em um muro residencial do Morro do MK



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

Na verdade, são três tipos de relação, pois Foucault considera também o que chama de “capacidade”, mas neste caso é suficiente focar em relações de comunicação e poder. Estes não são “domínios separados [...], estão sempre imbricados uns nos outros” (Foucault, 2009, p. 240-41), e podem se constituir em "blocos nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados e concordes" (Foucault, 2009, p. 241). Em termos de relações de poder, Foucault refere-se a "um conjunto de ações sobre ações possíveis [...], o poder só existe em ato, mesmo que se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apoia em estruturas permanentes" (Foucault, 2009, p.242-43). No contexto deste trabalho, interessa a imbricação entre a produção de sentidos sobre a violência e

as relações de poder implicadas no campo de possibilidades dos sujeitos falarem sobre a morte nos espaços de vizinhança.

Certos espaços funcionam como arenas de comunicação, sendo lugares privilegiados para o compartilhamento de sentidos e significados. Esses espaços são vistos como esferas de "ação e significação social [...], contêm visões de mundo e éticas particulares" (Damatta, 1997, p. 33, p. 67), embora também sejam permeados por questões globais. Segundo Santos (2009), o espaço envolve uma superposição de influências mundiais, nacionais, regionais e locais. Em algum nível, esses espaços resultam de necessidades em razão de "determinações sociais fruto da sociedade e das possibilidades da sociedade em um dado momento [histórico]" (Santos, 2009, p. 61, destaque meu). Eles estão inseridos em um movimento global de transformação das sociedades capitalistas contemporâneas.

As relações de poder nesses espaços são de diferentes níveis, englobando tanto processos mais amplos de transformação da sociedade quanto relações cotidianas que moldam o espaço urbano, envolvendo as microrrelações de poder e significação. Como aponta Agier (2015), a cidade está em constante transformação pela ação humana. Esta transformação contínua, desprovida de fim ou direção definida, caracteriza-se pelo seu movimento incessante. Ao conceber a ideia de *Cidade Bis*, Agier sugere uma forma de enxergar a cidade "do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras" (Agier, 2015, p. 486), destacando a cidade como uma construção e elaboração a partir da perspectiva do antropólogo.

É interessante refletir sobre a ocupação desses espaços e o preenchimento deles com significados compartilhados nas comunicações cotidianas. Isso vai além de realizar entrevistas; requer estar presente nesses locais, nomeá-los na descrição do campo, observar a vida cotidiana e perceber as comunicações implícitas. Alguns espaços, muitos deles apresentados anteriormente, se destacam na significação dos eventos ordinários e extraordinários da vida - onde as comunicações cotidianas se viabilizam e circulam - e permitem pensar a relação dos sujeitos entre si e com o mundo que habitam, considerando os processos históricos e as práticas sociais locais.

No universo da cidade, no terreno das práticas sociais que adensam o sentido da vida local, estão a fábrica, os muros, as calçadas, as ruas, os campos, as casas e os quintais como elementos significativos para pensar memórias povoadas por uma imaginação enraizada na transformação urbana. E, nessa intersecção entre a casa e a rua, entre dimensão doméstica e pública, encontram-se o bar, o salão, a barraca de lanches e os portões, locais prioritários de fofocas. As díades - casas e quintais, ruas e calçadas, a fábrica e seus muros - ajudam a esquematizar e descrever o campo de modo geral, destacando o lugar que ocupam na

imaginação desses sujeitos. Aparecendo em diferentes relatos durante quase todas as entrevistas, elas servem como pontos de referência para explicar eventos recentes ou caracterizar a melancolia de um passado encantado perdido frente às transformações do mundo.

A circulação, durante entrevistas, por esses espaços foi reveladora também da minha relação com os sujeitos. Algumas entrevistas foram realizadas dentro de casas, outras no portão, tanto do lado de dentro quanto de fora, e ainda outras em quintais, calçadas e varandas. Esse trânsito revelou a possibilidade dos sujeitos falarem sobre violência e os mortos, circunscrevendo os acontecimentos violentos em determinados espaços, mas também delineando as relações comigo e os limites impostos sobre o acesso às suas vidas. Aqueles com laços de parentesco concederam entrevistas em suas casas; amigos e vizinhos, em varandas e calçadas.

Os lugares das entrevistas, além de revelarem proximidades e distâncias no trabalho etnográfico, também colocaram em questão as relações diferenciais que alguns sujeitos têm com o espaço público, borrando fronteiras entre as esferas pública e privada. Nesse trânsito, percebi que esferas comumente atribuídas ao privado e ao público se apresentaram de forma intrincada, sendo remanejadas de acordo com o que era descrito nos relatos ou interseccionadas pela resignificação desses lugares como espaços de trabalho. Sobre o espaço, Santos defende que:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (Santos, 2006, p. 37-38).

Se a paisagem, segundo Santos, está vinculada às transformações sociais e econômicas e à funcionalização das estruturas técnico-produtivas, o espaço é animado por relações sociais mais amplas. De acordo com Park, mais do que um conjunto de instituições e dispositivos administrativos, “a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essas tradições” (1967, p. 25). Refletir sobre alguns desses espaços implica situá-los no nível das microrrelações dentro de processos maiores, além de captar o estado de espírito que habita coisas e lugares.

As calçadas e ruas, além de serem locais de passagem e trânsito, embasam e embaralham os dualismos entre a casa e a rua. Elas constituem lugares de encontros, conversas, fofocas e conflitos, subvertendo a ideia do trânsito de pessoas, mercadorias e capital, assim como a

impessoalidade das relações mercantis. Esses espaços também são cenários de eventos violentos, como a morte de Serginho, ocorrida em frente à sua casa, onde ele cortava cabelos. As calçadas são redesenhadas em estratégias para adquirir renda diante da impossibilidade ou escolha de não optar pelo trabalho formal. A construção de salões de cortar cabelo, a transformação de entradas de casas em lanchonetes e barracas de utensílios e guloseimas, entre outras intervenções no espaço, fazem parte das relações de trabalho globais, com uma predominância de um mercado de trabalho informal e como parte de estratégias locais e pessoais. Da mesma forma, a gestão de conflitos e a instrumentalização da violência por grupos milicianos, que resultam em mortes, são práticas inseridas em processos mais amplos de configuração da violência urbana. Nesse sentido, a calçada tem sido percebida como uma grande arena onde se realizam e se efetivam questões globais sobre violência, conflitos em geral e o universo do trabalho.

Eu presenciei uma dessas tramas cotidianas: uma tensão em torno da derrubada de um poste residencial por um motorista de caminhão. Ao chegar em casa, percebi a aglomeração de alguns vizinhos na calçada, enquanto o motorista do caminhão falava ao telefone. Parei por um instante para tentar entender melhor a situação. Uma vizinha estava sem energia elétrica e irritada com isso, dizendo que o motorista do caminhão que deveria pagar pelo poste e que não ficaria sem luz. O poste estava localizado no portão da casa dessa vizinha. O motorista tentava entrar em contato com o responsável da empresa, ou pelo menos dizia estar fazendo isso, enquanto o ajudante observava em silêncio. Acontece que a ligação de energia era irregular, e o motorista, percebendo isso, tentou se aproveitar da situação. Prometendo resolver o problema depois, ele tentou passar um número de telefone incorreto. Os filhos da vizinha foram atrás dele de motocicleta e o alcançaram em um posto de gasolina próximo dali. O motorista fez um acordo e, sob orientação do responsável da empresa, deixou R\$150,00 para o conserto, prometendo também enviar um novo poste.

O poste nunca chegou, mas a ligação da energia foi realizada por outro vizinho em um poste um pouco mais deteriorado que estava próximo ao que foi derrubado pelo caminhão. Como uma arena de conflito, a calçada e a rua também fazem parte das estratégias de resolução, sem que seja possível recorrer ao Estado em muitas situações. No entanto, o uso retórico é comum para persuasão, como comentou Marlene sobre a ameaça dos filhos da vizinha de chamar a polícia para o motorista, uma vez que ele não pretendia pagar pelos danos.

A calçada e a rua, no universo da pesquisa, aparecem tanto como espaços de sociabilidade quanto de eventos violentos, além de serem locais de trabalho e conflitos entre moradores e integrantes de facções armadas. Existem diferenças nas interações com as calçadas.

Alguns preferem não ficar nelas, usando-as apenas para lavar os carros, levar as crianças para passear ou soltar os cachorros para brincar ocasionalmente. Outros se colocam em frente aos portões diariamente. Entre os mais jovens, o som e a cerveja são elementos que compõem as cenas que ocorrem nessas calçadas.

A relação com o espaço parece estar ligada à relação dos sujeitos com o tempo, especialmente o tempo de trabalho. Isso pode estar vinculado a uma nostalgia por uma época em que o tempo não era rigidamente estruturado pela rotina laboral. Esse anseio de um passado perdido remete a outras formas de organizar a vida, conforme a dinâmica do mundo do trabalho. O modo diferencial com o qual os sujeitos interagem com o espaço é uma forma de entender os significados deste local para além daqueles historicamente determinados pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Quando falamos em capitalismo, não se trata de uma retórica persuasiva, mas de atribuir o caráter global da vida cotidiana, tendo em vista que o espaço - o lugar físico e as relações que o animam - é simultaneamente local e global.

O lugar onde ocorreu o incidente com o poste foi cenário de um evento que resultou na morte de Serginho e de outros dois rapazes baleados, cinco anos antes. A relação com a área da calçada parece ter sido modificada após o ocorrido que levou à morte de Serginho. A violência interferiu no ambiente de trabalho, exigindo uma redefinição do espaço, pois os significados anteriores foram alterados pela morte do trabalhador que era uma figura central naquele contexto.

No passado, os quintais eram espaços abertos de convívio e circulação entre os terrenos. Gradualmente, essas áreas foram delimitadas em esferas privadas e as calçadas se tornaram os novos locais de socialização. Os moradores recordam com nostalgia um passado idealizado, onde 'a gente era feliz e não sabia!', sentimento que remete a uma melancolia da irreversibilidade do tempo, algo debatido por Berliner (2018), que aborda o tropo da perda cultural. Muitos resistem a ver as mudanças do tempo como positivas. Carina prefere a época sem asfalto, quando problemas eram resolvidos com mais facilidade entre vizinhos. Luciano acredita que as pessoas eram mais unidas. A transformação dos vínculos de vizinhança e amizade trouxe novas formas de solidariedade. Os muros, agora barreiras sociais, afetam relações e laços afetivos, mas também são usados na escrita sobre os mortos.

Entre esses espaços que redefinem o urbano e transformam seu significado, também podemos destacar o campo de futebol. Esse local não se limita à prática esportiva; serve ainda como espaço de sociabilidade, fofocas e homenagens às vítimas da violência. Além disso, o campo pode ser a rua, transformada em local de brincadeiras.

O campo de futebol ocupa uma posição central não apenas para as atividades esportivas, mas também como espaço de ritualização do luto e despedida, especialmente quando o sepultamento dos falecidos não é viável. Um exemplo disso ocorreu no caso de Daniel (conhecido como DN) que após ser sequestrado por traficantes e não ter seu corpo recuperado, foi homenageado durante uma partida de um campeonato de futebol interbairros. Este não foi um caso isolado; as redes sociais de times locais frequentemente exibem homenagens aos mortos. O minuto de silêncio é uma prática comum, conforme relatou Alexandre, motorista de aplicativo. Com o tempo, observei que esse espaço funciona como uma instância de luto, um meio de oferecer um rito de passagem entre vivos e mortos. Isso se torna ainda mais relevante em casos de desaparecimento forçado, onde a morte é confirmada, mas o corpo não é devolvido.

Os campos de futebol também são espaços fundamentais para a construção da identidade territorial. As equipes são frequentemente reconhecidas por nomes não oficiais que reforçam identidades locais, como Chacrense, Audax Jacutinga e Futebol Clube MK. Essas equipes participam de campeonatos interbairros, com sistemas de classificação e premiação previamente estabelecidos. Nas narrativas que envolvem violência, o futebol sempre surge de alguma forma. Essa conexão ocorre porque o futebol é central no território e a violência permeia esse ambiente. O futebol não se limita aos gramados, estando presente em diversos espaços urbanos, desde partidas informais nas ruas asfaltadas, onde crianças utilizam muros como gols e marcam as traves com chinelos, até o Futebol Society, jogado em quadras de grama sintética, e os torneios interbairros realizados em diferentes locais do município. Nos jogos recreativos de fim de semana, entre amigos e sem grandes regras definidas, os campos são alugados e o custo do aluguel torna-se um fator relevante na escolha.

Um dos exemplos em que o futebol se entrelaça com a violência é o caso conhecido como a “Chacina da Jacutinga”, que resultou em ao menos dez mortes em 2021. As vítimas estavam voltando de um torneio quando pararam em um bar e o local foi atacado por um carro com indivíduos armados. Eu estava na casa de um familiar próximo e pude ouvir as rajadas de tiros. Pouco depois, ainda durante a madrugada, os nomes das vítimas começaram a ser divulgados entre os vizinhos. Logo que amanheceu, as imagens dos mortos dilacerados pelos tiros começaram a circular por redes sociais e grupos de mensagens do Rio de Janeiro. Embora o futebol possa estar associado à violência, ele também evoca memórias positivas entre os residentes mais velhos, lembranças de infâncias felizes marcadas pelos jogos. O futebol atravessa gerações, constituindo um vínculo entre moradores e espaços urbanos, uma esfera de ação e significado social que vai além da prática esportiva.

Os imaginários sobre um passado encantado, onde a memória desempenha o papel de feiticeira do tempo, são intrigantes. As recordações felizes da infância e adolescência, cuidadosamente escolhidas e relatadas pelos participantes da pesquisa, contrastam com um presente dominado por eventos violentos e uma vida urbana desoladora.

4.4. A transformação dos espaços

Os lugares passam por transformações de sentidos, sendo redefinidos no curso dos eventos que invadem a vida cotidiana. Em alguns momentos, esses espaços tornam-se "espaços da morte" (Taussig, 1993), onde a incompreensão prevalece e a comunicação da experiência é diluída, como no caso do salão onde Serginho foi assassinado e dois amigos foram feridos. Esse local adquiriu novos significados, tornando-se "visado" pela morte, segundo os interlocutores, e perdendo seus sentidos anteriores. Como espaço da morte, ele passou por um duplo processo: de destruição e de transformação (Taussig, 1993). Neste sentido, o salão foi demolido e refeito no corredor da casa. Na impossibilidade de transformar os sentidos que se sedimentaram pelo evento da morte de Serginho, o recurso utilizado foi a destruição do espaço físico e a reconstrução no corredor ao lado. A morte foi afastada, mas não deixou de estar à espreita pois as ruínas daquele espaço continuam a lembrar e - por que não - também narrar o ocorrido. Esse caráter perseguidor das coisas, conforme concebido por Taussig, e de um passado através das coisas, só pode existir no campo no conjunto dessas relações que envolvem poder e violência.

As ruas, especialmente os muros, contribuem para essa reflexão. Eles são espaços onde se registram os nomes dos mortos e, conseqüentemente, a própria morte. Os muros, enquanto objetos integrados ao contexto das relações que configuram o espaço urbano, envolvendo relações de poder e significação, servem como meios simbólicos para comunicar experiências de violência e sentidos de perda, quando não é possível comunicar de outra forma. Isso representa uma maneira ambígua de evitar o silêncio e tornar a experiência compreensível.

Desse modo, os espaços, concebidos como lugares intrincados no complexo de relações de poder e significação, desempenham menos a função de vias de trânsito de veículos e mais a de canais de significados sustentados por laços de familiaridade, vizinhança e amizade. Nesse fluxo de sentidos, o muro deixa de ser uma fronteira e se torna um elo entre as esferas pública e privada, desempenhando um papel essencial no redesenho urbano. Assim, as tramas da vida que são inscritas nos muros questionam a organização contemporânea da vida que separa a esfera privada do urbano, além de interrogar uma cidade moldada por relações mercantis.

Enquanto os apontamentos breves sobre o espaço fornecem uma noção do lugar da pesquisa, as implicações das relações de poder remetem à localização dos sujeitos dentro de toda essa trama.

Falar sobre pichações, produção de camisas e redes sociais parece contrastar com investimentos afetivos realizados pelos verdadeiros amigos, aqueles que estiveram presentes no enterro, na homenagem no campo de futebol, no momento de abraçar a família e mesmo antes da morte, aconselhando em direção a escolhas que afastassem esses sujeitos das práticas criminais e do caminho da morte. Todas essas cenas narradas, pelos entrevistados e retornadas nesta seção, aludem a uma composição de lugares na sucessão de eventos que antecedem e sucedem as mortes violentas. Logo, o espaço é decomposto e recomposto constantemente para dar sentido ao vivido. Palco da vida e da morte, onde se celebram nascimentos e se lamentam as perdas, a comunicação nesses espaços sempre está remetida a circunstâncias sociais específicas. Falar sobre os mortos é estar sujeito ao poder das governanças criminais, embora haja exceções, pois o controle desses atores não abrange todo o tecido social.

Figura 11 — Local da antiga barbearia de Serginho após a destruição



Fonte: Google Street View, 2024

E se a expressão verbal não é efetiva ou viável à necessidade de lembrança, se não produz um efeito de verdade, dada a posição que se ocupa nas relações de poder e da carga moral que recai sobre os sujeitos, o que restaria? Talvez seja aqui que a escrita no espaço urbano encontre seu papel, permitindo uma comunicação silenciosa, mas visível, que confere novos significados à cidade. Uma crítica ao domínio das relações mercantis e à violência imposta

contra certas vidas. Essa escrita recompõe o espaço urbano, em um processo de fazer-a-cidade (Agier, 2015), dotando-o de novos sentidos.

São práticas que evidenciam nos espaços tanto a morte quanto a vida, reivindicando a vida frente à inevitável morte. Por isso, diante da morte, por meio das pichações, o que se faz é afirmar que alguém vive, como ilustrado na Figura 12. Em uma disputa simbólica pelo território urbano, essa narrativa busca comunicar a experiência da morte, mas também inscrever os indivíduos nas redes de relações da vida.

Essas relações, em conjunto, formam um mosaico que implica na significação dos mortos e na possibilidade de agir dentro do campo de possibilidades dado pelas relações de poder. Isso fica claro na pesquisa quando os sujeitos são questionados sobre Serginho, uma das vítimas. Ele é descrito como uma pessoa "querida", mas seu enterro contou com poucas pessoas, o que gerou indignação em alguns e foi justificado por outros. Hellen, uma das entrevistadas, argumentou que as pessoas não compareceram por medo: "Quando uma pessoa é morta por... por pessoas que se consideram milicianas, as pessoas ficam com medo e não vão. Entendeu?" Já Luciano justificou sua ausência de outra forma: "Não posso pedir para sair do trabalho para ir ao enterro dele, ainda mais sabendo da relação e do envolvimento que ele tinha com certas coisas".

Figura 12 — No plano à direita, observam-se os escritos "Kaio Vive" e "João Vive"



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024

Na imaginação dos entrevistados, o funeral aparece como um espaço onde se inscrevem possibilidades de entrar no circuito da violência. Sem dúvidas, essa narrativa evidencia a imbricação entre poder e significado, entre ir ao enterro ou não, onde o que está em jogo é a possibilidade de entrar no campo movediço da morte. Mesmo que de forma indireta, através da

imaginação, que nutre esse medo. A morte, nesse sentido, estaria sempre à espreita, em lugares que podem ser convertidos em espaços de morte. Mesmo os cemitérios, ao serem reformulados, podem assumir uma relação diferente com a morte, dotados de um significado distinto do convencional.

Estar presente no funeral, então, surge como a possibilidade de se tornar visado, ser visto pelas perspectivas de morte ou qualquer coisa relacionada à própria morte como um horizonte. A sensação de ser observado é constante; esse cenário de captura pela morte está sempre presente, devido à implicação desses indivíduos nas redes afetivas de quem também opera ou é vítima das práticas criminais. Isso pode ser observado na entrevista de Douglas:

As gerações vão vindo, então você vai se envolvendo, você já vai ficando visado, querendo... querendo não, fazendo coisas erradas ou não, você já fica visado, porque, assim, a gente tem amizades de infância, mas o que elas vão fazer depois de um tempo, aí já não é com a gente, tem uns que vão para o tráfico, tem outros que vão para a milícia, enfim, cada um vai viver sua vida e... não é por isso que a gente vai deixar de ter uma amizade, a gente vai deixar de falar ou não, mas a gente precisa evitar, e sempre o recado desses milicianos foram isso, “Ó, não quero junto, não quero fazendo”, é porque o pensamento deles ou o pensamento de qualquer um que queira ter um território e se sinta ameaçado por outra pessoa ou por outra facção, vai ser isso, ‘não, você não pode estar perto porque você pode passar informação, você pode se ajuntar’ e eles vão querer o território (Relato de Douglas, 2024).

A decisão de comparecer ao enterro está imersa nas relações de poder que envolvem os praticantes de atividades criminais. Ser alvo é indicativo de um processo de elaboração do medo através da imaginação do horizonte da morte pelos indivíduos. No entanto, a morte também pode ser nutrida e alimentada pelos falsos amigos, que a perpetuam. Como dito antes, quando Douglas é questionado sobre a camisa que homenageia o amigo falecido, ele menciona que:

Eles queriam fazer, queriam fazer, eu confesso que eu não faço. Porque assim, eu acho uma hipocrisia muito grande, você **alimentar a morte de alguém**, depois você ir lá e fazer uma camisa escrito saudades, ou você não ir no enterro de uma pessoa, não... sequer dar um abraço na mãe, no irmão (Relato de Douglas, 2024).

A morte nutrida é uma construção imaginativa que aparece na narrativa para dar sentido à perda e questionar certos laços de amizade. Por outro lado, como bem demonstrou Foucault, o poder, entre outras coisas, envolve agir sobre as ações dos outros. Portanto, lembrar dos mortos e narrar a violência são práticas discursivas que estão inseridas no campo do poder, alterando de maneira concreta os sentidos e significados que constituem espaços como o funeral, o campo, o salão e, de modo geral, a cidade.

Os relatos sobre a morte de Serginho também estão permeados por um certo nível de conhecimento sobre as formas de operar a violência e as práticas criminais de milicianos. Se a execução de Serginho em frente à sua casa, na barbearia, foi uma demonstração de uma das formas de operar, existem outras que fazem parte dessas relações globais de violência. Os desaparecimentos forçados são uma delas. De acordo com o antropólogo Fábio Araújo:

O desaparecimento forçado se inicia com a captura violenta e arbitrária da pessoa, que em seguida é levada para lugares desconhecidos. Na maioria dos casos, é torturada e assassinada, sem que se deixem vestígios ou rastros do corpo, nem dos lugares onde esteve detida, nem de quem perpetrrou o crime [...] O desaparecimento forçado consiste atualmente, pelo menos na região metropolitana do Rio de Janeiro, em um dispositivo de força situado entre a violência estatal e a violência criminal (Araújo, 2016, p. 45, p. 60).

Trata-se de uma forma de transformação da cidade a partir de uma cartografia da morte, onde rios, pântanos, lixões, lugares ermos e barranceiras se tornam espaços de morte. O caso da morte de Daniel exemplifica isso, mostrando como os eventos - não apenas a morte em si, mas os fluxos do luto coletivo - transformam espaços da cidade para dar sentido a essas perdas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas das ciências contemporâneas nos levam a concluir que uma pretensão de cientificidade que desconsidere a posição do pesquisador e o caráter posicionado do conhecimento não é mais aceitável. Em razão disso, dediquei um número considerável de páginas a discutir o status epistemológico do pesquisador e, desde o início desta pesquisa, abordei meu percurso intelectual e pessoal. Baseando-me nas relações de amizade, familiaridade e vizinhança, explorei os processos que moldam memórias e narrativas sobre a violência. Essas interações fornecem o contexto necessário para apresentar uma alternativa à perspectiva familista e para debater acerca de quem tem a autoridade para representar os mortos. Nesse cenário, a amizade emerge como uma nova forma significativa de compreender esse fenômeno, com os conflitos perpassando pelo reconhecimento de formas legítimas de amizade.

No contexto da pesquisa, a amizade é sintetizada na identidade de *cria* e os vínculos entre amigos são reatualizados nos espaços de sociabilidade, como a barbearia, o campo de futebol e a rua em geral. Enquanto o futebol representa uma dimensão masculina, a barbearia reflete uma estética moldada por uma identidade racial; e a rua abrange um espectro mais amplo dessas interações. Além disso, a amizade e suas conexões são influenciadas por noções e ideais religiosos que, consciente ou inconscientemente, são remodelados pelos sujeitos para dar sentido a esses vínculos.

A fofoca, no espaço vital da rua, se transforma em um meio de circulação de expressões emocionais sobre violência e morte, constituindo-se em uma linguagem pública dos sentimentos, sem um caráter político explícito. Isso se diferencia dos movimentos sociais de familiares, cuja atuação é marcada pela busca por justiça e reparação. Nessas relações de vizinhança e amizade, há diferentes gradações na fala sobre a morte e os mortos, com tons distintos dependendo se as vítimas são conhecidas ou desconhecidas.

Essa linguagem emocional manifesta-se nas ruas em pichações e nos diálogos cotidianos, duas dimensões onde se torna possível abordar esses assassinatos. Falar sobre a morte nesse lugar de fofocas envolve experimentar certo entusiasmo, além de explorar suas possibilidades, seu caráter misterioso e atraente, mas também seu aspecto temeroso. Essa abordagem permite a esses sujeitos uma postura diligente e ativa diante da morte, em vez de apenas ser alvo dela, invertendo a lógica de poder onde a morte e seus agentes - atores criminais - são protagonistas. Assim, confere àqueles "sem poder" uma relação mais privilegiada, produzindo mais do que apenas sofrendo efeitos.

Quando pensamos em termos de conflitos em torno das narrativas e memórias, é revelador observar como se estruturam nas redes de amizade e em suas afetividades no espaço urbano. Ao analisar a ideia de vítima, que permeia os discursos sobre mães e familiares, percebe-se que no caso dos amigos as práticas ilícitas e ilegais dos mortos, moralmente condenáveis, conferem às narrativas uma naturalização desses percursos que não se traduzem em uma reivindicação por justiça e reparação no âmbito político. Assim, não há defesa política dos mortos, mas uma continuidade de valores morais mais amplos. A própria ideia do que seja a violência revela como aqueles que se tornam alvos de diferentes atores criminais tendem a naturalizar esses homicídios, situando-os fora do contexto da violência.

Apesar disso, os indivíduos têm plena consciência de quem são os alvos e, por isso, elaboram estratégias que abrangem suas possibilidades de viver o luto e se despedir. Há um caráter inventivo nesse processo, tanto na ocupação significativa dos espaços para dar vida aos mortos quanto na imaginação do inexprimível. Nesse emaranhado de narrativas, a morte passa a ser experimentada no corpo e no espaço urbano, assim como a violência se perpetua no tempo, através das lembranças. Existe uma imbricação entre os sentidos das coisas e o poder dos sujeitos criminais, nos diferentes níveis em que os conflitos se localizam, os quais se sobrepõem e se inter-relacionam.

Outro fator importante é a relação dos sujeitos com os objetos e a cidade, onde elementos como armas e drogas são simbolicamente sobrecarregados pelas relações criminais. Nessa relação, sobressai o caráter mágico e diabólico das armas, das drogas e da morte, que se forjam sobre um fundo cultural comum marcado por uma perspectiva espiritual. Nisso localiza-se o caráter mágico da morte, o que permite expressar o indefinível através do mal e do além (Taussig, 1993).

De modo geral, observa-se uma disputa pelo território como campo de ação de sujeitos criminais (milícias, traficantes de drogas e forças policiais), que se impõem através da força e da violência. Por outro lado, a contestação a essas práticas, ou ao menos a seus efeitos e resultados, emerge enquanto uma realidade oculta na reivindicação pelo não esquecimento das vítimas. Assim, a disputa se desloca para o campo simbólico, diante da inevitabilidade da morte e da contestação da violência sem se tornar alvo.

A memória dos mortos na cidade é mantida viva pelos amigos, mesmo por aqueles que refutam esse vínculo de amizade, e através dos mortos se denuncia o caráter ilegítimo da violência, ainda que seus efeitos sejam naturalizados. Trata-se, sobretudo, de uma relação ambígua desses sujeitos com a violência urbana. Com isso, na impossibilidade de uma presença física, as vítimas têm sua existência reafirmada na possibilidade de uma presença simbólica.

Sem dúvida são sujeitos ativos, ainda que mortos, através das vozes e da escrita daqueles que sobreviveram. A visibilidade é crucial, remetendo ao entendimento popular de que “quem não é visto, não é lembrado”.

Não se trata unicamente de analisar esses lugares no Morro do MK sob o prisma das disputas territoriais entre grupos armados, mas também de reconhecer que essas disputas são fundamentais para localizar as possibilidades de se comunicar a experiência da morte violenta. O funeral não pode ser visto como algo que de fato colocaria os sujeitos no lugar de alvos, mas os efeitos disso estão presentes e essa possibilidade perpassa pela imaginação desses efeitos.

Assim, para além dos interesses altamente racionalizados em conquistar território, as redes de relações que conectam esses sujeitos demonstram que violência e poder se imbricam em uma cultura de terror e medo, com efeitos práticos sobre a possibilidade de lembrar e falar dos mortos. Diante disso, as formas encontradas para realizar essa comunicação parecem evitar a possibilidade de serem capturados por eventos violentos. Destruir o espaço físico - convertido em espaço de morte - escrever sobre os muros, transformar uma partida de futebol em momento de despedida ou mesmo abordar o tema dos mortos desconhecidos através dos espaços de fofoca parecem estratégias que podem conter elementos de resistência e contestação, mas também de compromisso com esses valores, dentro do possível campo de possibilidades.

Ao considerar tudo que foi analisado neste estudo, torna-se evidente que a fala sobre a violência e as mortes adquire um sentido emocional especial, permitindo experimentar esses eventos de maneira diferenciada, sem implicar na tomada de uma posição moral necessariamente deliberada e consciente por parte dos sujeitos. São mais pensamentos incorporados (Rosaldo, M. Z. 2019), por vezes reproduzidos de forma irrefletida, do que sempre decisões racionais deliberadas.

Para concluir, acredito que este estudo oferece uma valiosa contribuição para a compreensão de como a violência e os assassinatos se tornam temas consumidos e produzidos discursivamente, podendo ser convertidos em objetos de interesse de grupos políticos que instrumentalizam a opinião pública para atender a seus próprios objetivos. No entanto, esta pesquisa apresenta limitações, como a necessidade de um debate mais aprofundado incluindo as discussões da psicologia e da psicanálise sobre o tema da morte e da violência. Como horizonte para futuras reflexões fica a tarefa de integrar essas áreas de conhecimento, ampliando as perspectivas e contribuindo para uma análise mais holística e interdisciplinar do fenômeno. As contribuições práticas deste estudo residem na promoção de uma maior reflexão, especialmente etnográfica, sobre as dinâmicas sociais e culturais das emoções em meio à violência dos grandes centros urbanos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. A. **Emoção, Discurso e políticas da vida cotidiana**. Tradução: Leandro de Oliveira. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, Mimeo, 2018.
- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. **O antropólogo, a margem e o centro**. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483–498, 2015.
- ALTHABE, G. Hacia una antropología del presente. **Cuadernos de Antropología Social**: UBA, v.23, p.13–34, 2006.
- ALVES, J. C. S. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 1a. ed. Duque de Caxias - RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ARAÚJO, F. A. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 37-64, 2016.
- ASSMANN, J. **Memória comunicativa e memória cultural**. *História Oral*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115–128, 2016. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BANIWA, G. L. Antropologia Colonial no Caminho da Antropologia Indígena. **Novos Olhares Sociais: Revista do PPGCS/ UFRB**, v. 02, n. 01, p. 22-40, 2019.
- BERLINER, D. Introduction. In. *Perdre sa culture*. **Bruxelles: Zone Sensibles**, p. 9-28, 2018.
- BERTAUX, D. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.
- BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro - São Paulo: 34. Ed./ Edusp, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- COELHO, M. C. As emoções e o trabalho intelectual. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 273–297, 2019.
- DAMATTA, R. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, Cap. 1, p. 2-45, 1997.
- DAS, V. Linguagem e corpo: transações na construção da dor. In: DAS, V. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Publicação: Lisboa: Edições 70, 1991.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. In: **Cadernos de Campo - São Paulo: USP/FFLCH**, ano 14, n. 13, 155-161, 2005.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC, 1981.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/27171>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GONÇALVES, A. M. R. **Segurança Pública e Necropolítica no Rio de Janeiro**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI - UFF). **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**. 2019. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapadosgruposarmados> Acesso em: 10 jan. 2025.

JELIN, E. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 37-60, dez. 2007.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa.- Rio de Janeiro: 34. Ed. 152 p. 1994.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, R. S. DE .. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80, p. 65–69, mar. 2008

LYRA, D. Cartografias afetivas na cidade: as esferas de pertencimento de jovens traficantes da Baixada Fluminense. In: ROLNIK, R.; FERNANDES, A. (Org.). **Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos, volume "Cidades"**. 1.ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, p. 149-166, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas o caso do rio de janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Tradução: Anton P. Carr e Ligia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In. **Marcel Mauss: antropologia**. Organizador: Roberto Cardoso de Oliveira, Tradução: Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldini Meirelles e Ivonne Toscano. São Paulo: Ática, 1979.

MAUSS, M. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 367-397, 2003.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. PPGAV/EBA/UFRJ. 32. ed. Rio de Janeiro, 2016.

MC KEVIN O CHRIS; MC CAJA. **Espera Eu Chegar**. Brasil: Meka Distribution, 2019. MP3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=epZcnWDmBqY> Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

MIAGUSKO, E. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, p. 01, 2016.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 8(3), 371–385, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4865>.

OLIVEIRA, J. P. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2–27, 2009.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para investigação do comportamento no meio urbano, tradução Sérgio Magalhães Santeiro. In: **O Fenômeno urbano**/Org. por Otavio G. Velho, Georg Simmel, Robert E. Park. - Local: Rio de Janeiro Editor: Zahar Ed. 1967.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

POLLAK, M. A gestão do indizível. Web Mosaica - **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, vol. 2, n. 1, p. 9-49, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/15543>.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: DE MORAES FERREIRA, M.; AMADO, J. (Eds.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, p. 103-130, 2006.

REZENDE, C. B. **Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 168p., 2002.

ROSALDO, M. Z. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, ISSN 1676-8965, v. 18, n. 54, p. 31-49, 2019.

ROSALDO, R. **Cultura y verdad: la reconstrucción del análisis social**. Tradução: Jorge Gómez R. Quito: ABYA-YALA, 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec, São Paulo 1988.

SANTOS, M. O espaço, sistemas de objeto, sistema de ação. In. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5.Ed, 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SARLO, B. **Tempo passado; crítica do testemunho: sujeito e experiência**. In: **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo; Minas Gerais: Cia das Letras; Ed. UFMG, p. 9-44, 2007.

SARTY, C. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100004>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, 20(1): 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS>.

SILVER, A. Friendship and trust as moral ideals: an historical approach. **European Journal of Sociology**, 30 (2): 274-297, 1989.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Tese (Doutorado em Geografia). 2006. 300p. Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ. 2006.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradução: Iracema Dulley, Jamile Pinheiro, Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAUSSIG, M. Cultura do terror, espaço da morte; De Casement a Grey; A economia do terror. In: TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. São Paulo: Paz e Terra, p. 25-85, 1993.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 27 nov. 2024.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79–116, 2011.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Tradução: Marcela Coelho De Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. suppl, p. 1147–1153, 2007.